

UNIVERSIDADE DE LISBOA  
FACULDADE DE DIREITO



A TUTELA JURÍDICO-PENAL E A RESPONSABILIDADE DO ALIENADOR NOS  
CASOS DE ALIENAÇÃO PARENTAL

DANIELE FRANCISCO ARTICO

DISSERTAÇÃO DE MESTRADO CIENTÍFICO EM CIÊNCIAS JURÍDICO-CRIMINAIS

LISBOA

2017

UNIVERSIDADE DE LISBOA  
FACULDADE DE DIREITO



A TUTELA JURÍDICO-PENAL E A RESPONSABILIDADE DO ALIENADOR NOS  
CASOS DE ALIENAÇÃO PARENTAL

DANIELE FRANCISCO ARTICO

Dissertação apresentada para obtenção do Grau  
de Mestre em Ciências Jurídico-Criminais  
apresentada na Faculdade de Direito da  
Universidade de Lisboa.

Orientador: Professor Doutor Augusto Silva Dias

DISSERTAÇÃO DE MESTRADO CIENTÍFICO EM CIÊNCIAS JURÍDICO-  
CRIMINAIS

LISBOA

2017

## **AGRADECIMENTOS**

Para a realização desta dissertação de mestrado foi importante o apoio e incentivo da minha amada família, em especial dos meus pais Jane e Palmiro, da minha irmã Christiane, meu noivo Leandro, pela dedicação, paciência e consolo a mim sempre disponíveis, também alegrias e tristezas compartilhadas durante esta caminhada. Ao meu afilhado Ugo Lorenzo que proporcionava momentos de descontração em meio a esse período de extrema dedicação.

A todos os meus amigos pela ajuda e incentivo recebido, em especial à Eva Lourenço, à Vanessa Fernandes, à Malena Luft e ao Hugo Soares. Alguns, mesmo longe, de alguma maneira, com certeza, contribuíram para a finalização deste trabalho.

Meus sinceros agradecimentos!

## **ABREVIATURAS**

Art. – Artigo

AP - Alienação Parental

CP – Código Penal

ECA – Estatuto da Criança e do Adolescente

Nº - Número

OTM – Organização Tutelar de Menores

PA - *Parental Alienation*

SAP – Síndrome da Alienação Parental

## SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	9
1. Do fenômeno da Alienação Parental.....	11
1.1. Da Síndrome Alienação Parental.....	17
1.2. Dos estágios da Alienação Parental.....	26
1.2.1. Leve.....	26
1.2.2. Moderado.....	27
1.2.3. Severo.....	28
2. Dos envolvidos no processo de Alienação Parental.....	30
2.1. Do genitor alienante.....	30
2.2. Do genitor alienado.....	33
2.3. Da criança vítima da alienação.....	34
2.3.1. Dos danos causados e dos efeitos futuros.....	37
3. Do tratamento jurídico conferido à Alienação Parental.....	42
3.1. Ordenamento jurídico brasileiro.....	42
3.1.1. Lei 12.318/2010 – Lei da Alienação Parental.....	45
3.2. Ordenamento jurídico português.....	54
3.2.1. Dos diplomas com aplicabilidade nos casos de Alienação Parental.....	55
4. Da Responsabilidade Penal do Alienador.....	61
4.1. Da responsabilidade quando a vítima for o menor.....	65
4.1.1. Crime de maus-tratos.....	66
4.1.2. Crime de violência doméstica.....	68
4.1.3. Crime de subtração de menor.....	71
4.2. Da responsabilidade quando a vítima for o genitor alienado.....	75
4.2.1. Crime de difamação.....	75

4.2.2	Crime de calúnia.....	77
4.3.	Crime de desobediência .....	78
4.4.	Crime de denúncia caluniosa .....	82
4.5.	Dos aspectos comuns para a responsabilidade jurídico penal do alienador ....	87
4.5.1	Da censura da conduta praticada pelo alienador .....	87
4.5.2	Do superior interesse da criança e adolescente .....	93
5.	Do tratamento jurídico a ser adotado pelo Brasil e por Portugal perante a Alienação Parental .....	100
	CONCLUSÃO.....	114
	REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS .....	116

## RESUMO

A Alienação Parental é um fenômeno comum nos processos de divórcio em que são discutidas as responsabilidades parentais. Diante do conflito, um dos genitores, que não aceita o fim da relação, utiliza a prole como meio de vingança para atingir o ex-companheiro. O sujeito alienador, que também poderá ser aquele que tem a criança sob sua guarda e/ou vigilância, familiar ou não, e exerce algum tipo de influência sob ela em virtude de uma relação de confiança ou proximidade, agirá de forma a afastar o menor de um dos genitores, o genitor alienado. A criança é uma vítima frágil que estará envolvida em um jogo de manipulações, do qual resultarão danos significativos ao seu desenvolvimento psicológico com efeitos que poderão ser verificados a longo prazo. O conflito levará ao afastamento do menor de um dos genitores, algo que, dependendo do grau da alienação, será difícil de reverter. O prejuízo causado à criança é de dimensão irreparável, a qual precisa ter resguardado o seu melhor interesse, precisando os genitores agirem de acordo com as responsabilidades parentais que incluem o dever de conduzi-la de forma a resguardar o sadio crescimento do menor, física e psicologicamente. É preciso haver por parte do ordenamento jurídico português mecanismos que possam auxiliar os magistrados no momento de identificar a ocorrência da Alienação Parental. Já no ordenamento jurídico brasileiro, a existência de dispositivos penais que levassem a responsabilidade do alienador pelos danos psicológicos causados ao menor. Assim, mostram-se necessárias algumas adaptações legislativas, tanto no direito brasileiro como no direito português, que conduzam à uma eficaz resposta ao alienador para que esse tipo de comportamento não seja tão recorrente em litígios envolvendo menores. É direito do menor conviver com ambos os genitores para que tenha um crescimento sadio, entretanto o alienador busca o afastamento deste do genitor alienado ferindo tal direito, e perante o melhor interesse do menor, quando os atos de alienação forem fortemente prejudiciais o convívio com o alienador já não é benéfico para a criança. Desta forma, defende-se que seja adotada a responsabilidade do alienador tanto na esfera cível como penal, considerando a necessidade do caso em concreto diante dos danos a ele causados.

Palavras chave: Alienação Parental – Síndrome da Alienação Parental – Interesse do menor - Lei da Alienação Parental – Responsabilidade Penal

## ABSTRACT

Parental Alienation is a common phenomenon in divorce processes in which parental responsibilities are discussed. Facing conflict, one of the parents, the one who does not accept the end of the relationship, uses the offspring as a mean of revenge in order to reach their former companion. The alienating person who may also be the one who has the child under his custody and/or vigilance, familiar or not, and exerts some kind of influence under his due to a confident even close relationship, will act in order of talking the infant away from one of his parents, the alienated parent. The child is a fragile victim who will be involved in a manipulation game, from which significant damages to their psychological development will be the result, with effects that can be verified in the long term. The conflict will lead to the separation of the infant from one of the parents, fact that depending on the degree of alienation will be difficult to reverse. The harm caused to the child is of irreparable size, which must have preserved its best interest, requiring the parents to act according to the parental responsibilities, which includes the duty to conduct it in order to safeguard the healthy growth of the infant, physically and psychologically. It is necessary to have on behalf of the Portuguese Legal Order, mechanisms that can assist the magistrates in the moment of identifying the occurrence of Parental Alienation. Yet in the Brazilian Legal System, the existence of criminal provisions that place the responsibility on the alienator for the psychological damages caused to the infant. Thus, some legislative adaptations, in Brazilian Law as in the Portuguese Law, are necessary that will lead to an effective response to the alienator so that this type of behavior is not so recurrent in disputes involving infants. It is a right of the infant to live with both parents in order to have a healthy growth. However, the alienator seeks the alienation of the alienated parent, harming such right, and in the best interest of the infant, when the acts of alienation are strongly detrimental to the relationship, the Alienator is no longer beneficial to the child. In this way, it is defended that the liability of the alienator be adopted both in the civil and criminal spheres, considering the necessity of the concrete case in facing damages caused to him.

Key words: Parental Alienation - Parental Alienation Syndrome – Infant's interest – Law of Parental Alienation - Criminal Responsibility



## INTRODUÇÃO

No presente trabalho iremos tratar do fenômeno da Alienação Parental, algo que ocorre desde sempre em muitos processos com disputa de guarda, mas que só ganhou reconhecimento quando RICHARD GARDNER<sup>1</sup>, com sua pesquisa, tratou de dar nome e descrever os comportamentos característicos. Com a perspectiva de traçar um possível tratamento adequado para o problema, analisaremos os aspectos jurídicos e psicológicos da Alienação, até a responsabilidade penal do alienador.

Para melhor entendimento, começaremos pela análise do significado de Alienação Parental, como se desenvolve, qual o processo, e quais as consequências que tal fenômeno pode desencadear na estrutura familiar. Ainda, trataremos da Síndrome da Alienação Parental e a controvérsia existente quanto ao fato de não ser uma patologia reconhecida no âmbito da medicina. No mais, iremos especificar os estágios da alienação, os principais comportamentos e consequências.

Ainda, trataremos dos sujeitos envolvidos no processo de Alienação Parental, e o papel de cada um nesse fenômeno, quais os sentimentos e atitudes predominantes, e os efeitos que a alienação pode gerar na vida da criança.

Por conseguinte, iremos nos dedicar ao tratamento jurídico conferido à Alienação Parental no ordenamento jurídico brasileiro e português. Pelo que referimos que o direito brasileiro com a Lei da Alienação Parental, nº 12.318 sancionada em 2010, trouxe a descrição dos atos que configuram alienação, bem como quem pode ser agente ativo, entretanto carece de dispositivos no âmbito penal que conduzam à penalização da conduta do alienador. Por sua vez, o direito português, que embora não possua uma lei específica a tratar do fenômeno, dispõe de previsões no seu ordenamento que possibilitam a tutela jurídico-penal nesses casos.

Em continuidade, daremos enfoque às referidas previsões do Código Penal Brasileiro e Português quanto aos delitos em que pode incorrer o alienador em virtude da sua conduta, abordando as diferenças existentes nos respectivos diplomas. Consideraremos também

---

<sup>1</sup> Responsável por introduzir o conceito de Alienação Parental no âmbito das ciências médicas e sociais. SÁ, Eduardo; SILVA, Fernando. *Alienação Parental*. Coimbra: Almedina, 2011, p. 9.

aspectos comuns que servem de base para estabelecer a responsabilidade do alienador diante da conflituosidade verificada nas relações conjugais e parentais nos contextos em que identificada a ocorrência da Alienação Parental e a importância do superior interesse do menor.

Por fim, analisaremos quais os meios possíveis para travar a ocorrência da Alienação Parental, considerando cada estágio e seus efeitos, para assim determinar o tipo de punição a ser aplicada ao alienador. Diante da legislação aplicada atualmente, no Brasil e em Portugal, ponderaremos se somente esses mecanismos são suficientes, com a intenção de verificar a necessidade de uma adaptação legislativa em ambos os ordenamentos para que haja uma resposta mais eficaz nos casos de Alienação Parental com o fim de preservar o superior interesse do menor.

## 1. DO FENÔMENO DA ALIENAÇÃO PARENTAL

Analisaremos primeiramente o conceito da Alienação Parental (AP), em inglês *Parental Alienation* (PA), para que possamos compreender as causas que levam ao desenvolvimento desse fenômeno e a importância de esse tema ter lugar no âmbito jurídico e no direito penal. O conceito traçado por GARDNER, responsável por introduzir este conceito no âmbito das ciências médicas e sociais, é de que a Alienação Parental é um transtorno caracterizado pelo conjunto de sintomas que são o resultado do processo pelo qual um progenitor transforma a consciência dos seus filhos, através de diferentes estratégias, com o intuito de impedir, obstaculizar ou destruir os vínculos com o outro progenitor<sup>2</sup>.

Nesse sentido, ainda, aduz PODEVYN que a Alienação Parental é um método que serve para programar uma criança para que odeie um genitor sem qualquer motivo para tal, e assim, quando a síndrome instala-se o menor contribui para a ação de desmoralização do genitor alienado<sup>3</sup>.

Para motivar sua decisão estabeleceu o Tribunal da Relação de Coimbra, com base nos estudos de GARDNER, que no caso em tela não estava caracterizada Alienação Parental proferindo o seguinte: “A Alienação Parental será pois a criação de uma relação de carácter exclusivo entre a criança e um dos progenitores, com o objectivo de banir o outro, sendo que uma criança totalmente alienada, neste contexto, é a criança que não quer ter qualquer tipo de contacto com um dos progenitores e que expressa apenas sentimentos negativos sobre esse pai e somente positivos sobre o outro, perdendo completamente o alcance da totalidade dos sentimentos que uma criança normal nutre por ambos os progenitores. Ora, resulta não só da postura denotada em audiência, mas também do teor do seu depoimento que, pese embora a mesma se tenha afastado do pai, tal não se deveu a qualquer imposição da mãe, tendo a mesma revelado bastante objectividade no seu relato do sucedido, não se limitando a dar uma imagem negativa do pai, enunciando antes

---

<sup>2</sup> GARDNER, Richard A., 1998.apud.SÁ, Eduardo; SILVA, Fernando. *Alienação Parental*. Coimbra: Almedina, 2011, p. 9.

<sup>3</sup> PODEVYN, François. *Síndrome de Alienação Parental*. 2001, p. 1. [online]. Disponível em: <<http://www.apase.org.br/94001-sindrome.htm>>. Acessado em: 07.08.2016.

os factos por si percebidos, sendo que, inclusive em relação a alguns dos quais, não confirmando a carga negativa que era imputada ao progenitor”<sup>4</sup>. (Grifo nosso)

Através da sua conduta o alienador irá alterar a consciência da criança, utilizando-se de estratégias de atuação e malícia, com o fim de impedir, obstaculizar ou destruir os laços de afeto entre o menor e o alienado e, normalmente, não existem motivos reais que justifiquem tal comportamento<sup>5</sup>.

No caso trazido pelo Acórdão de número 1344965-1 do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná foram identificadas provas que o genitor estaria a praticar Alienação Parental e que os menores estavam em situação psicológica grave, no mais que sofriam de pressão psicológica por parte de ambos os genitores. A prática da alienação foi estabelecida pois o genitor instruía a prole com frases a serem ditas à genitora, com o fim de “orientá-los e conduzi-los a adotar a conduta que ele (genitor) deseja”. Em virtude dos atos praticados pelo genitor alienador os menores “passaram a adotar comportamento de repugnância em relação à genitora, proferindo palavras de ódio”. Desta forma, uma vez que a prole idolatrava um dos genitores e expressava somente sentimentos negativos em relação a genitora, ficou demonstrato que estavam sendo orientados a adotar tal comportamento<sup>6</sup>.

O cenário de mútua agressão entre os genitores é identificado cada vez mais nos processos de regulação das responsabilidades parentais<sup>7</sup>, estes usam da disputa da guarda da criança, e da sua relação com a prole, para agredir o outro genitor que se transformou em um adversário. Mas esta “guerra” ultrapassa os limites do foro judicial, caracterizando uma questão pessoal para o pai e para a mãe que desejam atingir-se mutuamente contaminando

---

<sup>4</sup> PORTUGAL. Tribunal da Relação de Coimbra, Secção Criminal. Acórdão nº 13/07.1GACTB.C1, de 28.04.2010, Disponível em: <http://www.dgsi.pt/jtrc.nsf/c3fb530030ea1c61802568d9005cd5bb/8e319f1ea693d61f8025772a0039dbb1?OpenDocument&Highlight=0,13%2F07.1GACTB.C1>>. Acessado em: 15.01.2017.

<sup>5</sup> FREITAS, Douglas Phillips. *Alienação Parental: Comentários à Lei 12.318/2010*. 3ª ed. rev., atual. e ampl. Rio de Janeiro. Forense, 2014, p. 36.

<sup>6</sup> BRASIL. Tribunal de Justiça do Estado do Paraná, 12ª Câmara Cível. Acórdão nº 1344965-1, de 02.12.2015. Disponível em: <https://portal.tjpr.jus.br/jurisprudencia/j/12072787/Ac%C3%B3rd%C3%A3o-1344965-1>>. Acessado em: 16.01.2017.

<sup>7</sup> Nas lides judiciais, constatou-se que alguns genitores, por suas atitudes demonstravam a sua vontade em realizar um parentectomia, ou seja, separar o outro genitor dos filhos em comum. GARDNER, Richard A., 1992. apud. MOTTA, Maria Antonieta Pisano. *A Síndrome de Alienação Parental: aspectos interdisciplinares na teoria e na prática*. Revista do Advogado, nº. 112, ano 21. São Paulo: AASP, 2011, pp. 104-127, p. 109.

a relação da criança com o outro, com o objetivo de afastar o outro genitor da vida do menor<sup>8</sup>.

Mais ainda, quando do divórcio, em que os genitores apresentam-se psicologicamente abalados, alguns sintomas de natureza persecutória, com aspectos paranóicos, no sentido de atacar e defender, são possíveis causadores de uma crise, a qual pode instaurar o processo de alienação. Com a conjectura de imaturidade e fragilidade emocional, a prole é usada como meio de agressão contra o outro, especialmente nos casos em que há um sentimento de rejeição e abandono pelo outro cônjuge. Nesse processo o genitor alienador por vezes pode ter como aliados, de forma consciente ou não, outros familiares que reforçam o sentimento de ódio e também realizam vinganças contra o cônjuge alienado<sup>9</sup>.

Como nesses casos ocorre um afastamento do menor de seu genitor, o alienado, é como se esse não fosse mais vivo, e assim, essas crianças são denominadas como “órfãos de pais vivos”. Verifica-se que o menor que encontra-se completamente alienado não deseja ter qualquer contato com o genitor excluído, alimentando sentimentos negativos ligados a ele e somente sentimentos positivos em relação ao genitor alienador<sup>10</sup>.

Nesse sentido o Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo<sup>11</sup> adotou em sua decisão o entendimento de MARIA BERENICE DIAS<sup>12</sup>: “o filho é usado como instrumento da agressividade e induzido a odiar o outro genitor. Trata-se de verdadeira campanha de desmoralização. A criança é induzida a afastar-se de quem ama e de quem também a ama. Isso gera contradição de sentimentos e destruição do vínculo entre ambos. Restando órfão do genitor alienado, acaba se identificando com o genitor patológico, passando a aceitar como verdadeiro, tudo que lhe é informado (...). É preciso ter presente que esta também é uma forma de abuso que põe em risco a saúde emocional e compromete o sadio desenvolvimento de uma criança. Ela acaba passando por uma crise de lealdade, o que

---

<sup>8</sup> SÁ, Eduardo; SILVA, Fernando. *Alienação Parental*. Coimbra: Almedina, 2011, p. 7.

<sup>9</sup> TRINDADE, Jorge. *Manual de Psicologia Jurídica para operadores do Direito*. 3 ed. rev. e ampl. Porto Alegre: Livraria do Advogado Editora, 2009, p. 310.

<sup>10</sup> ZAMAN, Rada Maria Metzger Képes. *A Síndrome de alienação parental: um estudo exploratório*. Revista do Ministério Público do Rio Grande do Sul, n. 58. Porto Alegre: AMP/RS, FMP, 2006, pp. 173-194, p. 176.

<sup>11</sup> BRASIL. Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, 8ª Câmara de Direito Privado. Acórdão nº 0111201-72.2006.8.26.0006, de 06.03.2013. Disponível em:

<<https://esaj.tjsp.jus.br/cjsj/getArquivo.do?cdAcordao=6562336&cdForo=0&v1Captcha=Xzhyc>>.

Acessado em: 24.02.2017.

<sup>12</sup> DIAS, Maria Berenice. *Manual de Direito das Famílias*. 4ª ed., São Paulo: RT, 2007, p. 409.

gera um sentimento de culpa quando, na fase adulta, constatar que foi cúmplice de uma grande injustiça.” (Grifo nosso)

Desta forma, o objetivo do genitor que exerce a alienação é de realizar uma “lavagem cerebral” na mente dos filhos, infiltrando-lhes pensamentos e sentimentos contra o outro genitor com a intenção de afastar e destruir o vínculo que entre eles existe, e ainda utiliza as crianças para obter credibilidade quanto as suas acusações perante o Judiciário<sup>13</sup>.

Em alguns casos, ainda, podemos identificar a Alienação Parental Cruzada que é um fenômeno não muito recorrente, e identifica-se principalmente pelo fato de ambos os genitores manipularem a criança, um contra o outro. Nestes casos acontece uma dupla lavagem cerebral (*brainwashing*) da prole do casal em conflito. Este comportamento de ambos os genitores agrava ainda mais a situação da criança e o seu saudável desenvolvimento psíquico, pois estará em um “fogo cruzado” de agressões e retaliações de ambos os lados<sup>14</sup>.

O referido fenômeno foi identificado em caso julgado pelo Tribunal da Relação de Évora, embora o Tribunal não tenha utilizado a nomenclatura da Alienação Parental Cruzada, o qual relatou o seguinte: “(...) A mãe entende o direito de visitas que o pai tem em relação aos seus filhos como algo que está na sua disponibilidade e tem procurado cercear por diversos meios esse direito do progenitor. O pai, por sua vez usa do seu direito de visitas, aproveitando essa situação para criar conflitos (...). Em suma: comportamentos incorrectos do pai e da mãe, com o recurso frequente à polícia e aos insultos, que só contribuem para acentuar a conflitualidade latente entre ambos e para prejudicar a saúde e o bem-estar das crianças e até a sua estima para com os próprios pais. Certo é que o regime de regulação de poder paternal estabelecido e acordado por ambos os pais no que respeita ao regime de visitas tem criado problemas emocionais e psíquicos às crianças e que o contacto directo entre os pais agrava esses problemas. (...) O primado dos interesses dos jovens, sobreleva, no entanto, o interesse e o egoísmo dos seus progenitores, sendo o

---

<sup>13</sup> MOTTA, Maria Antonieta Pisano. *A Síndrome de Alienação Parental: aspectos interdisciplinares na teoria e na prática*. Revista do Advogado, n. 112, ano 21. São Paulo: AASP, 2011, pp. 104-127, p. 109.

<sup>14</sup> FEITOR, Sandra Inês Ferreira. *A Síndrome de Alienação Parental e o seu tratamento à luz do direito de menores*. Coimbra: Coimbra Editora, 2012, p. 105-106.

direito de visitas estabelecido, sempre, tendo em conta o interesse superior das crianças”<sup>15</sup>. (Grifo nosso)

Nos casos de Alienação Parental o menor é obrigado a escolher um lado e apoiar um dos genitores em desfavor do outro. Já no caso da Alienação Parental Cruzada, uma vez que exigência vem de ambos os lados, a criança não dispõe de alternativas. Este conflito irá gerar na criança um colapso emocional ainda maior, pois não será capaz de fazer a escolha que lhe é exigida por ambos os genitores, em sentidos opostos, e qualquer predileção será inaceitável, uma vez que pai e mãe impõe fidelidade exclusiva. E no caso da criança tomar a decisão e escolher um dos genitores para apoiar irá ser recriminada e punida pelo outro<sup>16</sup>.

Já em Acórdão do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná, ficou estabelecido que para ficar provada a ocorrência de Alienação Parental provocada por ambos os genitores mostrava-se necessário um estudo mais aprofundado com a realização de avaliações psicológicas. Porém, ainda, chamou-se a atenção para o fato da existência de inúmeras ações judiciais já ajuizadas pelas partes, demonstrando um cenário de que estas viraram palco para acusações e disputas entre os litigantes, contudo, a maior prejudicada diante desta situação, infelizmente, é a prole<sup>17</sup>.

Tem-se que o procedimento alienatório gera danos irreparáveis que só poderão ser minimizados com o reconhecimento e tratamento, na maioria das vezes psicológico, dos genitores, alienador e alienado, bem como da criança<sup>18</sup>.

Caso contrário, o que irá ocorrer é que as crianças continuarão a ser submetidas a pressão psicológica, sendo obrigadas a conviver com os insistentes atos do genitor com quem vivem, com o objetivo de denegrir a imagem do outro genitor e de gerar na criança

---

<sup>15</sup> PORTUGAL. Tribunal da Relação de Évora, 2ª Secção. Acórdão nº 1599/07-2, de 27.09.2007. Disponível em: <<http://www.dgsi.pt/jtre.nsf/134973db04f39bf2802579bf005f080b/3b43c070052379bf80257de100574b55?opendocument&highlight=0,1599%2f07-2>>. Acessado em: 23.02.2017.

<sup>16</sup> FEITOR, Sandra Inês Ferreira. *A Síndrome de Alienação Parental e o seu tratamento à luz do direito de menores*. Coimbra: Coimbra Editora, 2012, pp. 106-107.

<sup>17</sup> BRASIL. Tribunal de Justiça do Estado do Paraná, 12ª Câmara Cível. Acórdão nº 1482221-0, de 25.05.2016. Disponível em: <<https://portal.tjpr.jus.br/jurisprudencia/j/12168921/Ac%C3%B3rd%C3%A3o-1482221-0>>. Acessado em: 05.05.2017.

<sup>18</sup> FREITAS, Douglas Phillips. *Alienação Parental: Comentários à Lei 12.318/2010*. 3ª ed. rev., atual. e ampl. Rio de Janeiro. Forense. 2014, p. 37.

atitudes de ódio e rejeição. O importante é ter o cuidado de não desviar o processo e os atos no seu âmbito praticados do seu principal foco que é assegurar o superior interesse do menor e de adoptar medidas que melhor podem garantir esses interesses<sup>19</sup>.

Para garantir o interesse do menor em decisão do Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Territórios foi alterado o regime de visitas e exarado o seguinte entendimento: (...)

1. A prática da Alienação Parental perpetrada pelo pai pode acarretar para o menor prejuízos em seu desenvolvimento psicológico. Ademais, a prática dessa reprogramação da criança fere o seu direito fundamental à convivência familiar saudável, prejudica a realização de afeto nas relações com o genitor, constitui abuso moral contra a criança e viola os deveres de paternidade responsável. Tal prática é fortemente repelida por nosso ordenamento jurídico, devendo o genitor ficar atento quanto ao bem estar físico e psicológico da criança, sob pena de arcar com as consequências de atos por ele praticados e que possam prejudicar o menor, seja de forma direta ou indireta. (...)”<sup>20</sup>. (Grifo nosso)

Nesses cenários, em que um dos genitores estabelece que quer ter a prole somente para si e deseja afastar o outro genitor verificam-se insinuações, meias verdades, manipulações e chantagens, estando presentes é assim instalado o processo denominado de “Síndrome” da Alienação Parental<sup>21</sup>.

Diante da análise realizada, cabe, por fim, mencionar que não se pode confundir a Síndrome da Alienação Parental com a simples Alienação Parental, a primeira normalmente decorre da segunda. Desta forma, a Alienação Parental constitui o distanciamento da prole de um dos genitores, e a promoção da denegrição e meios de manipulação e alteração do pensamento causado pelo outro genitor, o qual possui a guarda, à medida que a Síndrome da Alienação Parental, tem relação com as sequelas emocionais e comportamentais que o menor apresentará em virtude da lavagem cerebral sofrida<sup>22</sup>.

---

<sup>19</sup> SÁ, Eduardo; SILVA, Fernando. *Alienação Parental*. Coimbra: Almedina, 2011, p. 8.

<sup>20</sup> BRASIL. Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Territórios, 6ª Turma Cível. Acórdão nº 1001653, de 22.02.2017. Disponível em:

<file:///C:/Users/Daniele/Downloads/espelho\_acordao\_1001653%20(3).pdf> . Acessado em: 06.04.2017.

<sup>21</sup> CARVALHO, Filipa Daniela Ramos de. *A (Síndrome de) Alienação Parental e o exercício das responsabilidades parentais: algumas considerações*. Coimbra: Coimbra Editora, 2011, pp. 20-21.

<sup>22</sup> PINHO, Marco António Garcia de. *Alienação parental*. In: *Âmbito Jurídico*, Rio Grande, XII, nº. 67, 2009. Disponível em:



## 1.1. Da Síndrome Alienação Parental

A Síndrome da Alienação Parental (SAP), em inglês *Parental Alienation Syndrome* (PAS), pode ser descrita como um fenômeno que se instala quando um dos genitores, e em alguns casos outros familiares, manipulam o menor contra o outro genitor, com o intuito de provocar a rejeição, ou mesmo a negação da figura do outro genitor, sem que exista um real motivo para este comportamento<sup>23</sup>. A “síndrome”<sup>24</sup>, como melhor iremos ver, será o dano causado ao menor decorrente dos atos praticados pelo genitor alienador.

Nesse sentido GARDNER afirma que são muitos os tipos de distúrbios psicológicos que podem vir à tona quando estamos diante de litígios conjugais<sup>25</sup>, e nos casos em que há a disputa da guarda dos filhos é que a alienação terá lugar, e se instalará a chamada Síndrome da Alienação Parental. Este termo é usado para indicar uma perturbação pela qual as crianças são doutrinadas a desaprovar e criticar um genitor, e persuadidas a adotar um comportamento exagerado de rancor sem justificativa consistente para tal. Assim, surge a noção de que essas crianças são vítimas de uma lavagem cerebral que implica em um dos genitores agir sistematicamente e conscientemente para programar o menor para denegrir o outro genitor, componente que está presente na Síndrome da Alienação Parental<sup>26</sup>.

Considerando o entendimento doutrinário e o caso concreto o Tribunal da Relação do Porto expôs o seguinte: “O Síndrome de Alienação Parental não é um fenómeno recente. Podemos afirmar que serão tão antigos quanto os regimes legais destinados a regular a separação dos casais, casados ou não e bem assim a custódia e o exercício das responsabilidades parentais. Na verdade, as feridas resultantes do rompimento duma relação conjugal ou de união de facto tardam, muitas vezes, a sarar e a vontade de

---

<[http://www.ambito-juridico.com.br/site/index.php?n\\_link=revista\\_artigos\\_leitura&artigo\\_id=6540](http://www.ambito-juridico.com.br/site/index.php?n_link=revista_artigos_leitura&artigo_id=6540)>.

Acessado em: 18.04.2017.

<sup>23</sup> GARCÍA GARNICA, María del Carmen. *El Síndrome de Alienación Parental a la luz del interés superior del menor*. Derecho Privado y Constitución, n. 23, ano 17. Madrid: Centro de Estudios Políticos y Constitucionales, 2009, pp. 201-248, p. 209.

<sup>24</sup> O termo foi utilizado entre aspas em virtude da controvérsia quanto da existência/ocorrência de uma síndrome, entretanto inegável são os efeitos negativos provocados na criança vítima da alienação.

<sup>25</sup> Considerou GARDNER que embora esta síndrome certamente existisse no passado, por estar ocorrendo de maneira mais frequente, precisa de um nome especial: Síndrome de Alienação Parental. GARDNER, Richard A.. *Recent Trends in Divorce and Custody Litigation*. 1985. p. 1. [online]. Disponível em: <<http://fact.on.ca/Info/pas/gardnr85.pdf>>. Acessado em: 04.07.2016.

<sup>26</sup> GARDNER, Richard A.. *Recent Trends in Divorce and Custody Litigation*. 1985, p. 1. [online]. Disponível em: <<http://fact.on.ca/Info/pas/gardnr85.pdf>>. Acessado em: 04.07.2016.

vingança, o sofrimento, a vontade de ferir o outro a quem se imputa culpa na separação e até, a pressão para a resolução de questões conexas ao divórcio/separação (atribuição da casa morada de família, partilha de bens e pensão de alimentos) acabam por determinar, consciente ou inconscientemente, o progenitor que tem a guarda do filho, mesmo que simplesmente de facto, a usar este poder, para atingir “o adversário” – normalmente o pai – punindo-o com o afastamento do filho ou incutindo neste, sentimentos negativos contra aquele. A Alienação Parental é o afastamento do filho de um dos progenitores, provocado pelo outro, em regra, o titular da custódia (de facto ou de direito). A palavra alienação tem origem no verbo latino “alienare” que significa afastar”<sup>27</sup>. (Grifo nosso)

O transtorno resulta da combinação de doutrinação pelo pai alienante e as próprias contribuições da criança com a difamação do pai alienado. Assim, a SAP ocorre quando um pai faz campanha com intuito de manipular a prole para desprezar o outro pai, embora inexistam razões legítimas para que desenvolvam tal animosidade<sup>28</sup>.

As alegadas contribuições das crianças, de que GARDNER tratou, e que foram inseridas no conceito da SAP, foram depois de verificar que as crianças que se encontravam na condição de alvos de reprogramação do pensamento e da consciência, acabavam por aceitar como verdade o que lhes era dito, acreditando ser auto-elaborado; juntam-se ao genitor alienador e agem no sentido de rejeitar o outro<sup>29</sup>.

No mais, tem-se que a SAP precisa da colaboração ativa do menor na ação de denegrimiento contra o genitor-alvo para que tenha êxito, desta forma é preciso que o menor já possua certa maturidade, sendo assim a criança precisa ter capacidade de prosseguir com o processo de alienação, com capacidade para assimilar um *quantum* considerável de informação e praticar um série de atos em uma sequência lógica<sup>30</sup>.

---

<sup>27</sup> PORTUGAL. Tribunal da Relação do Porto, 3ª Secção. Acórdão nº 2055/16.7T8MTS-C.P1 de 26.01.2017. Disponível em: <<http://www.dgsi.pt/jtrp.nsf/56a6e7121657f91e80257cda00381fdf/c6262c5a93238a7c802580c1004cb52b?opendocument&highlight=0,2055>>. Acessado em: 26.04.2017.

<sup>28</sup> TURKAT, Ira. *Parental Alienation Syndrome: A Review of Critical Issues*. Journal of the American Academy of Matrimonial Lawyers, vol. 18, n. 1, 2002, pp. 131-176, pp. 132-133.

<sup>29</sup> FEITOR, Sandra Inês Ferreira. *A Síndrome de Alienação Parental e o seu tratamento à luz do direito de menores*. Coimbra: Coimbra Editora, 2012, p. 24.

<sup>30</sup> MOTTA, Maria Antonieta Pisano. *A Síndrome de Alienação Parental: aspectos interdisciplinares na teoria e na prática*. Revista do Advogado, n. 112, ano 21. São Paulo: AASP, 2011, pp. 104-127, p. 108.

No diagnóstico de ocorrência da SAP verificam-se quatro critérios que podem demonstrar se há um processo de alienação em andamento, quais sejam: obstrução a todo contato, quando o alienador age na intenção de afastar a prole do genitor alienado, dificultando ou impossibilitando o contato com a prole; falsas denúncias de abuso físico, emocional ou sexual, o alienador passa a acusar o pai alienado de cometer condutas abusivas contra o menor, o que pode levar à suspensão das visitas, o principal objetivo do alienador; deterioração da relação após a separação, nesses casos é preciso analisar como era, antes da ruptura conjugal, a relação da prole com o genitor alienado, pois se houve uma alteração esse é o critério que pode revelar a ocorrência da Síndrome da Alienação Parental; reação de medo da parte dos filhos, a criança passa a demonstrar receio em confrontar o agente alienador, pois acredita que se o contrariar pode enfrentar graves consequências.<sup>31</sup>

Situação verificada em caso da Comarca de Capinzal – Santa Catarina, e que dá conta o relatório do Acórdão do Tribunal de Justiça do Estado de Santa Catarina: “Ora, não há dúvidas que o menor está sendo alvo dos efeitos da Alienação Parental, pois, embora ele não aceite a separação dos pais, verifico que tal situação não é o bastante para fazer com que o filho se afaste de forma tão drástica da genitora, com a qual conviveu até os seus 10 anos de idade, ininterruptamente. Como se observa da prova testemunhal, a relação de mãe e filho, antes da separação de fato do casal, era tranquila e harmoniosa, de forma a demonstrar que o sentimento negativo do filho para com a mãe foi, de alguma forma, incentivado ou induzido por terceira pessoa.”<sup>32</sup> (Grifo nosso)

Entretanto, existem diferentes posicionamentos com relação à existência da chamada Síndrome da Alienação Parental uma vez que a palavra “síndrome” está relacionada com sintomas clínicos que advém de uma doença<sup>33</sup>. Em contrário as considerações de Gardner,

---

<sup>31</sup> ZAMAN, Rada Maria Metzger Képes. *A Síndrome de alienação parental: um estudo exploratório*. Revista do Ministério Público do Rio Grande do Sul, n. 58. Porto Alegre: AMP/RS, FMP, 2006, pp. 173-194, pp. 184-185.

<sup>32</sup> BRASIL. Tribunal de Justiça do Estado de Santa Catarina, 2ª Câmara Cível. Acórdão nº 2014.036023-9 e 2014.036024-6, de 10.10.2013. Disponível em: <<http://app6.tjsc.jus.br/cposg/servlet/ServletArquivo?cdProcesso=01000RVUC0000&nuSeqProcessoMv=null&tipoDocumento=D&cdAcordaoDoc=null&nuDocumento=8435965&pdf=true>>. Acessado em: 10.03.2017.

<sup>33</sup> O conceito médico para síndrome, é de que se trata de um conjunto de sintomas que acontecem conjuntamente e são peculiares a uma determinada doença. Doença e síndrome possuem significados diferentes, pois para a primeira podem existir diversas causas, já a segunda é mais específica. Na síndrome os sintomas aparecem como conjunto e possuem uma etimologia comum. GARDNER, Richard A. *O DSM-*

por considerarem que a Síndrome da Alienação Parental vem sendo utilizada tão somente como meio de defesa, para acobertar a ocorrência de abusos sexuais, temos o posicionamento de MARIA CLARA SOTTOMAYOR<sup>34</sup>; FILIPA LIA DO CARMO RAMOS CASTRO CUNHA<sup>35</sup>; PETRA REGINA BOAVISTA E SILVA GARCIA<sup>36</sup>. Por conseguinte, cabe referir que a SAP não possui um reconhecimento científico como doença pela Associação de Psiquiatria Americana nem pela Organização Mundial de Saúde<sup>37</sup>.

Porém, o entendimento de GARDNER é de que a Síndrome da Alienação Parental é uma patologia, na qual um dos pais utiliza de métodos diretos ou indiretos para que a criança produza críticas injustificadas e passe a odiar o outro genitor. São traçados, por ele, quatro fatores principais do desdobramento da Síndrome da Alienação Parental, quais sejam: a lavagem cerebral, que consiste em programar a criança para que se afaste do outro genitor; a programação sutil e inconsciente, que consiste em denegrir a imagem do outro genitor, induzir ao pensamento de que este é uma má pessoa, ou um mau pai; os fatores que influenciarão a criança para o desenvolvimento da Síndrome da Alienação Parental, como o maior vínculo que se estabelece com o pai que obtém a guarda; e os fatores desenvolvidos pelas situações vivenciadas pelo menor, como a repressão por querer visitar e estabelecer uma relação com o outro pai<sup>38</sup>.

Neste sentido, colacionamos o entendimento exarado no Acórdão do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo: “A chamada SAP (Síndrome da Alienação Parental) tem raízes nos sentimentos de orgulho ferido, desejo de vingança, além do sentimento de onipotência do alienador. Nesta patologia: A doença do agente alienador volta-se contra qualquer das pessoas que possam contestar sua “autoridade”, mantendo-os num estado de horror e

---

*IV tem equivalente para o diagnóstico de Síndrome da Alienação Parental?* Tradução por Rita Rafaeli. New York, EUA. 2002.

<sup>34</sup> SOTTOMAYOR, Maria Clara. *Regulação do Exercício das Responsabilidades Parentais nos Casos de Divórcio*. 5 ed. rev. aum. e actual. Coimbra: Almedina, 2011, p. 166-174.

<sup>35</sup> CUNHA, Filipa Lia do Carmo Ramos Castro. *Síndrome de alienação parental e direito das crianças em caso de divórcio dos pais*. Dissertação de Mestrado. Universidade Católica Portuguesa. Faculdade de Direito. Porto, 2012, p. 34.

<sup>36</sup> GARCIA, Petra Regina Boavista e Silva. *A Síndrome de Alienação Parental e a Problemática da sua Aplicação nos Tribunais Portugueses*. Dissertação de Mestrado Profissionalizante. Universidade Católica Portuguesa. Faculdade de Direito. Lisboa, 2012, p. 22.

<sup>37</sup> SOTTOMAYOR, Maria Clara. *Regulação do Exercício das Responsabilidades Parentais nos Casos de Divórcio*. 5 ed. rev. aum. e actual. Coimbra: Almedina, 2011, p. 160.

<sup>38</sup> GARDNER, Richard A., 1989. apud. TURKAT, Ira. *Parental Alienation Syndrome: A Review of Critical Issues*. Journal of the American Academy of Matrimonial Lawyers, vol. 18, n. 1, 2002, pp. 131-176, p. 137.

submissão, por meio de crescente animosidade. Essa desestruturação transforma-se em ingrediente da batalha judiciária, que poderá perdurar por anos, até que a criança prescindir de uma decisão judicial, por ter atingido a idade madura ou estágio crônico da doença. (...)”<sup>39</sup>.

Ainda ZAMAN, ressalta que a Síndrome da Alienação Parental caracteriza uma situação patológica grave, uma vez que pode acompanhar a criança alienada em toda a sua vida adulta e ainda ser transmitida por várias gerações<sup>40</sup>.

Em decisão do Tribunal da Relação de Guimarães, mencionando a definição de GARDNER<sup>41</sup> para a Síndrome da Alienação Parental, emitiu a seguinte conclusão: “Nesses casos, independentemente do modo como são levadas a cabo, ou da estratégia utilizada, mais ou menos consciencializada, importam sempre num custo que se traduz em danos para a criança, passíveis, em circunstâncias extremadas, de lhe gerar graves patologias de carácter psicológico. Necessário se torna que, quer o pai, quer a tia, percebam que o nível de conflitualidade existente entre eles, em nada contribui para o bem estar da menor, antes constitui uma grave perturbação ao seu desenvolvimento que se quer equilibrado, sem que a instrumentalização de que a menor está a ser alvo (...)”<sup>42</sup>. (Grifo nosso)

---

<sup>39</sup> BRASIL. Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, 8ª Câmara de Direito Privado. Acórdão nº 0111201-72.2006.8.26.0006/50000, de 06.03.2013. Disponível em:

<<https://esaj.tjsp.jus.br/cjsg/getArquivo.do?cdAcordao=6562336&cdForo=0&v1Captcha=Xzhyc>>.

Acessado em: 22.11.2016.

<sup>40</sup> ZAMAN, Rada Maria Metzger Képes. *A Síndrome de alienação parental: um estudo exploratório*. Revista do Ministério Público do Rio Grande do Sul, n. 58. Porto Alegre: AMP/RS, FMP, 2006, pp. 173-194, p. 177.

<sup>41</sup> “Como potenciador da necessária alteração configura-se o designado Síndrome de Alienação Parental, inicialmente definido por Richard Gardner, em 1985, como um distúrbio que surge principalmente no contexto das disputas pela guarda e confiança da criança, caracterizado por um conjunto de sintomas resultantes do processo (alienação parental) pelo qual um progenitor transforma a consciência do seu filho, mediante diferentes estratégias, com o objectivo de impedir, obstaculizar ou destruir os vínculos da criança com o outro progenitor, até a tornar contraditória em relação ao que devia esperar-se da sua condição” - Cfr. José Manuel Aguilar, in *Síndrome de Alienação Parental – Filhos manipulados por um cônjuge para odiar o outro*, Janeiro de 2008, a fls. 33”.

<sup>42</sup> PORTUGAL. Tribunal da Relação de Guimarães, 2ª Secção. Acórdão nº 719/08.8TBBCL-C.G1, de 10.11.2016. Disponível em:

<<http://www.dgsi.pt/jtrg.nsf/86c25a698e4e7cb7802579ec004d3832/0d354dc7a14efcf58025807a005afb66?OpenDocument&Highlight=0,719%2F08>>. Acessado em: 23.01.2017.

E então, conforme KOPETSKI podemos tratar a Síndrome da Alienação Parental como forma de patologia psicossocial<sup>43</sup>, a qual é mais frequente ser identificada no processo de divórcio, embora não seja uma condição limitada às famílias divorciadas. A sua causa não é o divórcio. No entanto, é intensificada por procedimentos legais que somam e fortalecem as defesas patológicas que os pais alienantes usam para evitar a experiência das dores psicológicas do conflito interno, ambivalência, ou baixa autoestima que faz parte de uma resposta de luto normal às relações interpessoais de perda<sup>44</sup>.

Nesse contexto verificamos o caso tratado no Acórdão do Tribunal da Relação de Lisboa do qual trazemos o seguinte trecho quanto à conduta adotada pela genitora do menor: “Nem os sucessivos mandatários que a patrocinaram lograram que compreendesse a temeridade da sua conduta processual e o devastador efeito sobre a estabilidade psico-emocional do filho, reiteradamente verbalizada nos relatórios sociais de avaliação, não sendo expectável que venha a mudar de atitude, quando faz questão de insistir nas imputações que em sede própria não resultaram minimamente indiciadas.”<sup>45</sup>

Já aduz NAZARETH que a síndrome pode estar mais ligada a uma relação excessivamente conflituosa de competição entre os genitores do que às atitudes ou à psicopatia de um dos envolvidos<sup>46</sup>.

Embora existam essas discordâncias quanto à existência de uma síndrome, o fato é que nos casos em que identificada a ocorrência da Alienação Parental, identifica-se um efeito que tem sido destruidor para a criança, ainda mais se tivermos em consideração a sua personalidade frágil e em desenvolvimento, a sua capacidade de raciocínio é imatura e não possui capacidade de entender que é vítima dessa doença, podendo ter consciência disso na vida adulta ou jamais. Para a criança escolher um lado, do pai ou da mãe, possui

---

<sup>43</sup> Por psicossocial temos as doenças ocasionadas pela interferência do meio social no psicológico do sujeito, que podem, ainda, provocar uma mudança no comportamento do indivíduo, deixando-o mais violento e ansioso. Disponível em: <<https://www.significados.com.br/psicossocial/>>. Acessado em: 17.02.2017.

<sup>44</sup> KOPETSKI, Leona M.. *Identifying cases of Parent Alienation Syndrome: Part I*. 1998a. p. 1. [online]. Disponível em: <<http://www.fact.on.ca/Info/pas/kopet98a.pdf>>. Acessado em: 12.02.2017.

<sup>45</sup> PORTUGAL. do Tribunal da Relação de Lisboa. Acórdão nº 346/07.7TBCLD.L1-7, de 23.09.2014. Disponível em: <<http://www.dgsi.pt/jtrl.nsf/33182fc732316039802565fa00497eec/5a03ed840deea4bc80257d93004a122e?OpenDocument&Highlight=0,346%2F07.7TBCLD>>. Acessado em 21.12.2016.

<sup>46</sup> NAZARETH, R. E., 2004. apud. ZAMAN, Rada Maria Metzger Képes. *A Síndrome de alienação parental: um estudo exploratório*. Revista do Ministério Público do Rio Grande do Sul, nº. 58. Porto Alegre: AMP/RS, FMP, 2006, pp. 173-194, p. 177.

um preço elevado pois acredita que deixará de ter o amor do outro genitor para sempre, o que leva a um conflito interno e a um sentimento de culpa, equivalendo a uma verdadeira tortura. Revelando-se, assim, uma forma de abuso infantil, com danos na maioria das vezes irreversível para a saúde mental do menor<sup>47</sup>.

Então, independente do fenômeno em pauta ser ou não considerado uma síndrome, possui uma grande importância e tem adquirido cada vez mais espaço na sociedade atual, como um comportamento social e juridicamente relevante e censurável<sup>48</sup>. O tribunal deve reconhecer que a Alienação Parental trata-se de uma realidade, com consequências extremamente lesivas do bem-estar emocional do menor, justificando-se o uso de meios para ultrapassar esta situação<sup>49</sup>.

Nesse sentido temos a decisão do Tribunal da Relação do Porto que menciona o fenômeno da Síndrome da Alienação Parental, embora este não seja reconhecido como uma doença, aduzindo que trata-se de um fenômeno social que tem afetado psicologicamente as crianças que figuram nos processos de guarda. Desta forma segue parte da decisão que manifesta tal entendimento: “Por conseguinte, como se disse, muito embora a SAP não tenha ainda um estatuto científico e seja objecto de críticas, isto não significa que o fenómeno seja inexistente e não seja gerador de danos morais nos menores e progenitor afastado da convivência (alienado). Nestas condições, cumpra não ignorar a realidade, mas, ao mesmo tempo, ser cuidadoso na identificação do fenómeno para não confundir os casos que se poderão incluir na tipologia de real uma SAP com outras situações em que podem verificar-se indícios ou sintomas semelhantes, mas que não se enquadram no conceito. Em resumo: apesar da SAP não constituir presentemente um modelo explicativo cientificamente aceite em relação a esta realidade que fica apontada, tal realidade existe, é nociva para os interesses dos menores e deve ser superada nos casos concretos em que ela se verifica, não podendo os tribunais agir como se tal realidade não existisse. (...) Não se trata de uma doença, mas existe como fenómeno social.”<sup>50</sup> (Grifo nosso)

---

<sup>47</sup> ZAMAN, Rada Maria Metzger Képes. *A Síndrome de alienação parental: um estudo exploratório*. Revista do Ministério Público do Rio Grande do Sul, n. 58. Porto Alegre: AMP/RS, FMP, 2006, pp. 173-194, p. 183.

<sup>48</sup> SÁ, Eduardo; SILVA, Fernando. *Alienação Parental*. Coimbra: Almedina, 2011, p. 17.

<sup>49</sup> FEITOR, Sandra Inês Ferreira. *A Síndrome de Alienação Parental e o seu tratamento à luz do direito de menores*. Coimbra: Coimbra Editora, 2012, p. 33.

<sup>50</sup> PORTUGAL. Tribunal da Relação do Porto, 2ª Secção. Acórdão nº 1020/12.8TBVLR.P1, de 09.07.2014. Disponível em:

Através da caracterização da Síndrome da Alienação Parental tem-se constatado, cada vez mais, a existência de danos às crianças e adolescentes identificados pelos profissionais envolvidos no processo de estabelecimento da guarda dos menores, e a estes cabe a função de minimizar as consequências que resultam desse fenômeno, ressaltando-se que não havendo um tratamento adequado essa síndrome pode resultar em sequelas que podem permanecer na vida adulta e gerar um ciclo de repetição intergeracional<sup>51</sup>.

Assim, considerado no Acórdão nº 70014814479 do Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Sul, de 2006, que uma vez identificada pela postura da genitora, que apresenta indícios da presença da Síndrome da Alienação Parental, esta poderia estar assim a comprometer a integridade psicológica da prole, e entendeu o magistrado por manter a guarda provisória com a avó paterna<sup>52</sup>.

Em alguns casos a via judicial é o caminho para resolver as questões provenientes desse fenômeno, uma vez que o alienador passa a violar o direito da prole de estabelecer uma relação saudável com ambos os genitores, pois é direito natural do menor a convivência familiar, e isto deve ocorrer sempre de acordo com o interesse do menor e não conforme a satisfação de um dos genitores. Desta forma se fará com que o alienador cumpra o direito de visita, uma vez que é direito da criança para o seu desenvolvimento sadio conviver com seus genitores e familiares e é função dos pais proporcionar aos filhos um crescimento saudável<sup>53</sup>.

Reconhecida tal necessidade e salientada em decisão do Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais na qual afirmou que os prejuízos trazidos pela Alienação Parental, podem ser irreparáveis para a prole, bem como violam o direito fundamental da criança e do adolescente à convivência familiar saudável, e no mais prejudica a promoção de afeto nas relações com o grupo familiar, caracterizando abuso moral contra a criança e vai contra

---

<<http://www.dgsi.pt/jtrp.nsf/56a6e7121657f91e80257cda00381fdf/c7eabfdb5ab87fdf80257d1d00326e02?opendocument&highlight=0.1020%2f12.8tbvrl>>. Acessado em 07.01.2017.

<sup>51</sup> TRINDADE, Jorge. *Manual de Psicologia Jurídica para operadores do Direito*. 3 ed. rev. e ampl. Porto Alegre: Livraria do Advogado Editora, 2009, p. 310.

<sup>52</sup> BRASIL. Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Sul, 7ª Câmara Cível. Acórdão nº 70014814479, de 07.06.2006. Disponível em:

<[http://www.tjrs.jus.br/busca/search?q=&proxystylesheet=tjrs\\_index&client=tjrs\\_index&filter=0&getfield=\\* &aba=juris&entsp=a politica-site&wc=200&wc mc=1&oe=UTF-8&ie=UTF-8&ud=1&sort=date%3AD%3AS%3Ad1&as\\_qj=&site=ementario&as\\_epq=&as\\_oq=&as\\_eq=&partialfield=n%3A70014814479&as\\_q=+#main\\_res\\_juris](http://www.tjrs.jus.br/busca/search?q=&proxystylesheet=tjrs_index&client=tjrs_index&filter=0&getfield=* &aba=juris&entsp=a politica-site&wc=200&wc mc=1&oe=UTF-8&ie=UTF-8&ud=1&sort=date%3AD%3AS%3Ad1&as_qj=&site=ementario&as_epq=&as_oq=&as_eq=&partialfield=n%3A70014814479&as_q=+#main_res_juris)>. Acessado em: 11.02.2017.

<sup>53</sup> TRINDADE, Jorge. *Manual de Psicologia Jurídica para operadores do Direito*. 3 ed. rev. e ampl. Porto Alegre: Livraria do Advogado Editora, 2009, p. 312.



aos deveres inerentes à autoridade parental. Desta forma aduziu ainda que: “(...) a prática deve ser coibida com rigor e severidade pelo Poder Judiciário, dadas as consequências deletérias e irreparáveis que podem causar aos filhos menores envolvidos nessa situação”<sup>54</sup>.

Entretanto, deve-se ter cautela e somente direcionar uma certa situação à síndrome em casos excepcionais, graves<sup>55</sup> e anteriormente reconhecidos e atestados por entidades ligadas às ciências sociais. O reconhecimento e a indicação de casos da Síndrome da Alienação Parental pelos tribunais possui, neste contexto, extrema relevância para a solução do conflito em causa e, principalmente, para garantir do superior interesse da criança<sup>56</sup>.

Conforme vem exposto em decisão do Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais ao referir que o fato de cuidar bem, alimentar e educar o menor não desconfigura a ocorrência da Alienação Parental, pois o que está em causa nessas hipóteses é a perturbação psicológica causada ou incitada no menor pela pessoa que o tenha sob sua autoridade, com o intuito de danificar a relação afetiva com o alienado. No caso em tela, a avó materna tem prestado assistência ao menor, entretanto pratica atos que conduzem à Alienação Parental, o que ficou claramente demonstrado no processo, e assim decidiu o Tribunal, como medida que se impunha, em alterar a guarda, o que nesses casos vem a atender o interesse da criança<sup>57</sup>.

Em virtude de todos os efeitos mencionados e diante das consequências psicológicas provocadas pelos atos de Alienação Parental e, identificados nos processos de guarda de menor, é preciso reconhecer que esta é uma realidade e que as consequências desses atos podem apresentar um dano para as crianças que são sujeitas aos comportamentos da

---

<sup>54</sup> BRASIL. Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Sul, 7ª Câmara Cível. Acórdão nº 70014814479 de 07.06.2006. Disponível em:

<[http://www.tjrs.jus.br/busca/search?q=&proxystylesheet=tjrs\\_index&client=tjrs\\_index&filter=0&getfield=\\* &aba=juris&entsp=a politica-site&wc=200&wc mc=1&oe=UTF-8&ie=UTF-8&ud=1&sort=date%3AD%3AS%3Ad1&as qj=&site=ementario&as epq=&as oq=&as eq=&partialfield=n%3A70014814479&as q=+#main\\_res\\_juris](http://www.tjrs.jus.br/busca/search?q=&proxystylesheet=tjrs_index&client=tjrs_index&filter=0&getfield=* &aba=juris&entsp=a politica-site&wc=200&wc mc=1&oe=UTF-8&ie=UTF-8&ud=1&sort=date%3AD%3AS%3Ad1&as qj=&site=ementario&as epq=&as oq=&as eq=&partialfield=n%3A70014814479&as q=+#main_res_juris)>. Acessado em: 11.02.2017.

<sup>55</sup> No nosso entendimento quando da ocorrência dos estágios moderado - Ítem 2.2.2 - e severo - Ítem 2.2.3.

<sup>56</sup> CARVALHO, Filipa Daniela Ramos de. *A (Síndrome de) Alienação Parental e o exercício das responsabilidades parentais: algumas considerações*. Coimbra: Coimbra Editora, 2011, p. 56.

<sup>57</sup> BRASIL. Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais, 7ª Câmara Cível. Acórdão nº 1.0145.13.036495-6/003, de 25.02.2014. Disponível em:

<<http://www5.tjmg.jus.br/jurisprudencia/pesquisaNumeroCNJEspelhoAcordao.do?numeroRegistro=1&totalLinhas=1&linhasPorPagina=10&numeroUnico=1.0145.13.036495-6%2F003&pesquisaNumeroCNJ=Pesquisar>>. Acessado em: 03.12.2016.

Alienação Parental<sup>58</sup>. Assim reforçamos que mesmo que não haja o reconhecimento por parte da medicina como sendo a Síndrome da Alienação Parental uma patologia, tem-se que é um fenómeno cada vez mais recorrente, e é desencadeado por uma pressão psicológica sofrida pelo menor e cometida pelo genitor alienador que não consegue lidar com suas frustrações.

Desta forma, independente da nomenclatura a ser adotada, devemos ter em consideração, nesses casos, dos efeitos causados na vida de uma criança pois, esses sim, merecem atenção e proteção, exigindo-se que sejam adotadas medidas para travar o desenvolvimento da Alienação Parental antes que provoque traumas psicológicos nas crianças e buscar soluções para que este fenómeno não seja tão frequente nos processos que envolvem a guarda de menores. Já nos casos em que o impacto de tais atos já tenha se instaurado precisam ser praticadas medidas que punam o agente alienador, medidas essas que iremos tratar em capítulo posterior.

## **1.2. Dos estágios da Alienação Parental**

Tendo em consideração os diversos tipos de comportamentos manifestados nesse fenómeno GARDNER estabeleceu diferentes níveis/estágios de gravidade da Alienação Parental, quais sejam: leve, moderado e severo<sup>59</sup>.

### **1.2.1. Leve**

A rejeição leve, é caracterizada por alguns sinais de aborrecimento com um dos genitores, sem ocorrer uma ruptura na relação<sup>60</sup>. O processo de desmoralização ocorre de forma pouco intensa, não existindo sentimentos de dúvida e culpa, e as proibições das visitas não são frequentes<sup>61</sup>. A campanha ocorre de forma assistemática e não racionalizada,

---

<sup>58</sup> SÁ, Eduardo; SILVA, Fernando. *Alienação Parental*. Coimbra: Almedina, 2011, p. 9.

<sup>59</sup> GARDNER, Richar A., 1999. apud. TURKAT, Ira. *Parental Alienation Syndrome: A Review of Critical Issues*. Journal of the American Academy of Matrimonial Lawyers, vol. 18, n. 1, 2002, pp. 131-176, p. 140.

<sup>60</sup> GARCÍA GARNICA, María del Carmen. *El Síndrome de Alienación Parental a la luz del interés superior del menor*. Derecho Privado y Constitución, n. 23, ano 17. Madrid: Centro de Estudios Políticos y Constitucionales, 2009, pp. 201-248, p. 215.

<sup>61</sup> TRINDADE, Jorge. *Manual de Psicologia Jurídica para operadores do Direito*. 3 ed. rev. e ampl. Porto Alegre: Livraria do Advogado Editora, 2009, p. 318.

não afetando de maneira significativa na relação com o genitor alienado e sua família, de modo que os laços afetivos com o genitor alienado e sua família são mantidos<sup>62</sup>.

No caso trazido no Acórdão do Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais constatamos a ocorrência do nível leve de Alienação Parental, pelo que passamos a explicar: identificado que após o falecimento da genitora do menor o pai ingressou com o pedido de guarda, em desfavor dos avós maternos. Conforme relatório verifica-se que os avós maternos continuam a praticar os atos de Alienação Parental, inicialmente perpetrados pela mãe da menor, uma vez que tentam denegrir a imagem do genitor, como se o menor com ele estivesse em perigo. Pelos laudos, anexados ao processo, ainda foi possível perceber que o menor estava em conflito pois chorava quando ia de encontro aos pai, nos dias de visitação, entretanto, em seguida, quando já não estavam presentes os avós maternos, expressava felicidade e de estar à vontade na companhia do genitor e demais integrantes da família paterna. Entretanto, por entender que os avós não tinham consciência da gravidade do efeito lesivo de seu comportamento e pelo fato de que os atos não provocaram alteração no comportamento do menor, que demonstra afeição pelo genitor, o Tribunal fixou o direito de visitas dos avós ao menor de maneira supervisionada e o encaminhamento a tratamento psicológico, com a conscientização das partes da gravidade da conduta de tentar anular a figura do genitor<sup>63</sup>.

#### 1.2.2. Moderado

Por rejeição moderada, temos a recusa do menor em ver o genitor, aliada à busca de aspectos negativos que justifiquem sua vontade, acarretando a perda de contato com esse genitor<sup>64</sup>. O comportamento do menor muda e passa a ser desapropriado e agressivo, e a relação com o alienador passa a ser um pouco patológica<sup>65</sup>. Nesse estágio o menor passa excluir não somente o genitor alienado, mas também sua família<sup>66</sup>.

---

<sup>62</sup> GARDNER, Richard A. 1999. apud. TURKAT, Ira. *Parental Alienation Syndrome: A Review of Critical Issues*. Journal of the American Academy of Matrimonial Lawyers, vol. 18, n. 1, 2002, pp. 131-176, p. 140.

<sup>63</sup> Disponível em: <file:///C:/Users/Daniele/Downloads/InteiroTeor\_10395110003872003%20(2).pdf>

<sup>64</sup> GARCÍA GARNICA, María del Carmen. *El Síndrome de Alienación Parental a la luz del interés superior del menor*. Derecho Privado y Constitución, n. 23, ano 17. Madrid: Centro de Estudios Políticos y Constitucionales, 2009, pp. 201-248, p. 215.

<sup>65</sup> TRINDADE, Jorge. *Manual de Psicologia Jurídica para operadores do Direito*. 3 ed. rev. e ampl. Porto Alegre: Livraria do Advogado Editora, 2009, p. 318.

<sup>66</sup> GARDNER, Richard A., 1999. apud. TURKAT, Ira. *Parental Alienation Syndrome: A Review of Critical Issues*. Journal of the American Academy of Matrimonial Lawyers, vol. 18, n. 1, 2002, pp. 131-176, p. 140.

No contexto do Acórdão do Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais, foi identificado que a menor, embora ainda expressasse sentimentos de carinho e afeto pelo genitor, ao mesmo tempo demonstrou os referidos sentimentos com autocensura, como se assuntos que envolvam o genitor devessem ser evitados, e até mesmo proibidos, o que nos leva ao entendimento de que, neste caso, já começa a desenvolver-se o nível moderado de alienação. Ressaltou então o referido Tribunal que: “(...) instalar a Alienação Parental em uma criança é considerado um comportamento abusivo e reprovável. Afeta também o(a) genitor(a) alienado, além dos demais familiares e amigos, privando a criança do necessário e salutar convívio com todo um núcleo afetivo do qual faz parte e ao qual deveria permanecer integrada.”<sup>67</sup>

### 1.2.3. Severo

Na rejeição intensa ou severa verifica-se um estado avançado onde o menor manifesta intensa ansiedade na presença do genitor rejeitado, esta rejeição tem características fóbicas e forte mecanismo de exclusão<sup>68</sup>. As campanhas para desprestigiar o genitor alienado passam a ser mais intensas, com a intensificação do sentimento de ódio, sem mais sentir culpa por isto<sup>69</sup>. Os familiares do genitor alienado, neste estágio também serão rejeitados de forma intensa e impiedosa<sup>70</sup>.

Nos fundamentos da decisão do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná verificamos a ocorrência do que se entende como atos de alienação em nível severo eis que no relatório realizado por assistentes sociais foi concluído que: “dificuldades da infante, no tratamento com o genitor, não advêm dela própria, mas principalmente da atitude da genitora que contribuem significativamente para que os laços com o genitor se tornem cada vez mais fragilizados, apontando para uma possível Alienação Parental”. No mais, em virtude do que acostado aos autos, mostrou-se verdadeiro que o medo e a insegurança que a menor

---

<sup>67</sup> BRASIL. Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais, 7ª Câmara Cível. Acórdão nº 1.0145.13.036495-6/003, de 25.02.2014. Disponível em: <<http://www5.tjmg.jus.br/jurisprudencia/pesquisaNumeroCNJEspelhoAcordao.do?numeroRegistro=1&totalLinhas=1&linhasPorPagina=10&numeroUnico=1.0145.13.036495-6%2F003&pesquisaNumeroCNJ=Pesquisar>>. Acessado em: 03.12.2016.

<sup>68</sup> GARCÍA GARNICA, María del Carmen. *El Síndrome de Alienación Parental a la luz del interés superior del menor*. Derecho Privado y Constitución, n. 23, ano 17. Madrid: Centro de Estudios Políticos y Constitucionales, 2009, pp. 201-248, p. 215.

<sup>69</sup> TRINDADE, Jorge. *Manual de Psicologia Jurídica para operadores do Direito*. 3 ed. rev. e ampl. Porto Alegre: Livraria do Advogado Editora, 2009, p. 318.

<sup>70</sup> GARDNER, Richard A., 1999. apud. TURKAT, Ira. *Parental Alienation Syndrome: A Review of Critical Issues*. Journal of the American Academy of Matrimonial Lawyers, vol. 18, n. 1, 2002, pp. 131-176, p. 140.

sente com relação ao seu genitor, foi causado por atos da genitora que levaram a menor a internalizar com o passar dos anos de que havia sido vítima de abuso sexual praticado pelo genitor<sup>71</sup>.

---

<sup>71</sup> BRASIL. Tribunal de Justiça do Estado do Paraná, 12ª Câmara Cível. Acórdão nº 1435928-1, de 11.05.2016. Disponível em: <[https://portal.tjpr.jus.br/jurisprudencia/j/12157825/Ac%C3%B3rd%C3%A3o-1435928-1#integra\\_12157825](https://portal.tjpr.jus.br/jurisprudencia/j/12157825/Ac%C3%B3rd%C3%A3o-1435928-1#integra_12157825)>. Acessado em 13.01.2017.

## **2. DOS ENVOLVIDOS NO PROCESSO DE ALIENAÇÃO PARENTAL**

Como já exposto, a alienação é um processo realizado por um dos genitores para que o menor vítima da Alienação Parental venha a se distanciar do outro genitor, o genitor alienado, e passe a ter sentimentos ruins com relação a este o que resultaria na quebra da relação que até então era de harmonia e amor. Importante então analisar cada um dos envolvidos, destacando as características que se evidenciam durante a instalação desse fenômeno.

### **2.1. Do genitor alienante**

Como definição do sujeito alienador temos alguém que não possui consciência moral, e não tem capacidade para se colocar no lugar do outro, sem qualquer afinidade com a prole e, principalmente não possui condições de estabelecer a diferença entre a verdade e a mentira, sempre buscando que a sua verdade seja a verdade dos outros, fazendo com que os filhos vivam em uma falsa realidade. Desta maneira está sempre a procura de monitorar o tempo e manipular o sentimento dos filhos com relação ao outro genitor, finge estar preocupado e querer colaborar, mas age apenas de forma a atingir os seus interesses<sup>72</sup>.

Em caso relatado no Acórdão do Tribunal da Relação de Lisboa foi constatado que a genitora, que tinha a guarda do menor, agiu de forma a impedir que o menor pudesse conviver e ter um relacionamento sadio com seu genitor. A genitora acusou o pai do menor de ter adotado comportamentos criminosos e induziu na mente do menor que os mesmos ocorreram, agindo assim desvalorizou e denegriu a imagem do pai perante o filho. Ainda conforme parecer da equipe técnica da Segurança Social: “Com base na avaliação realizada, parece-nos que a progenitora tende a transferir para a relação entre pai e filho, os quais não revela capacidade para ultrapassar, de modo a que estes não interfiram no exercício da sua função parental. Este facto afigura-se-nos preocupante, dado que existem indícios do início de um processo de Alienação

---

<sup>72</sup> TRINDADE, Jorge. *Manual de Psicologia Jurídica para operadores do Direito*. 3 ed. rev. e ampl. Porto Alegre: Livraria do Advogado Editora, 2009, p. 313.

Parental, por parte da mãe, que poderá condicionar a saudável vinculação e relacionamento entre pai e filho”<sup>73</sup>.

Percebemos que esse desvio da verdade ocorre porque desenvolveram essas crenças por um processo falho de raciocínio. O genitor alienante nem sempre está consciente de seus atos, ou seja, manipula a criança sem estar ciente de que suas alegações não estão de acordo com a verdade, acreditam que as acusações que eles fazem são verdadeiras<sup>74</sup>. O que identificamos principalmente no nível leve de Alienação Parental.

Assim, irá agir o alienante como um perturbador do bem estar emocional, danificando a paz e harmonia que deve existir entre o filho e ambos os genitores<sup>75</sup>. Desta forma, apresentam-se tipos diferentes de genitores alienadores que podem ser identificados, como: o alienador ingênuo (*Naïve alienators*) - é aquele genitor que não interfere no relacionamento da prole com o outro genitor, contudo pode, ocasionalmente, agir ou dizer algo típico do ato de alienar. Na verdade, todos os genitores serão por vezes alienadores ingênuos, pois tem problema em controlar suas frustrações, amarguras ou mágoas; o alienador ativo (*Active alienators*) – possui uma dor intensa ou raiva que os faz impulsivamente perder o controle sobre o que diz ou de seus atos. Por estar mais ligado à sua perda de autocontrole, pode, mais tarde, se sentir muito culpado pela forma como se comportou; e o alienador obcecado (*Obsessed alienators*) – caracteriza-se por um comportamento mais fervoroso com a intenção de destruir o outro genitor. É o alienador que possui autocontrole e percepção dos seus atos<sup>76</sup>.

A conduta de um alienador ingênuo levará a ocorrência de uma alienação em nível leve, já os atos de um alienador ativo irá provocar os efeitos do estágio moderado, e, por fim, quanto aos comportamentos de um alienador obcecado temos que estes irão atingir os resultados do nível severo perante a criança.

---

<sup>73</sup> PORTUGAL. Tribunal da Relação de Lisboa. Acórdão nº 346/07.7TBCLD.L1-7, de 23.09.2014. Disponível em:

<<http://www.dgsi.pt/jtrl.nsf/33182fc732316039802565fa00497eec/5a03ed840deea4bc80257d93004a122e?OpenDocument&Highlight=0,346%2F07.7TBCLD>>. Acessado em 21.12.2016.

<sup>74</sup> KOPETSKI, Leona M.. *Identifying cases of Parent Alienation Syndrome: Part I*. 1998a., p. 2. [online]. Disponível em: <<http://www.fact.on.ca/Info/pas/kopet98a.pdf>>. Acessado em: 20 de janeiro de 2017.

<sup>75</sup> SÁ, Eduardo; SILVA, Fernando. *Alienação Parental*. Coimbra: Almedina, 2011, pp. 38-39.

<sup>76</sup> DARNALL, Douglas. *Three Types of Parental Alienators*. 1998. p. 2. [online]. Disponível em: <<http://parentalalienation.org/articles/types-alienators.html>>. Acessado em: 12.08.2016.

Por outro lado estão as crianças que podem não ser capazes de resistir a uma campanha persistente de ódio e alienação. Normalmente, o pai alienante se cercará de pessoas que apoiam a alienação, acreditando que a criança precisa ser protegida ou salva do genitor alienado. A dor intensa ou raiva sentida pelo alienador faz com que venha agir de forma impulsiva e perder o controle sobre o seus atos<sup>77</sup>.

Para atingir seu objetivo o alienante ultrapassa todos os limites e gera situações de “*extrema gravidade e violência emocional nas crianças*”, e em alguns casos envolve terceiros que acabam por ficar co-envolvidos com seus atos de alienação, e estes participam de forma cúmplice e ajudando na “lavagem emocional” da criança<sup>78</sup>.

Situação identificada em caso objeto de apreciação pelo Tribunal de Justiça do Estado do Paraná: “AGRAVO DE INSTRUMENTO AÇÃO DE SEPARAÇÃO JUDICIAL LITIGIOSA DECISÃO QUE REVERTEU A GUARDA DOS FILHOS MENORES PARA O GENITOR COMPORTAMENTO INADEQUADO DA GENITORA EM PREJUÍZO DOS MENORES IMPEDIMENTO AO EXERCÍCIO DO DIREITO DE VISITAÇÃO PATERNA INTENÇÃO DA MÃE E DE SEUS FAMILIARES DE IMPEDIR A CRIAÇÃO DE VÍNCULO AFETIVO DOS FILHOS COM O PAI INOBSERVÂNCIA DOS DEVERES INERENTES À GUARDA PELA GENITORA - REITERADO DESCUMPRIMENTO DE ORDENS JUDICIAIS PARA PERMISSÃO DAS VISITAS PATERNAS OPOSIÇÃO DE OBSTÁCULOS À ATUAÇÃO DO CONSELHO TUTELAR E ACOMPANHAMENTO PSICOLÓGICO DOS MENORES ALIENAÇÃO PARENTAL CONFIGURADA INEFICÁCIA DAS MEDIDAS APLICADAS PELO JUÍZO NECESSIDADE DE ALTERAÇÃO DA GUARDA PRESERVAÇÃO DOS INTERESSES DOS MENORES DECISÃO MANTIDA RECURSO DESPROVIDO”<sup>79</sup>. (Grifo nosso)

Nos casos mais graves o alienante vai além de todos os limites e gera situações de imensa gravidade e violência emocional no menor, resultando em um choque quanto à imagem do outro progenitor. É notório, em alguns casos, que o alienante para alcançar sua

---

<sup>77</sup> DARNALL, Douglas. *Three Types of Parental Alienators*. 1998, p. 1- [online]. Disponível em: <<http://parentalalienation.org/articles/types-alienators.html>>. Acessado em: 12.08.2016.

<sup>78</sup> SÁ, Eduardo; SILVA, Fernando. *Alienação Parental*. Coimbra: Almedina, 2011, pp. 12-13.

<sup>79</sup> BRASIL. Tribunal de Justiça do Estado do Paraná. Acórdão nº 718.379-9, de 10.11.2010. Disponível em: <<https://portal.tjpr.jus.br/jurisprudencia/j/11025916/Ac%C3%B3rd%C3%A3o-718379-9>>. Acessado em: 29.03.2017.



pretensão máxima de impacto na criança, estimula-lhe memórias falsas, associadas a possíveis fatos graves que o alienado terá exercido, em desfavor do menor ou do próprio alienante, às quais dizem respeito a um tempo do qual a criança não terá lembrança, entretanto pela mensagem que lhe é passada tem por assimilar como se verdade fosse, e de regra estão ligados a maus-tratos, ou atitudes violentas. É possível assegurar que as formas mais graves são as que dizem respeito às falsas denúncias de abuso sexual, por gerar consequências dramáticas ao genitor alienado nas crianças, e assim também na relação entre ambos. No mais, tem-se que os comportamentos referidos, de regra, não atingem a mesma gravidade, dependerá da maneira como são realizados e do tempo que duram<sup>80</sup>.

Pode também, o alienador agir de forma direta ao alienado ao recusar informações quanto à vida do filho, objetivando o afastamento daquele de todas as questões relacionadas à criança<sup>81</sup>.

Diante da pressão exercida pelo alienador a exigir uma cumplicidade, a criança vítima da Alienação Parental não é capaz de dizer a razão dos seus sentimentos para o pai alienado. A melhor esperança para as crianças afetadas por um alienador obcecado é a identificação precoce dos sintomas e prevenção<sup>82</sup>.

Assim, os atos praticados pelo pai alienador, do mais simples até o mais grave, precisam ser tratados, uma vez que a formação psicológica de uma criança ou adolescente está em risco. Quando o alienador adota um comportamento mais ativo ou obcecado o resultado será ainda mais penoso para a criança que foi vítima de maus-tratos psicológicos e podem carregar os efeitos para o resto de suas vidas<sup>83</sup>.

## **2.2. Do genitor alienado**

O genitor alienado aparece como vítima passiva, sobre a qual não é realizada uma maior análise quanto ao seu papel dentro do contexto da alienação<sup>84</sup>. Porém é preciso ter em

---

<sup>80</sup> SÁ, Eduardo; SILVA, Fernando. *Alienação Parental*. Coimbra: Almedina, 2011, pp. 13-14.

<sup>81</sup> SÁ, Eduardo; SILVA, Fernando. *Alienação Parental*. Coimbra: Almedina, 2011, p. 12.

<sup>82</sup> DARNALL, Douglas. *Three Types of Parental Alienators*. 1998, p. 4. [online]. Disponível em: <<http://parentalalienation.org/articles/types-alienators.html>>. Acessado em: 12.08.2016.

<sup>83</sup> Ítems 3.3 e 3.4

<sup>84</sup> MOTTA, Maria Antonieta Pisano. *A Síndrome de Alienação Parental: aspectos interdisciplinares na teoria e na prática*. Revista do Advogado, n. 112, ano 21. São Paulo: AASP, 2011, pp. 104-127, p. 109.

consideração o carácter grave dos efeitos gerados, também, na pessoa do progenitor alienado, pois tem sua imagem como genitor desfeita perante a prole, que passa a ser obrigada a nutrir sentimento de ódio por aquele<sup>85</sup>.

Em virtude dos atos de alienação pode ser iniciado um processo de abandono afetivo por parte do genitor alienado, pois, assim como a criança, passa a classificar como verdades as mentiras e fantasias contadas repetidamente, assumindo as depreciações contra si como verdadeiras afasta-se da convivência com o intenção de garantir o bem-estar físico, material e emocional do menor<sup>86</sup>.

Por agir de forma não consciente da situação pela qual está passando, o genitor alienado permanece passivo à situação. E nos casos mais graves da Síndrome da Alienação Parental, por não ter contato com os filhos, encara a perda de forma definitiva, e vive o luto dessa perda. Entretanto no momento que conseguir perceber o processo de Alienação Parental, deverá adotar comportamentos para restabelecer o contato com a prole e ajudar para que esta volte a possuir uma relação emocional equilibrada com ambos os genitores e suas famílias<sup>87</sup>.

### **2.3. Da criança vítima da alienação**

No momento em que for verificado que há por parte do menor uma exclusão, afastamento ou medo de um dos genitores será preciso averiguar o que está provocando tais sentimentos<sup>88</sup>. Tem-se que a criança, vítima da alienação, será induzida pelo alienador a possuir o mesmo sentimento que ele, contudo nota-se que quando a criança for mais velha, para evitar conflitos, aprenderá a manter suas opiniões para si, porém, as crianças mais novas tornam-se mais confusas e vulneráveis às manipulações de seus pais<sup>89</sup>.

---

<sup>85</sup> SÁ, Eduardo; SILVA, Fernando. *Alienação Parental*. Coimbra: Almedina, 2011, p. 15.

<sup>86</sup> BARUFI, Melissa Telles. *O ato de perdão é personalíssimo*. In: SILVA, Alan Minas Ribeiro da.; BORBA, Daniela Vitorino (Org.). *A morte inventada: alienação parental em ensaios e vozes*. São Paulo: Saraiva, 2014, pp. 79-88, p. 84

<sup>87</sup> ZAMAN, Rada Maria Metzger Képes. *A Síndrome de alienação parental: um estudo exploratório*. Revista do Ministério Público do Rio Grande do Sul, n. 58. Porto Alegre: AMP/RS, FMP, 2006, pp. 173-194, p. 182.

<sup>88</sup> GARCÍA GARNICA, María del Carmen. *El Síndrome de Alienación Parental a la luz del interés superior del menor*. Derecho Privado y Constitución, n. 23, ano 17. Madrid: Centro de Estudios Políticos y Constitucionales, 2009, p. 201-248, p. 212.

<sup>89</sup> DARNALL, Douglas. *Three Types of Parental Alienators*. 1998, p. 3. [online]. Disponível em: <<http://parentalalienation.org/articles/types-alienators.html>>. Acessado em: 12.08.2016.

O menor, diante da batalha de sentimentos em que é inserido, e a permanente mudança de pensamento a que é exposto, por manipulação, coloca-se na obrigação de se juntar ao genitor de quem depende e em quem passa acreditar, tomando para si os seus sofrimentos e agindo em sua defesa na campanha em desfavor ao outro genitor<sup>90</sup>.

Acredita-se que as crianças que desenvolvem a Síndrome da Alienação Parental, comumente irão possuir semelhanças entre elas, o que leva a um diagnóstico mais evidente. Assim, existe na Síndrome da Alienação Parental um fator específico implícito que é a programação da criança pelo genitor alienante<sup>91</sup>.

Alguns sintomas da Síndrome da Alienação Parental que aparecem no menor, normalmente juntos, principalmente nos estágios moderado<sup>92</sup> e severo<sup>93</sup>, podem ser: a campanha para denegrir o pai alienado; justificativas sem sentido para a depreciação; ausência de dúvida; a figura do “pensador independente”; proteção do genitor alienador nas lides parentais; exploração ou crueldade com o pai alienado sem sentimento de culpa; a ocorrência de atitudes dissimuladas; aversão também direcionada à família e pessoas próximas ao alienado. Já no estágio leve<sup>94</sup> é possível que a criança não apresente todos os sintomas descritos<sup>95</sup>.

O menor, quando da Síndrome da Alienação Parental, irá demonstrar de forma livre, e sem motivos, sentimentos como raiva, ódio, medo e rejeição, bem como crenças negativas perante um genitor que se afasta da experiência real e dela de maneira significativamente desproporcional e desvinculada.

A criança irá participar de forma ativa do denegrimento do genitor alienado. A diferença entre uma criança alienada e aquela que tem dificuldade de se relacionar com um dos genitores, é que esta quando possui capacidade de expressar-se demonstra a vontade de ter um relacionamento positivo com o genitor com o qual possui dificuldades e também estabelece boas razões para ter procurado diminuir o contato com aquele genitor. E as

---

<sup>90</sup> FEITOR, Sandra Inês Ferreira. *A Síndrome de Alienação Parental e o seu tratamento à luz do direito de menores*. Coimbra: Coimbra Editora, 2012, p. 25.

<sup>91</sup> GARDNER, Richard A. *O DSM-IV tem equivalente para o diagnóstico de Síndrome da Alienação Parental?* Tradução por Rita Rafaeli. New York, EUA, 2002.

<sup>92</sup> Ítem 2.2.2.

<sup>93</sup> Ítem 2.2.3.

<sup>94</sup> Ítem 2.2.1.

<sup>95</sup> GARDNER, Richard A. *O DSM-IV tem equivalente para o diagnóstico de Síndrome da Alienação Parental?* Tradução por Rita Rafaeli. New York, EUA, 2002.

crianças que sofreram a violência, abuso ou negligência possuem um risco maior de querer o afastamento do genitor agressor ou negligente<sup>96</sup>.

O menor passa pela manipulação de sua realidade quando lhe são induzidas falsas percepções, e a lavagem cerebral sofrida pelo menor se estabelece quando um dos genitores pratica atos de forma consciente com o intuito de afastar o menor do outro genitor, e o alienador pode desenvolver uma campanha de denegrição ao longo de muitos anos. O que ocorre muitas vezes é que a falta de frequência das visitas ou a falta de contato com o genitor alienado facilita que a criança aceite completamente as críticas do genitor alienador. E desta forma torna-se difícil anular a campanha denegritória instaurada<sup>97</sup>.

No momento em que a criança é questionada para apresentar razões que expliquem o sentimento de ódio pelo genitor alienado, estas apresentam razões fracas ou sem sentido. A criança utiliza as histórias e explicações do genitor alienante para explicar o que está errado com o pai alienado. Esses "cenários emprestados" podem incluir tópicos e palavras que estão muito além do nível conceitual de funcionamento ou base de conhecimento apropriada para uma criança dessa idade<sup>98</sup>.

O menor está exposto a um comportamento que constitui um fator de perigo, e se não isso, pelo menos, de perturbação do seu equilíbrio emocional, o que demonstra e conduz a necessidade de mudar essa situação. As providências que precisam ser adotadas devem configurar a proteção do menor, a responsabilização do alienante e a defesa dos verdadeiros interesses do genitor alienado<sup>99</sup>.

---

<sup>96</sup> MOTTA, Maria Antonieta Pisano. *A Síndrome da Alienação Parental. Aspectos interdisciplinares na teoria e na prática*. In: Revista do Advogado. Ano XXXI, nº 112, Julho de 2011. AASP – Associação dos Advogados de São Paulo, p. 107.

<sup>97</sup> GARDNER, Richard A.. *Recent Trends in Divorce and Custody Litigation*. 1985, p. 3. [online]. Disponível em: <<http://fact.on.ca/Info/pas/gardnr85.pdf>>. Acessado em: 04.07.2016.

<sup>98</sup> TURKAT, Ira. *Parental Alienation Syndrome: A Review of Critical Issues*. Journal of the American Academy of Matrimonial Lawyers, vol. 18, n. 1, 2002, pp. 131-176, pp. 134-136.

<sup>99</sup> SÁ, Eduardo; SILVA, Fernando. *Alienação Parental*. Coimbra: Almedina, 2011, p. 18.

### 2.3.1. Dos danos causados e dos efeitos futuros

Nota-se que no fenômeno da Alienação Parental o que predomina em todo o processo é um jogo psicológico profundamente malévolo e danoso, um jogo de poder e manipulação do menos favorecido, ou seja, o menor<sup>100</sup>.

As consequências emocionais, psicológicas ou comportamentais desse fenômeno quando penetrado na criança irão refletir na infância e prolongar-se-ão pela vida adulta. Por estar em pleno desenvolvimento emocional e psíquico, vivenciar tal situação pode ser desastroso e comprometer o crescimento do menor nestes aspectos<sup>101</sup>.

Situação identificada em caso alvo de decisão pelo Tribunal da Relação do Porto, que através da perícia revelou que a genitora apresenta sinais de dissimulação, posicionando-se como vítima, relatando e referindo aos menores todos os fatos processuais, que reforçam a intenção de culpabilizar o genitor. Ainda, pela avaliação realizada com o menor constatou-se que já está em curso um processo de alienação e caso não seja interrompido é possível que a convivência entre o genitor e os menores se torne inviável, no mais, destaca que os infantes crescerão com uma ideia negativa, destorcida e injusta do genitor. Por fim em resposta aos quesitos foi dito que: “(...) será de clara confirmação da existência de alienação parental pois toda a dinâmica desta mãe é a de transmitir a estes menores que o convívio com o pai não é positivo, e fá-lo em actos simples como (...) que não foi um pai presente, que não se preocupa, lhes confecciona alimentos que não gostam (...)”<sup>102</sup>.

O alienador inicialmente irá transferir para a prole todos seus sentimentos negativos e frustrações relacionadas ao genitor alienado, e faz com que a criança crie um dever de proteger o genitor alienador, criando uma relação psicopatológica<sup>103</sup>. As diferenças entre

---

<sup>100</sup> FEITOR, Sandra Inês Ferreira. *A Síndrome de Alienação Parental e o seu tratamento à luz do direito de menores*. Coimbra: Coimbra Editora, 2012, p. 56.

<sup>101</sup> FEITOR, Sandra Inês Ferreira. *A Síndrome de Alienação Parental e o seu tratamento à luz do direito de menores*. Coimbra: Coimbra Editora, 2012, pp. 115-116.

<sup>102</sup> PORTUGAL. Tribunal da Relação do Porto, 2ª Secção. Acórdão nº 1020/12.8TBVLR.P1, de 09.07.2014. Disponível em: <<http://www.dgsi.pt/jtrp.nsf/56a6e7121657f91e80257cda00381fdf/c7eabfdb5ab87fdf80257d1d00326e02?opendocument&highlight=0,1020%2f12.8tbvrl>>. Acessado em 07.01.2017.

<sup>103</sup> TRINDADE, Jorge. *Manual de Psicologia Jurídica para operadores do Direito*. 3 ed. rev. e ampl. Porto Alegre: Livraria do Advogado Editora, 2009, p. 316.

a criança e o genitor alienado serão utilizadas pelo genitor alienador para indicar falha naquela relação, criando um clima emocional notadamente alienador para a prole<sup>104</sup>.

A criança vítima dessa manipulação pode seguir o que é determinado pelo alienador, como a sua exigência de ser escolhido como o melhor, fazendo o filho ter receio de desobecer e desagradar. Na pressão imposta pelo alienador para obter a lealdade da prole, a criança sofrerá com o medo do abandono, pois se desiludir o alienador sofrerá a perda do seu amor, sobregarregado com uma ameaça afetiva, uma vez que deve afastar o outro genitor. O menor é obrigado a escolher entre os genitores, o que afeta gravemente o seu desenvolvimento natural e saudável<sup>105</sup>.

Ao sofrer as manipulações do genitor alienador o menor poderá passar a expressar falsas emoções, preso ao ambiente emocional dos genitores, perdendo a noção da verdade, do certo ou errado, o que pode levar a uma má formação de caráter<sup>106</sup>.

O menor que passa por um estresse tóxico, do qual resultam experiências adversas intensas, como o mal-estar infantil, que inclui abuso e negligência, é uma criança incapaz de gerir eficazmente este tipo de estresse por si mesmo. Os efeitos negativos do estresse tóxico podem ser diminuídos com o apoio de adultos que cuidam, assim como um apoio e uma intervenção adequada pode ajudar a devolver o sistema de resposta ao stress à sua linha de base normal<sup>107</sup>.

O cenário verificado nos autos do processo cuja decisão *a quo* foi objeto de recurso para o Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais, era de que havia elementos a indicar que a genitora não media esforços com o fim de prejudicar o relacionamento afetivo existente entre pai e filho. Salientou-se que, em passagem do laudo psicossocial realizado, o menor narrou à psicóloga judicial castigos que seu genitor teria aplicado quando tinha somente 06 meses de idade e que perduraram até os 3 anos. Ainda, quando questionado

---

<sup>104</sup> BONE, J. Michael; WALSH, Michael R. *Parental Alienation Syndrome: how to detect it and what to do about it*. The Florida Bar Journal, v. 73, nº. 3, 1999. [online]. Disponível em: <<http://www.fact.on.ca/Info/pas/walsh99.htm>>. Acessado em: 25.11.2016.

<sup>105</sup> TRINDADE, Jorge. *Manual de Psicologia Jurídica para operadores do Direito*. 3 ed. rev. e ampl. Porto Alegre: Livraria do Advogado Editora, 2009, p. 316.

<sup>106</sup> TRINDADE, Jorge. *Manual de Psicologia Jurídica para operadores do Direito*. 3 ed. rev. e ampl. Porto Alegre: Livraria do Advogado Editora, 2009, p. 316.

<sup>107</sup> MIDDLEBROOKS, Jennifer S.; AUDAGE, Natalie C.. *The Effects of Childhood Stress on Health Across the Lifespan*. Atlanta: Centers for Disease Control and Prevention, National Center for Injury Prevention and Control, 2008. p. 4. [online]. Disponível em: <<https://stacks.cdc.gov/view/cdc/6978/>>. Acessado em: 13.12.2016.

pelas profissionais qual idade tinha no momento dos fatos expostos, o menor alegou primeiro que possuía recordações e, logo após, que sua genitora havia contado-lhe. O que foi considerado como uma forte amostra da realização de Alienação Parental, com a genitora a induzir falsas memórias no menor, que abalam a imagem deste com relação ao pai. Por fim pela conclusão do estudo social: “(...) foi no sentido de que o menor se encontra exposto às divergências entre seus pais sentindo-se desgastado e ansioso. A assistente social constatou, ainda, que a criança revela-se tendenciosa em se posicionar favorável à postura da mãe, se expressando com relação ao pai de forma reservada e superficial, principalmente diante de pressões advindas da mãe, mas nutrindo afeto pela figura paterna.”<sup>108</sup>

O menor irá impor a uma parte de si mesmo uma carga negativa, uma parte de sua personalidade enfrenta uma real amputação psíquica, tal perda é acarretada pela ruptura da relação paterno-filial<sup>109</sup>. E então o menor em sua fase adulta pode sentir um grave complexo de culpa por ter colaborado com uma injustiça contra o genitor alienado, e ainda, não mais pode recuperar o tempo perdido e desfazer a ruptura causada<sup>110</sup>.

O menor, vítima dos atos de alienação, por não saber lidar com a situação a qual está exposto começará a apresentar alguns sintomas, tais como: a depressão crônica, a incapacidade de adaptação em ambiente psicossocial normal, os transtornos de identidade e de imagem, o desespero, o sentimento incontrolável de culpa, o sentimento de isolamento, o comportamento hostil, a falta de organização, a dupla personalidade, e em alguns casos, o suicídio<sup>111</sup>.

Tem-se que o apoio dos pais é necessário para que as crianças aprendam a reagir ao estresse de uma maneira física e emocionalmente saudável. Contudo esse estresse é causado pelo genitor alienador e provoca um estresse intensivo e prolongado que pode

---

<sup>108</sup> BRASIL. Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais, 4ª Câmara Cível. Acórdão nº 1.0024.11.205247-7/001, de 02.07.2015. Disponível em: <http://www5.tjmg.jus.br/jurisprudencia/pesquisaNumeroCNJEspelhoAcordao.do?numeroRegistro=1&totalLinhas=1&linhasPorPagina=10&numeroUnico=1.0024.11.205247-7%2F001&pesquisaNumeroCNJ=Pesquisar>. Acessado em: 14.12.2016.

<sup>109</sup> DELFIEU, J. M. *Syndrome d'aliénation parentale: diagnostic et prise en charge médicojuridique*. In: Experts, nº. 67, 2005, p. 24-30, [online]. Disponível em: <https://oudervervreemding.wordpress.com/2005/06/01/00001/>. Acessado em: 25.08.2016.

<sup>110</sup> FEITOR, Sandra Inês Ferreira. *A Síndrome de Alienação Parental e o seu tratamento à luz do direito de menores*. Coimbra: Coimbra Editora, 2012, p. 116-117.

<sup>111</sup> MOTTA, Maria Antonieta Pisano. *A Síndrome de Alienação Parental: aspectos interdisciplinares na teoria e na prática*. Revista do Advogado, nº. 112, ano 21. São Paulo: AASP, 2011, pp. 104-127. p. 111.

levar a uma variedade de efeitos negativos a curto e a longo prazo, sobre a saúde. Pode perturbar o desenvolvimento precoce do cérebro e comprometer o funcionamento dos sistemas nervoso e imunológico. Além disso, o estresse na infância pode levar a problemas de saúde mais tarde na vida, incluindo alcoolismo, depressão, distúrbios alimentares, doenças cardíacas, câncer e outras doenças crônicas<sup>112</sup>.

Ainda, dos efeitos da Alienação Parental apresentam-se a propensão da formação de uma personalidade adulta problemática, seguida de estado depressivo, hiperatividade, agressividade, insegurança, ansiedade, mais ainda, há a probabilidade de aparecerem perturbações de ordem psiquiátricas, como psicoses, depressões graves, doença psicossomática, dentre outras, e em casos extremos podendo chegar ao suicídio<sup>113</sup>.

Através dos relatórios sociais provenientes da Segurança Social em processo objeto de recurso para o Tribunal da Relação do Porto foi demonstrado que a genitora “manipula os menores exercendo assim abuso emocional sobre os mesmos”, e que no momento “sofre de perturbação clínica aliada à Alienação Parental”, referindo ainda que prejudicada está a sua capacidade parental. E assim, “as consequências do impacto poderão ser nefastas no desenvolvimento e estruturação da personalidade destes menores”<sup>114</sup>.

Afirma-se que o adulto, que em criança fora vítima da alienação, terá em mente as vivências que não partilhou e que não irão repetir, não terá a chance de que novamente venham a ser proporcionadas pois fazem parte de acontecimentos da infância, e por estão razão são únicos de cada etapa, e depois de perdidos não existe a possibilidade de vivenciá-los<sup>115</sup>.

---

<sup>112</sup> MIDDLEBROOKS, Jennifer S.; AUDAGE, Natalie C.. *The Effects of Childhood Stress on Health Across the Lifespan*. Atlanta: Centers for Disease Control and Prevention, National Center for Injury Prevention and Control, 2008, p. 3. [online]. Disponível em: <<https://stacks.cdc.gov/view/cdc/6978/>>. Acessado em: 13.12.2016.

<sup>113</sup> ZAMAN, Rada Maria Metzger Képes. *A Síndrome de alienação parental: um estudo exploratório*. Revista do Ministério Público do Rio Grande do Sul, n. 58. Porto Alegre: AMP/RS, FMP, 2006, pp. 173-194, p. 184.

<sup>114</sup> PORTUGAL. Tribunal da Relação do Porto, 2ª Secção. Acórdão nº 1020/12.8TBVLR.P1, de 09.07.2014. Disponível em: <<http://www.dgsi.pt/jtrp.nsf/56a6e7121657f91e80257cda00381fdf/c7eabfdb5ab87fdf80257d1d00326e02?opendocument&highlight=0,1020%2f12.8tbvrl>>. Acessado em 07.01.2017.

<sup>115</sup> FEITOR, Sandra Inês Ferreira. *A Síndrome de Alienação Parental e o seu tratamento à luz do direito de menores*. Coimbra: Coimbra Editora, 2012, p. 117.



No mais, a culpa resulta de que o menor, quando na fase adulta, percebe que, mesmo que de forma inconsciente, foi cúmplice de uma injustiça contra o genitor alienado<sup>116</sup>. GARDNER ainda refere que a criança alienada tem a propensão de reproduzir a mesma patologia psicológica que o genitor alienador<sup>117</sup>.

Salientamos, como já mencionado acima, que as experiências vividas na infância são decisivas para distúrbios de personalidade na fase adulta e assim, não podem ficar sem serem reprimidos os casos de abuso emocional e psicológico dos menores, situação em que são alvos de permanentes deturpações da realidade, com indução de falsas memórias, verdadeiras vítimas de manipulação<sup>118</sup>.

---

<sup>116</sup> LOWENSTEIN L. F., 1998. apud. PODEVYN, François. *Síndrome de Alienação Parental*. 2001. p. 3. [online]. Disponível em: <<http://www.apase.org.br/94001-sindrome.htm>>. Acessado em: 07.08.2016.

<sup>117</sup> GARDNER, Richard A. 1999. apud. PODEVYN, François. *Síndrome de Alienação Parental*. 2001. p. 3. [online]. Disponível em: <<http://www.apase.org.br/94001-sindrome.htm>>. Acessado em: 07.08.2016..

<sup>118</sup> CALÇADA, Andreia, 2008. *Falsas acusações de abuso sexual e a implantação de falsas memórias*. Editora Equilíbrio, Apasae.org., 2008.

### **3. DO TRATAMENTO JURÍDICO CONFERIDO À ALIENAÇÃO PARENTAL**

Os processos de disputa de guarda passam a obter mais atenção por parte dos operadores do direito com o intuito de identificar a ocorrência do fenômeno da Alienação Parental, que é um ato censurável, praticado em desfavor de um menor, normalmente pelos genitores, aqueles que devem, em primeiro lugar, garantir o superior interesse criança.

Ressalta-se que os profissionais da área do Direito, da Psicologia e do Serviço Social já tinham contato com tal fenômeno através do qual crianças, de diferentes idades, revelavam-se rejeitadoras, denegridoras e alimentavam sentimentos negativos em relação a um genitor que no passado amavam e tinham uma convivência positiva e pacífica<sup>119</sup>.

No âmbito jurídico o importante é a maneira nociva com que a parentalidade está sendo exercida, e não a inexistência de uma vinculação afetiva do alienante com a criança. Essa ação gera uma perturbação do equilíbrio emocional do menor, e acaba por abalar o seu desenvolvimento psicológico. O menor sem escolha e com base em falsas razões desenvolverá um sentimento de raiva e revolta perante o genitor alienado, acarretando consequências comportamentais e perturbação interior advinda de tal situação<sup>120</sup>.

#### **3.1. Ordenamento jurídico brasileiro**

O Brasil foi o primeiro país, no âmbito jurídico, a tratar da Alienação Parental, descrevendo o conceito e atribuindo, de maneira exemplificativa, os atos típicos, bem como, os sujeitos ativos. Em 26 de agosto de 2010 foi sancionada a Lei 12.318, oriunda do Projeto de Lei 4053 de 2008, que versa sobre o fenômeno da Síndrome da Alienação Parental, fato já conhecido antes de 1985 quando RICHARD GARDNER assim o conceituou.

Mas, mesmo antes de ser criada a lei, eram proferidas decisões pelo Poder Judiciário a mencionar e reconhecer a existência do fenômeno da Alienação Parental, como se evidencia no Acórdão nº 70016276735, de outubro de 2006, no qual referiu o Tribunal

---

<sup>119</sup> MOTTA, Maria Antonieta Pisano. *A Síndrome de Alienação Parental: aspectos interdisciplinares na teoria e na prática*. Revista do Advogado, nº. 112, ano 21. São Paulo: AASP, 2011, pp. 104-127. p. 105.

<sup>120</sup> SÁ, Eduardo; SILVA, Fernando. *Alienação Parental*. Coimbra: Almedina, 2011. p. 16.

de Justiça do Estado do Rio Grande do Sul que diante do “(...) nível elevado de animosidade entre os genitores que não conseguem ultrapassar suas dificuldades sem envolver a prole, e diante das acusações graves praticadas contra o genitor que está distante dos filhos há longo período, necessitando alterações no modo de visitação, e por estar presente a possibilidade da ocorrência da Síndrome da Alienação Parental.”<sup>121</sup>

A criação da lei que trata especificamente do fenômeno da Alienação Parental, e o reconhecimento pelos Tribunais, é o que vem possibilitando a resolução desses conflitos de forma mais acertada e justa<sup>122</sup>, pois as autoridades judiciárias, juntamente com os profissionais da psicologia, têm conseguido identificar de forma mais clara a ocorrência ou não da Alienação Parental.

Antes da Lei da Alienação Parental, e ainda com vigência no direito brasileiro, para a proteção das crianças e adolescentes recorre-se ao Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) – Lei 8.069/90<sup>123</sup> o qual dispõe sobre os direitos e deveres dos menores no âmbito familiar, escolar e social. Em seu art. 3º estabelece o Estatuto que: “A criança e o adolescente gozam de todos os direitos fundamentais inerentes à pessoa humana, sem prejuízo da proteção integral de que trata esta Lei, assegurando-se-lhes, por lei ou por outros meios, todas as oportunidades e facilidades, a fim de lhes facultar o desenvolvimento físico, mental, moral, espiritual e social, em condições de liberdade e de dignidade.” (Grifo nosso). Ainda, prevê o art. 19<sup>124</sup>, do mesmo diploma, o direito do menor de poder conviver com ambos os genitores, entretanto nada refere quanto ao tipo da Alienação Parental, o que então passou a ser regulado pela Lei 12.318/2010<sup>125</sup>.

Embora o referido diploma não possua previsão expressa do fenômeno em pauta, em decisão do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro, de março de 2017, foi

---

<sup>121</sup> BRASIL. Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Sul, 7ª Câmara Cível. Acórdão nº 70014814479, de 07.06.2006. Disponível em:

<[http://www.tjrs.jus.br/busca/search?q=&proxystylesheet=tjrs\\_index&client=tjrs\\_index&filter=0&getfield=\\*aba=juris&entsp=a\\_politica-site&wc=200&wc\\_mc=1&oe=UTF-8&ie=UTF-8&ud=1&sort=date%3AD%3AS%3Ad1&as\\_qj=&site=ementario&as\\_epq=&as\\_oq=&as\\_eq=&partialfield=n%3A70014814479&as\\_q=+#main\\_res\\_juris](http://www.tjrs.jus.br/busca/search?q=&proxystylesheet=tjrs_index&client=tjrs_index&filter=0&getfield=*aba=juris&entsp=a_politica-site&wc=200&wc_mc=1&oe=UTF-8&ie=UTF-8&ud=1&sort=date%3AD%3AS%3Ad1&as_qj=&site=ementario&as_epq=&as_oq=&as_eq=&partialfield=n%3A70014814479&as_q=+#main_res_juris)>. Acessado em: 11.02.2017.

<sup>122</sup> FEITOR, Sandra Inês Ferreira. *A Síndrome de Alienação Parental e o seu tratamento à luz do direito de menores*. Coimbra: Coimbra Editora, 2012, p. 149.

<sup>123</sup> Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/L8069.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8069.htm)>.

<sup>124</sup> “Art. 19. É direito da criança e do adolescente ser criado e educado no seio de sua família e, excepcionalmente, em família substituta, assegurada a convivência familiar e comunitária, em ambiente que garanta seu desenvolvimento integral.” (*Redação dada pela Lei nº 13.257, de 2016*)

<sup>125</sup> FEITOR, Sandra Inês Ferreira. *A Síndrome de Alienação Parental e o seu tratamento à luz do direito de menores*. Coimbra: Coimbra Editora, 2012, p. 149.

determinada a responsabilidade da genitora e aplicadas medidas nele previstas. Na referida decisão que reconheceu a ocorrência de Alienação Parental e a não comprovação da ocorrência de abuso sexual, bem como que a criança fora vitimada psicológica e emocionalmente, determinou-se que a genitora da menor fosse encaminhada para tratamento psicológico e frequência a curso de orientação (escola de família), ainda com aplicação de multa no valor de cinco salários mínimos e da medida de advertência, em virtude dos graves danos psicológicos sofridos pela menor. Medidas aplicadas conforme preconiza o art. 249 e o 129, incisos, III, IV, VII, do Estatuto da Criança e do Adolescente<sup>126</sup>.

O art. 249<sup>127</sup> do ECA, mencionado na decisão estabelece punição para aquele que deixar de cumprir os deveres inerentes ao pátrio poder ou advindo de tutela ou guarda, já o art. 129<sup>128</sup>, do mesmo diploma, dispõe as medidas a serem aplicadas para pais ou responsáveis, e para além dos incisos citados, traz outras previsões passíveis de serem aplicadas nos casos de alienação nos incisos VIII, IX e X.

Desta forma, além da lei 12.318/2010, que trataremos de forma mais detalhada no próximo item, temos o Estatuto da Criança e do Adolescente que como demonstrado

---

<sup>126</sup> BRASIL. Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro, 12ª Câmara Cível. Acórdão nº 0009396-55.2012.8.19.0202, de 21.03.2017. Disponível em: [http://www.tjrj.jus.br/search?processType=cnj&site=juris&client=juris&output=xml\\_no\\_dtd&proxystylesheet=juris&entqrm=0&oe=UTF-8&ie=UTF-8&ud=1&exclude\\_apps=1&filter=0&getfields=\\*&ulang=pt-BR&lr=lang\\_pt&sort=date:D:S:d1&partialfields=np:00093965520128190202.\(ctd:1%7Cctd:2\)&as\\_q=+&ip=79.168.244.141,79.168.244.141,192.168.6.2&access=p&entqr=3&q=+inmeta:dtd%3DAC%C3%93RD%C3%83O&dnavs=inmeta:dtd%3DAC%C3%93RD%C3%83O](http://www.tjrj.jus.br/search?processType=cnj&site=juris&client=juris&output=xml_no_dtd&proxystylesheet=juris&entqrm=0&oe=UTF-8&ie=UTF-8&ud=1&exclude_apps=1&filter=0&getfields=*&ulang=pt-BR&lr=lang_pt&sort=date:D:S:d1&partialfields=np:00093965520128190202.(ctd:1%7Cctd:2)&as_q=+&ip=79.168.244.141,79.168.244.141,192.168.6.2&access=p&entqr=3&q=+inmeta:dtd%3DAC%C3%93RD%C3%83O&dnavs=inmeta:dtd%3DAC%C3%93RD%C3%83O)>. Acessado em 11.05.2017.

<sup>127</sup> “Art. 249. Descumprir, dolosa ou culposamente, os deveres inerentes ao ~~pátrio poder~~ poder familiar ou decorrente de tutela ou guarda, bem assim determinação da autoridade judiciária ou Conselho Tutelar: (Expressão substituída pela Lei nº 12.010, de 2009)

Pena - multa de três a vinte salários de referência, aplicando-se o dobro em caso de reincidência.”

<sup>128</sup> “Art. 129. São medidas aplicáveis aos pais ou responsável:

(...)

III - encaminhamento a tratamento psicológico ou psiquiátrico;

IV - encaminhamento a cursos ou programas de orientação;

(...)

VII - advertência;

VIII - perda da guarda;

IX - destituição da tutela;

X - suspensão ou destituição do ~~pátrio poder~~ poder familiar. (Expressão substituída pela Lei nº 12.010, de 2009)

Parágrafo único. Na aplicação das medidas previstas nos incisos IX e X deste artigo, observar-se-á o disposto nos arts. 23 e 24.”

também possui medidas a serem aplicadas nos casos da Alienação Parental de forma a reprimir tais atos, agora vinculado aos parâmetros trazidos pela nova lei.

No mais, um grande avanço no direito brasileiro é a nova Lei 13.431 de abril de 2017<sup>129</sup> que vem estabelecer como violência psicológica a Alienação Parental, desta forma dispõe em seu art. 4º, inciso II, alínea “b”: “Art. 4º Para os efeitos desta Lei, sem prejuízo da tipificação das condutas criminosas, são formas de violência: (...) II - violência psicológica: (...) b) o ato de Alienação Parental, assim entendido como a interferência na formação psicológica da criança ou do adolescente, promovida ou induzida por um dos genitores, pelos avós ou por quem os tenha sob sua autoridade, guarda ou vigilância, que leve ao repúdio de genitor ou que cause prejuízo ao estabelecimento ou à manutenção de vínculo com este; (...)”. (Grifo nosso). Assim, a lei mencionada vem estabelecer um sistema de garantia de direitos da criança e do adolescente vítima ou testemunha de violência.

### 3.1.1. Lei 12.318/2010 – Lei da Alienação Parental

A lei da Alienação Parental foi criada com o intuito de definir juridicamente o fenômeno da Alienação Parental e possibilitar que os operadores do Direito tenham maior segurança diante do caso concreto para identificar a ocorrência do abuso. Por assim dizer, a Alienação Parental, sob o aspecto jurídico, constitui a intervenção abusiva no desenvolvimento psíquico do menor para que rejeite um genitor ou venha a restringir a sua relação com este<sup>130</sup>. Desta forma, com a Lei 12.318/2010 percebemos um avanço legislativo significativo para proteção dos interesses de crianças e adolescentes vítimas da Alienação Parental<sup>131</sup>.

O tratamento jurídico dispensado à Alienação Parental, não foi, necessariamente, por tratar-se de uma patologia, mas por se tratar de uma conduta que precisa de intervenção judicial. É notório que a pressão psicológica exercida na Alienação Parental consiste em um abuso emocional contra o menor, independentemente da ocorrência ou não da

---

<sup>129</sup> A referida lei entra em vigor em abril de 2018. Disponível em:

<[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2015-2018/2017/lei/L13431.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2017/lei/L13431.htm)>. Acessado em: 30.04.2017.

<sup>130</sup> GUAZZELLI, Mônica. *A Falsa Denúncia de Abuso Sexual*. In: DIAS, Maria Berenice (Coord.). *Incesto e Alienação Parental*. 2 ed. rev. atual. e ampl. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2010, pp. 61-94. p. 65.

<sup>131</sup> VILARDO, Maria Aglaé Tedesco; FIALHO, António José. *Alienação parental: quando o amor dá lugar ao ódio*. Revista do CEJ, n. 15. Centro de Estudos Judiciários, 2011, pp. 137-189. p. 57.

Síndrome da Alienação Parental ou mesmo de outras consequências. Desta forma tem-se que a lei prioriza impedir a prática desta espécie de abuso, dando ênfase às circunstâncias em que é praticado e aos riscos a ele inerentes<sup>132</sup>.

Ao analisarmos a lei em questão percebemos que esta apresenta um conceito amplo e atribui um rol não taxativo as diversas situações apresentadas, remetendo, assim, à autoridade judiciária e à dinâmica do caso concreto a decisão quanto ao enquadramento e a subsunção de cada cenário à lei em vigência. A referida lei não acarreta uma discussão sobre a essência ou existência do problema, mas sim atribui uma solução, assim cada Tribunal terá, tão somente, a incumbência de determinar em cada caso se está caracterizada a situação da Alienação Parental, e não discutir se isto é um problema a ser reconhecido<sup>133</sup>.

É no art. 2º<sup>134</sup> da Lei 12.318/10 que verificamos o rol exemplificativo atribuído para as hipóteses e sujeitos que podem praticar o ato de alienação, abrangendo, além dos genitores, os tios, os avós, os padrinhos, os tutores, ou seja todos aqueles que podem utilizar-se da condição de autoridade parental ou afetiva para lesar um dos genitores do menor<sup>135</sup>.

É notório que o cuidado do legislador foi de não delimitar a autoria dos atos de Alienação Parental a genitores, mas a qualquer um que tenha o menor sob sua autoridade, guarda ou vigilância. Isto é para não permitir que a ação de terceiros sirva como disfarce na constatação dos atos de Alienação Parental. A lei é um instrumento para prevenir a ocorrência do fenômeno, desta forma não é preciso que o menor rejeite o genitor alienado, basta que haja o simples prejuízo no estabelecimento e manutenção da relação entre estes para que esteja caracterizada a Alienação Parental. Entretanto, cabe ressaltar, que não será

---

<sup>132</sup> GUAZZELLI, Mônica. *A Falsa Denúncia de Abuso Sexual*. In: DIAS, Maria Berenice (Coord.). *Incesto e Alienação Parental*. 2ª ed. rev. atual. e ampl. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2010, pp. 61-94, pp. 67-68.

<sup>133</sup> SÁ, Eduardo; SILVA, Fernando. *Alienação Parental*. Coimbra: Almedina, 2011. pp. 72-74.

<sup>134</sup> “Art. 2 Considera-se ato de alienação parental a interferência na formação psicológica da criança ou do adolescente promovida ou induzida por um dos genitores, pelos avós ou pelos que tenham a criança ou adolescente sob a sua autoridade, guarda ou vigilância para que repudie genitor ou que cause prejuízo ao estabelecimento ou à manutenção de vínculos com este.”

<sup>135</sup> FREITAS, Douglas Phillips. *Alienação Parental: Comentários à Lei 12.318/2010*. 3ª ed. rev., atual. e ampl. Rio de Janeiro. Forense. 2014. p. 35.

qualquer ato de repúdio que estabelecerá a existência da Alienação Parental, e sua determinação dependerá da realização de análise detalhada do caso concreto<sup>136</sup>.

Mas, antes mesmo da lei da Alienação Parental ser elaborada foram proferidas decisões a reconhecer a prática de tal fenômeno por partes dos avós. No caso do Acórdão nº 70017390972 do Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Sul, de 2007, foi identificado que os avós maternos tentavam anular a figura paterna, uma vez que o genitor ficou com a guarda da menor após o falecimento da genitora, e assim estavam a provocar a Síndrome da Alienação Parental e ao agir desta forma atuavam em desfavor da criança. Ainda, foi alertado que se continuassem com tal comportamento isto poderia acarretar a suspensão das visitas dos avós à neta.<sup>137</sup> Percebemos então que o Tribunal reconheceu o grande desvalor da conduta dos avós da menor e que estes atos poderiam acarretar a quebra no vínculo com o genitor e provocar efeitos negativos na criança.

É notório que a previsão do artigo 2º - e seu parágrafo único<sup>138</sup> - apresenta uma situação muito grave pois é algo que atinge direitos pertinentes a formação da personalidade de um ser humano. O intuito é proteger o elo de ligação da criança com um núcleo familiar, pois o intuito do alinador é impedir de forma consciente, ou não, o vínculo com o outro genitor, e prejudica que a identidade da prole se desenvolva plenamente<sup>139</sup>.

---

<sup>136</sup> GUAZZELLI, Mônica. *A Falsa Denúncia de Abuso Sexual*. In: DIAS, Maria Berenice (Coord.). *Incesto e Alienação Parental*. 2ª ed. rev. atual. e ampl. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2010, pp. 61-94, p. 65.

<sup>137</sup> BRASIL. Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Sul, 7ª Câmara Cível. Acórdão nº 70017390972, de 13.06.2007. Disponível em:

<[http://www.tjrs.jus.br/busca/search?q=aliena%C3%A7%C3%A3o+parental&proxystylesheet=tjrs\\_index&client=tjrs\\_index&filter=0&getfields=\\*aba=juris&entsp=a\\_politica-site&wc=200&wc\\_mc=1&oe=UTF-8&ie=UTF-8&ud=1&lr=lang\\_pt&sort=date%3AD%3AS%3Ad1&as\\_qj=aliena%C3%A7%C3%A3o+parental&site=ementario&as\\_epq=&as\\_oq=&as\\_eq=&partialfields=n%3A70017390972&as\\_q=+#main\\_res\\_juris](http://www.tjrs.jus.br/busca/search?q=aliena%C3%A7%C3%A3o+parental&proxystylesheet=tjrs_index&client=tjrs_index&filter=0&getfields=*aba=juris&entsp=a_politica-site&wc=200&wc_mc=1&oe=UTF-8&ie=UTF-8&ud=1&lr=lang_pt&sort=date%3AD%3AS%3Ad1&as_qj=aliena%C3%A7%C3%A3o+parental&site=ementario&as_epq=&as_oq=&as_eq=&partialfields=n%3A70017390972&as_q=+#main_res_juris)>.

Acessado em: 16.01.2017.

<sup>138</sup> “Parágrafo único. São formas exemplificativas de alienação parental, além dos atos assim declarados pelo juiz ou constatados por perícia, praticados diretamente ou com auxílio de terceiros:

I - realizar campanha de desqualificação da conduta do genitor no exercício da paternidade ou maternidade;

II - dificultar o exercício da autoridade parental;

III - dificultar contato de criança ou adolescente com genitor;

IV - dificultar o exercício do direito regulamentado de convivência familiar;

V - omitir deliberadamente a genitor informações pessoais relevantes sobre a criança ou adolescente, inclusive escolares, médicas e alterações de endereço;

VI - apresentar falsa denúncia contra genitor, contra familiares deste ou contra avós, para obstar ou dificultar a convivência deles com a criança ou adolescente;

VII - mudar o domicílio para local distante, sem justificativa, visando a dificultar a convivência da criança ou adolescente com o outro genitor, com familiares deste ou com avós.”

<sup>139</sup> MACIEL, Kátia Regina Ferreira Lobo Andrade. *A alienação da identidade familiar: os filhos do anonimato*. In: SILVA, Alan Minas Ribeiro da.; BORBA, Daniela Vitorino (Org.). *A morte inventada*:

Como vemos no caso em que houve recurso de Apelação Cível interposto ao Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Territórios no qual foi reconhecida a ocorrência de Alienação Parental, nos termos do artigo 2º da Lei Federal nº 12.318/2010, praticada pela genitora, uma vez que esta agia com o intuito de impossibilitar as visitas do genitor ao menor e assim entendeu o referido Tribunal que tal conduta era prejudicial a menor do ponto de vista psicológico<sup>140</sup>.

No mais, cabe referir ainda que na lei da Alienação Parental veio para reforçar e expor duplo sentido e preocupação, quais sejam, de que o menor que vive essa situação está em perigo e assim faz-se necessário intervir para o proteger, e de que o genitor que adota o comportamento de alienação age de forma indevida e precisa sofrer uma sanção. Ainda, pelo que disposto em lei, observamos que o interesse superior da criança é a preocupação central, pois o ato de alienação constitui um fator de perturbação do bem estar do menor, que leva a intervenção para garantir que as consequências geradas por esse comportamento sejam minimizadas<sup>141</sup>.

Assim, tal dispositivo legal que serve para tutelar e impedir a prática dos atos provenientes da Alienação Parental, possui uma natureza preventiva, e assim pretende-se que o judiciário possa intervir antes da implementação de iminente dano ao menor. E a definição jurídica deste fenômeno permite ao magistrado, nos casos menos complexos, identificá-lo com razoável segurança, de pronto, para que possam ser aplicados os efeitos jurídicos com rapidez, já com a adoção de medidas emergenciais para a proteção do menor, e se for o caso, limitar o exercício abusivo da autoridade parental<sup>142</sup>.

Já no art. 4º<sup>143</sup> da Lei da Alienação Parental está previsto que o magistrado ou o representante do Ministério Público quando reconhecerem a prática da alienação, além

---

*alienação parental em ensaios e vozes*. São Paulo: Saraiva, 2014, p. 37-38

<sup>140</sup> BRASIL. Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Territórios, 3ª Turma Cível. Acórdão nº 965144, de 15.09.2016. Disponível em:

[file:///c:/users/daniele/downloads/espelho\\_acordao\\_965144%20\(1\).pdf](file:///c:/users/daniele/downloads/espelho_acordao_965144%20(1).pdf). Acessado em: 21.02.2017.

<sup>141</sup> SÁ, Eduardo; SILVA, Fernando. *Alienação Parental*. Coimbra: Almedina, 2011, p. 75.

<sup>142</sup> GUAZZELLI, Mônica. *A Falsa Denúncia de Abuso Sexual*. In: DIAS, Maria Berenice (Coord.). *Incesto e Alienação Parental*. 2ª ed. rev. atual. e ampl. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2010, pp. 61-94, p. 84.

<sup>143</sup> “Art. 4 Declarado indício de ato de alienação parental, a requerimento ou de ofício, em qualquer momento processual, em ação autônoma ou incidentalmente, o processo terá tramitação prioritária, e o juiz determinará, com urgência, ouvido o Ministério Público, as medidas provisórias necessárias para preservação da integridade psicológica da criança ou do adolescente, inclusive para assegurar sua convivência com genitor ou viabilizar a efetiva reaproximação entre ambos, se for o caso.

Parágrafo único. Assegurar-se-á à criança ou adolescente e ao genitor garantia mínima de visitação assistida, ressalvados os casos em que há iminente risco de prejuízo à integridade física ou psicológica da



de dar tramitação prioritária ao processo, devem adotar medidas para assegurar os direitos do menor e do genitor alienado. E assim, nos casos que estejam envolvidas denúncias de crimes sexuais, até a verificação de veracidade da acusação, ao invés de afastar o menor do genitor acusado, mantem-se o convívio através de visitas assistidas, eis que a separação total deve ser a *ultima ratio*, fins de garantir o melhor para a criança<sup>144</sup>.

Nesse sentido o Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Territórios proferiu sua decisão no caso em que a genitora estava a agir de forma a praticar os atos de Alienação Parental. No Acórdão consta que a relação dos genitores era de conflituosidade e que a genitora estava a praticar a Alienação Parental e em sua decisão então o Tribunal considerou um juízo de proporcionalidade e teve em conta o princípio do melhor interesse do menor, e assim, determinou a guarda compartilhada. Desta forma, o entendimento do Tribunal: “1. A prática da Alienação Parental perpetrada pela mãe pode acarretar para o menor prejuízos em seu desenvolvimento psicológico. Ademais, a prática dessa reprogramação da criança fere o seu direito fundamental à convivência familiar saudável, prejudica a realização de afeto nas relações com o genitor e constitui abuso moral contra a criança. Tal prática é fortemente repelida por nosso ordenamento jurídico, devendo o alienante estar atento quanto ao bem estar físico e psicológico da criança, sob pena de arcar com as consequências de atos por ele praticados e que possam prejudicar o menor, seja de forma direta ou indireta. 2. Na espécie, a despeito da comprovada Alienação Parental praticada pela mãe e das sanções que o ato enseja, é importante realizar um juízo de proporcionalidade entre as disposições legais e o princípio do melhor interesse da criança. Determinar a mudança para o lar paterno, apesar de ser cabível legalmente, pode ser traumático para a criança, pois durante o curso do processo restou demonstrado que o filho sempre residiu com a mãe e já passou meses sem ter contato com o pai. Neste momento, ampliar o regime de visitas do pai e construir paulatinamente uma relação mais amorosa com o filho pode amenizar os efeitos deletérios da alienação no estado psicológico da criança e, aos poucos, resgatar relação entre eles. 3. No processo de ponderação entre as sanções legais e o princípio constitucional do melhor interesse da criança, da proteção integral e preservação da sua dignidade, vislumbra-se que a

---

criança ou do adolescente, atestado por profissional eventualmente designado pelo juiz para acompanhamento das visitas.”

<sup>144</sup> FREITAS, Douglas Phillips. *Alienação Parental: Comentários à Lei 12.318/2010*. 3ª ed. rev., atual. e ampl. Rio de Janeiro. Forense. 2014, p. 38.

manutenção do lar de referência materno atende melhor às necessidades do infante, ressalvando que se a mãe permanecer recalcitrante em seu intento de destruir a figura paterna, bem como inviabilizar a reaproximação dos laços afetivos entre eles, a situação poderá ser alterada, inclusive com a cominação da sanção de suspensão do poder familiar. 4. Ao realizar o juízo de ponderação entre as sanções previstas na lei e o princípio do melhor interesse do menor, este deve preponderar. A análise deve ser feita por meio de método comparativo entre os custos e benefícios da medida examinada, realizada não apenas por uma perspectiva estritamente legalista, mas tendo como pauta o sistema constitucional de valores. 5. "Em atenção ao melhor interesse do menor, mesmo na ausência de consenso dos pais, a guarda compartilhada deve ser aplicada, cabendo ao Judiciário a imposição das atribuições de cada um. Contudo, essa regra cede quando os desentendimentos dos pais ultrapassarem o mero dissenso, podendo resvalar, em razão da imaturidade de ambos e da atenção aos próprios interesses antes dos do menor, em prejuízo de sua formação e saudável desenvolvimento (art. 1.586 do CC/2002)"<sup>145</sup>.

Embora o viés da lei tenha sido no sentido de educar o alienador e prevenir dos atos de alienação, cabe referir que no projeto de lei que resultou na Lei 12.318/2010, estava disposto o art. 9º<sup>146</sup>, o qual versava sobre a possibilidade da realização da mediação, seus critérios e efeitos, bem como art. 10º<sup>147</sup> que estabelecia a alteração ao Art. 236<sup>148</sup> do Estatuto da Criança e do Adolescente, para acrescentar o parágrafo único com a previsão de pena de detenção de 6 meses a 2 anos para o sujeito que: “apresenta relato falso a

---

<sup>145</sup> BRASIL. Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Territórios, 6ª Turma Cível. Acórdão nº 987759, de 14.12.2016. Disponível em:

<file:///C:/Users/Daniele/Downloads/espelho\_acordao\_987759%20(2).pdf>. Acessado em: 17.03.2017.

<sup>146</sup> “Art. 9º As partes, por iniciativa própria ou sugestão do juiz, do Ministério Público ou do Conselho Tutelar, poderão utilizar-se do procedimento da mediação para a solução do litígio, antes ou no curso do processo judicial. § 1º O acordo que estabelecer a mediação indicará o prazo de eventual suspensão do processo e o correspondente regime provisório para regular as questões controvertidas, o qual não vinculará eventual decisão judicial superveniente. § 2º O mediador será livremente escolhido pelas partes, mas o juízo competente, o Ministério Público e o Conselho Tutelar formarão cadastros de mediadores habilitados a examinar questões relacionadas a alienação parental. § 3º O termo que ajustar o procedimento de mediação ou que dele resultar deverá ser submetido ao exame do Ministério Público e a homologação judicial.”

<sup>147</sup> “Art. 10º A Seção II do Capítulo I do Título VII do Estatuto da Criança e do Adolescente aprovado pela Lei 8.069 de 13 de julho de 1990, passa a vigorar com o seguinte acréscimo:

“Art. 236..... Parágrafo único. Incorre na mesma pena quem apresenta relato falso a agente indicado no caput ou a autoridade policial cujo teor possa ensejar restrição à convivência de criança ou adolescente com genitor.”

<sup>148</sup> “Art. 236. Impedir ou embaraçar a ação de autoridade judiciária, membro do Conselho Tutelar ou representante do Ministério Público no exercício de função prevista nesta Lei:

Pena - detenção de seis meses a dois anos.”

agente indicado no *caput* ou a autoridade policial cujo teor possa ensejar restrição à convivência de criança ou adolescente com genitor.”

Entretanto ambos dispositivos foram vetados uma vez que o art 9º<sup>149</sup> versava sobre matéria que não poderia ser objeto de apreciação por mecanismos extrajudiciais de solução de conflitos, já o art. 10º<sup>150</sup> estabelecia mecanismos de punição já contemplados no ECA, que possuem eficácia para coibir os atos de Alienação Parental, como perda da guarda, multa ou suspensão da autoridade parental.

Embora a referida norma ser considerada de caráter preventivo traz também um viés sancionatório, uma vez que prevê, em alguns casos, a perda da guarda ou multa a ser aplicada em desfavor do alienador. Já em seu art. 6º<sup>151</sup> trata de estabelecer que para além das medidas ali previstas, não há prejuízo da responsabilidade civil ou criminal do alienador, ou seja, não restringiu de maneira a inviabilizar outras formas de o alienador vir a responder por seus atos.

---

<sup>149</sup> “**Razões do veto**

*O direito da criança e do adolescente à convivência familiar é indisponível, nos termos do art. 227 da Constituição Federal, não cabendo sua apreciação por mecanismos extrajudiciais de solução de conflitos. Ademais, o dispositivo contraria a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, que prevê a aplicação do princípio da intervenção mínima, segundo o qual eventual medida para a proteção da criança e do adolescente deve ser exercida exclusivamente pelas autoridades e instituições cuja ação seja indispensável.”*

<sup>150</sup> “**Razões do veto**

*O Estatuto da Criança e do Adolescente já contempla mecanismos de punição suficientes para inibir os efeitos da alienação parental, como a inversão da guarda, multa e até mesmo a suspensão da autoridade parental. Assim, não se mostra necessária a inclusão de sanção de natureza penal, cujos efeitos poderão ser prejudiciais à criança ou ao adolescente, detentores dos direitos que se pretende assegurar com o projeto.”*

<sup>151</sup> “Art. 6 Caracterizados atos típicos de alienação parental ou qualquer conduta que dificulte a convivência de criança ou adolescente com genitor, em ação autônoma ou incidental, o juiz poderá, cumulativamente ou não, sem prejuízo da decorrente responsabilidade civil ou criminal e da ampla utilização de instrumentos processuais aptos a inibir ou atenuar seus efeitos, segundo a gravidade do caso:

- I - declarar a ocorrência de alienação parental e advertir o alienador;
- II - ampliar o regime de convivência familiar em favor do genitor alienado;
- III - estipular multa ao alienador;
- IV - determinar acompanhamento psicológico e/ou biopsicossocial;
- V - determinar a alteração da guarda para guarda compartilhada ou sua inversão;
- VI - determinar a fixação cautelar do domicílio da criança ou adolescente;
- VII - declarar a suspensão da autoridade parental.

Parágrafo único. Caracterizada mudança abusiva de endereço, inviabilização ou obstrução à convivência familiar, o juiz também poderá inverter a obrigação de levar para ou retirar a criança ou adolescente da residência do genitor, por ocasião das alternâncias dos períodos de convivência familiar.

Art. 7 A atribuição ou alteração da guarda dar-se-á por preferência ao genitor que viabiliza a efetiva convivência da criança ou adolescente com o outro genitor nas hipóteses em que seja inviável a guarda compartilhada.”

Dando aplicabilidade ao art. 6º da Lei nº 12.318/2010, uma vez que a norma “permite a aplicação cumulativa de medidas para inibir a conduta”, o Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais, uma vez reconhecida a prática da Alienação Parental, decidiu, já que o genitor da menor estava apto a receber a guarda de forma a permitir “uma convivência pacífica por acreditar que o abrigo somente agravaria a situação de sofrimento da criança”, aplicou “a ampliação do regime de convivência com o pai, (...), bem como multa ao alienador - a mãe -, (...) diante de todo o contexto já deslindado (qualificação profissional da mãe como psicóloga; gravidade da conduta em reiteração; prejuízo à criança e ao pai)”<sup>152</sup>.

No mais, em outra decisão do Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais foi adotado, sobre a questão, o seguinte entendimento: "Por sua vez, o rol previsto no art. 6º da Lei n. 12.318/2010 é meramente exemplificativo e não gradativo. Sobre a questão Figueiredo e Alexandridis (In Alienação Parental. São Paulo: Saraiva, 2011) manifestaram que: Cabe esclarecer que o rol de medidas inseridas no art. 6º. da Lei nº. 12.18/2010 é apenas exemplificativo, podendo existir outras medidas aplicadas na prática que tenham o condão de eliminar os efeitos da Alienação Parental, ou, ainda, pode o juiz promover a conjugação de duas ou mais medidas, que entender necessárias a fim de evitar a proliferação dos danos relativos à Alienação Parental, na preservação do convívio do menor com o vitimado. Apesar de ser possível enxergar nos incisos do artigo em destaque certa gradação quanto à gravidade da medida imposta, não há como evidenciar uma sequência fixa para a sua aplicação, ou seja, para que haja a imposição de uma medida mais robusta, como, por exemplo, a modificação da guarda, o juiz não está atrelado a antes ter promovido a advertência quanto a ocorrência da Alienação Parental, Desta forma, o juiz fica livre para determinar a medida, ou conjugação de medidas, que entender ser a mais adequada diante do caso concreto”<sup>153</sup>.

---

<sup>152</sup> BRASIL. Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais, 7ª Câmara Cível. Acórdão nº 1.0024.14.240618-0/001, de 28.07.2015. Disponível em: <<http://www5.tjmg.jus.br/jurisprudencia/pesquisaNumeroCNJEspelhoAcordao.do?numeroRegistro=1&totalLinhas=1&linhasPorPagina=10&numeroUnico=1.0024.14.240618-0%2F001&pesquisaNumeroCNJ=Pesquisar>>. Acessado em 09.04.2017.

<sup>153</sup> BRASIL. Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais, 7ª Câmara Cível. Acórdão nº 1.0145.13.036495-6/003, de 25.02.2014. Disponível em: <<http://www5.tjmg.jus.br/jurisprudencia/pesquisaNumeroCNJEspelhoAcordao.do?numeroRegistro=1&totalLinhas=1&linhasPorPagina=10&numeroUnico=1.0145.13.036495-6%2F003&pesquisaNumeroCNJ=Pesquisar>>. Acessado em: 03.12.2016.

Ainda, traz a lei em estudo a previsão da figura do abuso moral, o qual também pode ser chamado de abuso afetivo para aproximar-se mais do tema, que se trata de uma figura jurídica criada pelo legislador e está descrito no art. 3º<sup>154</sup> da Lei da Alienação Parental, e incorre no referido artigo quem “fere direito fundamental da criança ou adolescente”, cometendo, assim, um ato ilícito que gera o dever de indenização. Menciona-se que o titular desse direito é o menor e o genitor alienado<sup>155</sup>. Trata-se de mais um tipo que prevê o um ato de agressão aos direitos do menor e do genitor alienado e assim estabelece o dever de responsabilidade do alienador.

Assim, temos que o entendimento predominante quanto ao cabimento de tipificação penal da Alienação Parental, foi de delimitar a parte penal e dar destaque à natureza educativa, preventiva e de proteção à norma<sup>156</sup>.

Entretanto, cabe mencionar que está em análise na Câmara do Deputados – Brasil – o Projeto de Lei 4488/16<sup>157</sup> o qual define ser crime contra a criança e o adolescente os atos de Alienação Parental. O projeto prevê a inclusão de parágrafos e incisos ao artigo 3º da Lei 12.318/2010. Contudo nosso entendimento é de que a Alienação Parental não deve ser vista como um tipo especial de crime. As alterações deveriam acontecer no Código Penal a crimes já tipificados, com a previsão de condutas advindas da Alienação Parental, como a violência psicológica.

Como já visto, a lei da Alienação Parental possui um viés educativo, entretanto é preciso destacar que o sujeito que comete os atos de alienação acaba por praticar atos já tipificados no Código Penal, por assim dizer, aquele que profere fato ofensivo sobre alguém comete o crime de difamação (art. 139 CP); quando um sujeito falsamente imputa a outra fato definido como crime, comete o crime de calúnia (art. 138 CP); quem deixa de cumprir uma ordem de funcionário público, incorre no crime de desobediência (art. 330

---

<sup>154</sup> “Art. 3 A prática de ato de alienação parental fere direito fundamental da criança ou do adolescente de convivência familiar saudável, prejudica a realização de afeto nas relações com genitor e com o grupo familiar, constitui abuso moral contra a criança ou o adolescente e descumprimento dos deveres inerentes à autoridade parental ou decorrentes de tutela ou guarda.”

<sup>155</sup> FREITAS, Douglas Phillips. *Alienação Parental: Comentários à Lei 12.318/2010*. 3ª ed. rev., atual. e ampl. Rio de Janeiro. Forense. 2014, p. 41.

<sup>156</sup> GUAZZELLI, Mônica. *A Falsa Denúncia de Abuso Sexual*. In: DIAS, Maria Berenice (Coord.). *Incesto e Alienação Parental*. 2ª ed. rev. atual. e ampl. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2010, pp. 61-94, p. 84.

<sup>157</sup> Disponível em:

<[http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/prop\\_mostrarintegra;jsessionid=3320C7BB5CFEDA24ABC73EA8D41CA01D.proposicoesWebExterno1?codteor=1435286&filename=PL+4488/2016](http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra;jsessionid=3320C7BB5CFEDA24ABC73EA8D41CA01D.proposicoesWebExterno1?codteor=1435286&filename=PL+4488/2016)>. Acessado em: 21.12.2016

CP); ou quando acusa outrem com a intenção de causar “a instauração de investigação policial, de processo judicial, instauração de investigação administrativa, inquérito civil ou ação de improbidade administrativa contra alguém, imputando-lhe crime de que o sabe inocente”, pratica o crime de denunciação caluniosa (art. 365 CP).

Para além desses delitos mencionados, que já possuem previsão no Código Penal Brasileiro, entendemos que, mais ainda, quem pratica os atos de alienação comete maus-tratos contra a criança. Entretanto o ordenamento jurídico brasileiro não prevê a possibilidade no tipo penal de maus-tratos de estes serem praticados de forma a afetar o psicológico do menor.

Como podemos perceber em determinados casos a conduta adotada pelo alienador fere de forma grave direitos do menor e assim torna-se passível de penalização, entretanto só alguns dispositivos englobam os atos cometidos em Alienação Parental, sendo assim, percebemos que só com relação a determinados fatos praticados contra o genitor alienado é que poder-se-ia recorrer ao Diploma Penal para responsabilizar o sujeito alienador, quem pratica os atos descritos na norma. Entretanto, carece o direito brasileiro de norma que possibilite a responsabilidade penal do alienador pelos atos praticados contra a criança, os quais poderíamos identificar como maus-tratos psicológicos, como há previsão no Direito Penal Português, conforme veremos mais adiante.

### **3.2. Ordenamento jurídico português**

No ordenamento jurídico português não há uma lei a tratar especificamente da Alienação Parental, mas, como se tem conhecimento, no âmbito jurídico já existem algumas jurisprudências que tem reconhecido, em determinados casos, os comportamentos descritos, inicialmente por GARDNER, para determinar a ocorrência da Síndrome da Alienação Parental.

Ademais, esse assunto tem se tornado muito comum e possui notadamente relevância jurídica e social, e assim tem surgido também, e cada vez mais, na doutrina o que leva a Alienação Parental ser introduzida a nível nacional. Porém, a problemática, aqui suscitada, é identificar se a solução adotada será sempre a mais adequada, em todos os

casos, ou se o conflito será resolvido dentro em tempo eficaz para que não provoque maiores danos à criança<sup>158</sup>.

No momento, o magistrado precisa “preencher valorativamente este conceito, de conteúdo imprecisamente traçado, apreendendo o fenómeno familiar na sua infinita variedade e imensa complexidade e, numa análise sistemática e interdisciplinar da situação concreta de cada criança, decidir em oportunidade pelo que considerar mais justo e adequado”. É preciso escolher a solução mais adequada ao caso concreto, para que as crianças e jovens tenham garantias de desenvolvimento físico e psíquico, e de bem-estar e de segurança e da formação de sua personalidade<sup>159</sup>. Como percebemos em inúmeras decisões, para identificar e caracterizar os atos do alienador que estaria a praticar a Alienação Parental recorre-se a definições doutrinárias sem ter um parâmetro fixado abrindo margem e dificultando assim a decisão do julgador.

### 3.2.1. Dos diplomas com aplicabilidade nos casos de Alienação Parental

O ordenamento jurídico português, embora não possua legislação específica a regular a Alienação Parental, possui previsão legal que criminaliza as condutas que por vezes decorrem desse fenómeno. Além de penalizar as atitudes que impedem e descumprem o regime de contato entre pais e filhos, possui dispositivos no código penal que possibilitam a penalização da atitude de manipular e modificar a percepção da realidade do menor<sup>160</sup>, que, como já analisado no ítem 2.3.1, gera um grave risco para o seu desenvolvimento psicológico.

Primeiramente, mencionamos a previsão da Lei de Promoção Protecção de Crianças e Jovens em Perigo que em seu art. 1º estabelece um objetivo de intervenção que deve resultar, quando tratar-se de garantir o bem-estar e desenvolvimento integral do menor, na retirada da criança ou jovem que estiver exposto a situação de perigo com o fim de

---

<sup>158</sup> FEITOR, Sandra Inês Ferreira. *A Síndrome de Alienação Parental e o seu tratamento à luz do direito de menores*. Coimbra: Coimbra Editora, 2012, p. 129.

<sup>159</sup> VILARDO, Maria Aglaé Tedesco; FIALHO, António José. *Alienação parental: quando o amor dá lugar ao ódio*. Revista do CEJ, n. 15. Centro de Estudos Judiciários, 2011, pp. 137-189, p. 171.

<sup>160</sup> FEITOR, Sandra Inês Ferreira. *A Síndrome de Alienação Parental e o seu tratamento à luz do direito de menores*. Coimbra: Coimbra Editora, 2012, p. 133.

eliminar os fatores que resultem nessa situação e para promover o respeito pelos seus direitos<sup>161</sup>.

Os meios de promoção dos direitos e de proteção das crianças e jovens em perigo pretendem a retirada do perigo em que estes se encontram e garantir-lhes uma situação em que possam estar protegidos e que possibilite assegurar-lhes saúde, educação, bem-estar, segurança, formação e desenvolvimento integral, conforme art. 34º alínea “a” e “b”, da Lei de Promoção e Protecção. No momento em que os pais não estejam cumprindo os seus deveres fundamentais, o direito e dever de educar e manter a prole, poderão ser dela separados por decisão judicial, pelo que dispõe art. 36º da Constituição da República Portuguesa. Será sempre pelo superior interesse da criança e com o fim de a integrar em sua família que devem ser conduzidas as intervenções para garantir a proteção e promoção dos direitos da criança ou do jovem, precisando constituir ainda uma medida proporcional e atual, como preconiza o mesmo art. 34º alíneas “a”, “e”, “f”, e “g”, da lei de Promoção e Protecção<sup>162</sup>.

Como bem referido no Acórdão do Tribunal da Relação de Coimbra: “Os pais devem sentir-se “implicados” e “responsáveis” pelo bem-estar dos filhos, colaborando para uma efectiva concretização do interesse e direito fundamental da criança em manter um saudável e profícuo relacionamento pessoal com ambos os progenitores”<sup>163</sup>.

Ainda, são extraídos do artigo 4º da referida Lei um conjunto de princípios que devem nortear a intervenção dos quais salientamos: o princípio da intervenção mínima, o princípio da responsabilidade parental e o princípio da subsidiaridade. O primeiro estabelece que as intervenções devem ser realizadas, tão somente, pelas entidades e instituições sendo a atuação indispensável para a real proteção dos direitos e para a proteção da criança e do jovem em perigo; já o segundo princípio tem de resultar que a intervenção efetuada provoque que os pais assumam seus deveres para com o menor; por fim quanto ao terceiro e último princípio estabelece que a intervenção precisa ser

---

<sup>161</sup> CLEMENTE, Rosa. *Inovação e modernidade no direito de menores, A perspectiva da Lei de Promoção*. Coimbra: Coimbra Editora, 2009, p. 23.

<sup>162</sup> VILARDO, Maria Aglaé Tedesco; FIALHO, António José. *Alienação parental: quando o amor dá lugar ao ódio*. Revista do CEJ, n. 15. Centro de Estudos Judiciários, 2011, pp. 137-189. p. 169.

<sup>163</sup> PORTUGAL. Tribunal da Relação de Coimbra, 2ª Secção. Acórdão nº 1796/08.7TBCTB-A.C1, de 11.07.2012. Disponível em: <<http://www.dgsi.pt/jtrc.nsf/c3fb530030ea1c61802568d9005cd5bb/623c4a10ccf2f34080257a86003e17e4?OpenDocument&Highlight=0,1796%2F08.7TBCTB>>. Acessado em: 15.11.2016.



realizada sucessivamente pelas entidades competentes na matéria de infância e juventude, pelas comissões de proteção de crianças e jovens e, em última instância, pelos tribunais<sup>164</sup>.

Assim, a intervenção judicial irá ocorrer, pelo que impõe o princípio da prevalência da família e da subsidiariedade, quando a criança ou o jovem estiver em algumas das situações de perigo dispostas no n.º 2, do art. 3.º, desta forma, esteja exposta de maneira direta ou indireta a atitudes que atinjam gravemente a sua segurança ou estabilidade emocional<sup>165</sup>. A referida situação de perigo pode resultar de culpa (atuação dolosa ou negligente) dos genitores, responsável legal ou de quem possuir a guarda de fato ou por ação ou omissão de terceiros, por simples impotência ou ausência de capacidade destes<sup>166</sup>.

Em um contexto com maior gravidade que precisa de tutela da convivência familiar, quando a conduta de um dos genitores revela-se em uma programação organizada, constante, voluntária com o intuito de desfazer um vínculo parental positivo, a certeza é de que este comportamento enquadra-se no âmbito dos abusos emocionais, caracterizando uma situação de perigo, previsão trazida pelo 3.º, n.º 2, alíneas “b”, e “e”, da Lei de Promoção e Proteção<sup>167</sup>.

Conforme aduz ROSA CLEMENTE, é possível compreender, diante da abstração da lei, que o legislador optou por colocar a critério do magistrado definir no caso concreto o que poderia se entender como um comportamento que gera perigo de comprometer a segurança ou estabilidade emocional do menor. Aqui, se enquadrariam os comportamentos criminosos ou desmedidos oriundos de conflitos dentro da família e que sejam adotados pelos genitores ou por qualquer adulto com quem o menor conviva<sup>168</sup>.

---

<sup>164</sup> VILARDO, Maria Aglaé Tedesco; FIALHO, António José. *Alienação parental: quando o amor dá lugar ao ódio*. Revista do CEJ, n. 15. Centro de Estudos Judiciários, 2011, pp. 137-189, pp. 168-169.

<sup>165</sup> VILARDO, Maria Aglaé Tedesco; FIALHO, António José. *Alienação parental: quando o amor dá lugar ao ódio*. Revista do CEJ, n. 15. Centro de Estudos Judiciários, 2011, pp. 137-189, p. 169.

<sup>166</sup> RAMIÃO, Tomé d’Almeida. *Lei de Proteção de Crianças e Adolescentes e Jovens em Perigo*. 7.ª ed. Lisboa: Quid Juris, 2014, p. 26

<sup>167</sup> VILARDO, Maria Aglaé Tedesco; FIALHO, António José. *Alienação parental: quando o amor dá lugar ao ódio*. Revista do CEJ, n. 15. Centro de Estudos Judiciários, 2011, pp. 137-189, p. 175.

<sup>168</sup> CLEMENTE, Rosa. *Inovação e modernidade no direito de menores: A perspectiva da lei de proteção de crianças e jovens em perigo*. Coimbra: Coimbra Editora, 2009, p. 37.

Para além dos dispositivos acima citados encontramos previsões no Código Civil que punem aquele que prejudica a convivência do menor com um dos genitores, estabelecendo a alteração da guarda, conforme art. 1906 do citado código.

Já as normas que identificamos no ordenamento jurídico português na esfera penal, embora também não sejam dispositivos que incidam expressamente sobre o tema da Alienação Parental possuem previsão de atos praticados pelo alienador e podem ter aplicação direta e imediata nesses casos, quanto aos danos causados ao menor e são as que estão dispostas no art. 152-A, dos maus-tratos, que traz a previsão de maus-tratos psicológicos, bem como o art. 152, nº 2, da violência doméstica que também abrange a prática de maus-tratos psicológicos.

Ainda, a Lei 61 promulgada em 2008, veio estabelecer alterações ao instituto do divórcio, mas também trouxe dispositivos aplicáveis aos comportamentos típicos da Alienação Parental. Na esfera penal, a referida Lei, promoveu alterações no art. 249 Código Penal, que tipifica como delito de subtração de menor o comportamento reiterado e injustificado de impedir que a prole conviva com ambos os genitores<sup>169</sup>.

As decisões dos Tribunais têm salientado e reforçado cada vez mais quanto aos deveres advindos da responsabilidade parental: “(...) anteriormente designado “poder paternal” (actualmente substituído pelo conceito de “responsabilidades parentais”, introduzido no ordenamento jurídico português pela Lei n.º 61/2008, de 31 de Outubro) é um dever, um poder funcional. Caracteriza-se como um conjunto de faculdades que devem ser exercidas altruisticamente, no interesse do filho, com vista ao seu harmonioso desenvolvimento físico, intelectual e moral. Neste sentido o consagra a Constituição da República Portuguesa, em cujo artigo 36º, nº 5, se enuncia que “*os pais têm o direito e o dever de educação e manutenção dos filhos*”. O artigo 1878º nº 1 do Código Civil explicita que “*competem aos pais, no interesse dos filhos, velar pela segurança e saúde destes, prover ao seu sustento, dirigir a sua educação, representá-los, ainda que nascituros, e administrar os seus bens (...)*”<sup>170</sup>. (Grifo nosso)

---

<sup>169</sup> FEITOR, Sandra Inês Ferreira. *A Síndrome de Alienação Parental e o seu tratamento à luz do direito de menores*. Coimbra: Coimbra Editora, 2012. p. 135.

<sup>170</sup> PORTUGAL. Tribunal da Relação de Lisboa. Acórdão nº 6689/03.1TBCSC-A.L1-2, de 12.11.2009. Disponível em: <<http://www.dgsi.pt/jtrl.nsf/33182fc732316039802565fa00497eec/827141d6794823df802576b2005c3e1f?opendocument&highlight=0,6689%2f03>>. Acessado em: 13.02.2017.

Já em outra decisão o Tribunal da Relação de Coimbra, manifestou-se diante de reiterados descumprimentos da genitora que impedia a prole de ter contato com o genitor e proferiu o seguinte julgado: “(...) julgar procedente o incidente de incumprimento interposto pelo genitor e aplicar a genitora uma multa no valor de € 249,90, o mesmo aplicou-se ao genitor em virtude de incidente de incumprimento deduzido pela genitora. Ademais, para o presente processo, a importância do facto inscrito na 1ª parte do referido ponto factual - independentemente da sua ocorrência sob a forma dolosa ou negligente -, deriva apenas da sua repercussão para a vida e a pessoa do menor, o que parece ser ignorado pelos progenitores, ao sobrevalorizarem tudo quanto os divide, pouco ou nada fazendo para que o menor, seu filho, fique a salvo do que de mais nefasto daí resulte. O Tribunal *a quo* concluiu pela verificação de uma situação de inadimplemento (reiterado, grave e culposos) do decidido no processo de regulação, imputável a ambos os progenitores (art.º 181º, da OTM<sup>171</sup>) e decidiu condenar os pais em multa, fixando o montante de € 249,90 (cf. n.º 1, do referido art.º).”<sup>172</sup>

Embora, o entendimento seja de que só se deva recorrer ao Direito Penal em última ratio, tendo em vista o princípio do mínimo dano, tem-se que os comportamentos praticados pelo agente alienador devem ser alvo, em determinados casos, de uma punição, que não fique apenas esfera civil, dado que os atos caracterizam um delito e lesam o direito de outrem.

As autoridades competentes têm ao seu dispor mecanismos que podem ser utilizados para travar os comportamentos dolosos e danosos praticados contra o saudável desenvolvimento emocional dos menores e de toda a estrutura parental<sup>173</sup>.

Contudo a verdade é que tal fenómeno, muitas vezes, não tem sido reprimido e punido da maneira devida. A criação de uma legislação específica a tipificar e reconhecer juridicamente o fenómeno da Alienação Parental seria de grande valia para combater tais

---

<sup>171</sup> Diploma revogado pela Lei n.º 141/2015, de 08 de Setembro.

<sup>172</sup> PORTUGAL. Tribunal da Relação de Coimbra, 2ª Secção. Acórdão n.º 1796/08.7TBCTB-A.C1, de 11.07.2012. Disponível em: <http://www.dgsi.pt/jtrc.nsf/c3fb530030ea1c61802568d9005cd5bb/623c4a10ccf2f34080257a86003e17e4?OpenDocument&Highlight=0,1796%2F08.7TBCTB>. Acessado em: 15.11.2016.

<sup>173</sup> FEITOR, Sandra Inês Ferreira. *A Síndrome de Alienação Parental e o seu tratamento à luz do direito de menores*. Coimbra: Coimbra Editora, 2012, p. 223.

comportamentos e incentivar o desenvolvimento de uma parentalidade mais responsável<sup>174</sup>.

Desta forma, para auxiliar na resolução dos casos de Alienação Parental, que cada vez são mais comuns, seguir o exemplo do Brasil e criar nova norma que descreva de forma exemplificativa o fenômeno, bem como, determine o tipo de punição para reprimir estas atuações, considera-se o mais acertado a fazer. Assim, entendemos que, para uma melhor aplicabilidade, as referidas normas precisariam ser incluídas em regime especial do Direito de Família, com as remissões necessárias para o Direito Penal, em conformidade com o princípio da unidade do ordenamento jurídico, ao abrigo da Alienação Parental, com a obrigatoriedade de aplicação sobre o caso concreto que se enquadrar a norma. Atualmente recorre-se a aplicação das normas civis e penais vigentes no ordenamento jurídico português, eis que de outra maneira não seria possível a composição dos litígios de forma certa e apropriada<sup>175</sup>.

Depois da análise feita a identificar e indicar o que entendemos por pontos positivos e por pontos falhos dos ordenamentos jurídicos brasileiro e português com relação ao fenômeno da Alienação Parental, passaremos então a tratar efetivamente da responsabilidade do alienador no âmbito penal, com a análise de elementos comuns que podem ou não serem levados em consideração no momento de estabelecer a punição.

---

<sup>174</sup> FEITOR, Sandra Inês Ferreira. *A Síndrome de Alienação Parental e o seu tratamento à luz do direito de menores*. Coimbra: Coimbra Editora, 2012, p. 233.

<sup>175</sup> FEITOR, Sandra Inês Ferreira. *A Síndrome de Alienação Parental e o seu tratamento à luz do direito de menores*. Coimbra: Coimbra Editora, 2012, p. 234-235.

#### 4. DA RESPONSABILIDADE PENAL DO ALIENADOR

A boa formação da personalidade do menor é um bem jurídico e uma tutela resguardada de maneira especial. No direito o exercício da paternidade e da maternidade, e assim, o estado de filiação, é um bem jurídico indisponível, da qual a ausência intencional pode resultar em consequências psíquicas sérias, devendo haver um amparo legal que resulte em sanções. A paternidade e a maternidade são um conjunto de deveres para com o menor para atender o seu melhor interesse, garantindo-lhe uma convivência familiar saudável, independente do relacionamento entre os genitores. Pelo princípio do melhor interesse da criança e do adolescente é preciso garantir que ambos genitores participem de forma ativa e interfiram de forma positiva na esfera moral, espiritual e psicológica<sup>176</sup>.

É dever dos genitores dispensar cuidados e atenção regular e personalizada à sua prole, garantindo-lhes um ambiente de bem-querer, fisicamente saudável e organizado, precisam então, estabelecerem-se como exemplos emocionais positivos com pensamentos e comportamentos sadios, exercendo suas competências parentais<sup>177</sup>.

Assim, na opinião dos especialistas, quando a Síndrome da Alienação Parental é identificada pelos profissionais da área do direito, deve ser tratada como “uma violação direta e intencional de uma das obrigações mais fundamentais de um genitor, que é a de promover e estimular uma relação positiva e harmoniosa entre a criança e seu outro genitor”<sup>178</sup>.

Diante de muitos julgados que salientam os deveres dos genitores e os direitos do menor, bem como os riscos inerentes dos atos da Alienação Parental, colacionamos o do Acórdão do Tribunal da Relação de Évora que refere o seguinte: “I – Em matéria da regulação do poder paternal e da guarda e confiança dos menores o escopo da intervenção do Tribunal é sempre e em primeiro lugar a salvaguarda do interesse destes. II - Os menores necessitam igualmente do pai e da mãe e, por natureza, nenhum deles pode preencher a

---

<sup>176</sup> BARUFI, Melissa Telles. *O ato de perdão é personalíssimo*. In: SILVA, Alan Minas Ribeiro da.; BORBA, Daniela Vitorino (Org.). *A morte inventada: alienação parental em ensaios e vozes*. São Paulo: Saraiva, 2014, pp. 79-88, p. 81.

<sup>177</sup> VILARDO, Maria Aglaé Tedesco; FIALHO, António José. *Alienação parental: quando o amor dá lugar ao ódio*. Revista do CEJ, n. 15. Centro de Estudos Judiciários, 2011, pp. 137-189, p. 173.

<sup>178</sup> BONE, J. Michael; WALSH, Michael R. *Parental Alienation Syndrome: how to detect it and what to do about it*. The Florida Bar Journal, v. 73, nº. 3, 1999. [online]. Disponível em: <<http://www.fact.on.ca/Info/pas/walsh99.htm>>. Acessado em: 25.11.2016.

função que ao outro cabe. A consciência deste facto é essencial para que o relacionamento do menor com o progenitor a quem não esteja confiado se processe normalmente. Não devendo haver resistências por parte do progenitor a quem caiba a sua guarda, nem intransigências artificiais, por parte do outro progenitor. (...) IV – Se apesar de todas as cautelas na regulação os progenitores persistirem nas relações entre ambos, em utilizar as crianças como objecto da sua guerrilha e como veículo de transmissão dos sentimentos negativos que nutrem um pelo outro, haverá de ponderar a confiança da criança a terceira pessoa, já que a manutenção neste quadro familiar, pode ser altamente perniciosa para o são desenvolvimento físico, psíquico e afectivo da criança.”<sup>179</sup>

Contudo, evidencia-se que aquele que exerce a alienação é alguém que não respeitará as determinações de um Tribunal nem o que a lei estabelece e, no ordenamento português as autoridades têm permitido que, na maioria dos casos, este comportamento fique impune. As decisões judiciais devem ser cumpridas, ainda mais considerando que nesses há uma criança em sofrimento psicológico e emocional e uma família a se desintegrar. Assim quanto mais demorado for para uma decisão ser proferida e cumprida, mais se agravará o estado do menor, que está em risco, pois é vítima de maus-tratos psicológicos e de abuso emocional<sup>180</sup>.

Conforme denota-se do relatório da perita, em caso levado a julgamento no Tribunal da Relação de Lisboa, de que a genitora ficou seis meses a dificultar o contato entre o genitor e o filho, utilizando de “pretextos tão sórdidos quanto inverossímeis”, deixando de cumprir acordos que havia aceitado, violando assim os direitos tanto do filho como do genitor e, no mais acrescenta: “(...) o fracasso das absurdas imputações feitas pela mãe não foi bastante para ela se abster de as reiterar sem pudor, fazendo tábua rasa tanto dos acordos sobre a regulação que celebra, como das decisões que consideraram inconsistentes os crimes que denunciou.”<sup>181</sup>

---

<sup>179</sup> PORTUGAL. Tribunal da Relação de Évora, 2ª Secção. Acórdão nº 1599/07-2, de 27.09.2007. Disponível em:

<<http://www.dgsi.pt/jtre.nsf/134973db04f39bf2802579bf005f080b/3b43c070052379bf80257de100574b55?opendocument&highlight=0,1599%2f07-2>>. Acessado em: 23.02.2017.

<sup>180</sup> FEITOR, Sandra Inês Ferreira. *A Síndrome de Alienação Parental e o seu tratamento à luz do direito de menores*. Coimbra: Coimbra Editora, 2012. pp. 220-221.

<sup>181</sup> PORTUGAL. Tribunal da Relação de Lisboa. Acórdão nº 346/07.7TBCLD.L1-7, de 23.09.2014. Disponível em:

<<http://www.dgsi.pt/jtrl.nsf/33182fc732316039802565fa00497eec/5a03ed840deea4bc80257d93004a122e?OpenDocument&Highlight=0,346%2F07.7TBCLD>>. Acessado em 21.12.2016.

É diante de comportamentos como o acima relatado que os Tribunais têm adotado uma postura severa e acertada, como a adotada em decisão ao Recurso de Apelação Cível pelo Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro que aplicou à genitora, que praticava a Alienação Parental, vitimando o menor psicologicamente e emocionalmente, as medidas de “advertência, encaminhamento para tratamento psicológico e frequência a curso de orientação (escola de família), bem como multa no valor de cinco salários mínimos, face à gravidade dos danos psicológicos sofridos pela infante”<sup>182</sup>. Embora, acreditarmos que tais medidas auxiliem na resolução do problema, acreditamos também que em determinados casos, devido aos graves atos praticados e aos danos causados a responsabilidade na esfera penal seja uma opção acertada e eficaz.

Mas salientamos, que deve a medida a ser tomada vir acompanhada de um apoio de natureza psicopedagógica, com a inclusão do(s) genitor(es) para reforçar ou obter a obrigação para exercer a função parental de forma apropriada à ultrapassar a situação de perigo e seus efeitos e à apropriada satisfação das necessidades de efetivação e proteção do menor<sup>183</sup>.

Em decisão o Tribunal da Relação de Coimbra traz em sua fundamentação o conceito de perigo para quando da existência de abuso sexual, mas da leitura de tal caracterização verificamos exatamente o perigo decorrente dos atos de Alienação Parental. No referido julgado é exarado o seguinte entendimento: “Existe na ideia de perigo – aquela que aqui nos interessa – uma essência profunda que o Direito Penal assume, desde logo, na estruturação de determinados tipos de crime (os crimes de perigo) e que não deixa de expressar um critério geral aferidor da presença desse elemento (perigo) em situações exteriores à construção de tipos em Direito Penal. A este podemos, pois, e é disso e só disso que se trata neste caso, ir buscar relevantes elementos interpretativos possibilitadores de uma caracterização (jurídica) do elemento perigo, sempre que este seja

---

<sup>182</sup> BRASIL. Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro, 12ª Câmara Cível. Acórdão nº 0009396-55.2012.8.19.0202, de 21.03.2017. Disponível em: [http://www.tjrj.jus.br/search?processType=cnj&site=juris&client=juris&output=xml\\_no\\_dtd&proxystylesheet=juris&entqrm=0&oe=UTF-8&ie=UTF-8&ud=1&exclude\\_apps=1&filter=0&getfields=\\*&ulang=pt-BR&lr=lang\\_pt&sort=date:D:S:d1&partialfields=np:00093965520128190202.\(ctd:1%7Cctd:2\)&as\\_q=+&ip=79.168.244.141,79.168.244.141,192.168.6.2&access=p&entqr=3&q=+inmeta:dtd%3DAC%C3%93RD%C3%83O&dnavs=inmeta:dtd%3DAC%C3%93RD%C3%83O](http://www.tjrj.jus.br/search?processType=cnj&site=juris&client=juris&output=xml_no_dtd&proxystylesheet=juris&entqrm=0&oe=UTF-8&ie=UTF-8&ud=1&exclude_apps=1&filter=0&getfields=*&ulang=pt-BR&lr=lang_pt&sort=date:D:S:d1&partialfields=np:00093965520128190202.(ctd:1%7Cctd:2)&as_q=+&ip=79.168.244.141,79.168.244.141,192.168.6.2&access=p&entqr=3&q=+inmeta:dtd%3DAC%C3%93RD%C3%83O&dnavs=inmeta:dtd%3DAC%C3%93RD%C3%83O). Acessado em 11.05.2017.

<sup>183</sup> VILARDO, Maria Aglaé Tedesco; FIALHO, António José. *Alienação parental: quando o amor dá lugar ao ódio*. Revista do CEJ, n. 15. Centro de Estudos Judiciários, 2011, pp. 137-189, p. 175.

utilizado na previsão de uma norma como elemento desencadeador de uma estatuição – de uma estatuição decorrente da verificação de uma situação de perigo. É neste sentido que nos interessa, interpretativamente – e sublinha-se esta condicionante: a de se tratar aqui, tão-só, da convocação de um argumento interpretativo –, numa caracterização da ideia de perigo com vocação de generalidade e, por isso, com aplicação à situação que nos ocupa, definições de “perigo concreto” ligadas à probabilidade de ocorrência de uma lesão, sendo que o perigo em Direito é sempre associado, (...), à indução da eventualidade de produção de um dano. Ora, tomando por base interpretativa que a ideia de perigo decorre da indução, por referência à possibilidade de ocorrer um dano – no caso do artigo 1918º do CC, de um dano para a segurança, a saúde, a formação moral ou a educação de um menor –, de uma situação de insegurança existencial quanto a esses elementos, tomando isto por base, dizíamos, verificamos, através do cotejo desta ideia de perigo com os factos concretos cuja verificação o Tribunal *a quo* determinou, a consistência da projecção de uma situação de perigo efectivo para o processo formativo da menor, sendo correcta, por isso mesmo, a associação desse desvalor de perigo ao particular aspecto do regime de visitas alterado – suprimido, se quisermos expressar assim a realidade – pela decisão da primeira instância ora apelada. Uma situação de perigo é aquela que tem a potencialidade de gerar um dano, aferindo-se a sua existência pela circunstância de se criar para o bem ou valor protegido um estado de insegurança existencial, em função do qual já não se pode confiar, totalmente, na ausência de dano.”<sup>184</sup>

Nos casos de Alienação Parental é possível verificar que uma criança que é exposta a comportamentos abusivos por parte do genitor é uma criança em risco, por ter o seu desenvolvimento psicossomático afetado e seu bem estar emocional e afetivo desequilibrado. Não demonstrando aquele que adota tal comportamento capacidade para eliminar o perigo, obtemos a caracterização dos elementos que possibilitam um processo de promoção e proteção, e é por esse meio que atingimos os fins e as medidas adequadas para combater o perigo a que a criança esteja exposta<sup>185</sup>. É diante dessa ideia de perigo e da impossibilidade de se afirmar a ausência de um dano para o menor quando vítima de

---

<sup>184</sup> PORTUGAL. Tribunal da Relação de Coimbra, 2ª Câmara Cível. Acórdão nº 2134/09.7TBCTB.C1, de 16.11.2010. Disponível em: <<http://www.dgsi.pt/jtrc.nsf/c3fb530030ea1c61802568d9005cd5bb/085e85dd2ae3d33c802577ea005b4d6f?OpenDocument&Highlight=0,2134%2F09.7TBCTB>>. Acessado em: 23.03.2017.

<sup>185</sup> SÁ, Eduardo; SILVA, Fernando. *Alienação Parental*. Coimbra: Almedina, 2011, p. 28.



uma pressão psicológica que defendemos que seja adotada uma postura mais severa pelos Tribunais.

Ademais, nos processos dessa natureza denota-se um triplo objetivo, primeiramente é possível atuar junto ao genitor alienante para que este possa interiorizar e reconhecer a negatividade no seu agir, convencendo-o a colaborar com a aplicação das medidas necessárias. Nesses casos é preciso atender sempre ao superior interesse da criança. Já quando observado nos casos mais graves de alienação que a obsessão do alienante seja muito intensa e a pressão psicológica que exerce ser considerada como forma de maus-tratos, e for considerado o genitor como maltratante é preciso considerar a possibilidade de acionar os meios de reponsabilização criminal. Aqui o objetivo não será tão somente salvaguardar o interesse da criança, mas principalmente punir o comportamento ilícito do genitor maltratante<sup>186</sup>.

Por fim defendemos, diante do que exposto e afirmado, que a responsabilidade do alienador deve ser estabelecida pelos danos por ele causados ou pela situação de perigo que gerou ao menor, ao comprometer o seu desenvolvimento afetivo e psicológico. Desta forma, teríamos que no nível leve, como não se constata a efetiva separação do menor do outro genitor, não verificando-se um efetivo abalo psicológico, aplicar uma advertência e/ou um tratamento psicológico parece atingir o fim de barrar a ação do alienador, que, entretanto, poderá a vir responder por crime cometido contra o alienado. Já nos níveis moderado e grave verificamos uma interferência mais intensa no desenvolvimento psicológico do menor, o qual passa a adotar comportamentos negativos quanto ao genitor alienado e sentir-se confuso quanto aos seus sentimentos, assim, diante do abalo provocado, a responsabilidade do alienador precisa ser mais severa.

#### **4.1. Da responsabilidade quando a vítima for o menor**

Como verificado, quando a prole é envolvida ativamente no conflito de separação dos genitores isto resultará em sérios prejuízos e danos - físicos, psicológicos, intelectuais, ou emocionais - no presente e no futuro daquela criança. E mais, tal comportamento caracteriza maus-tratos ao menor, abuso emocional, ato de negligência com bem-estar da

---

<sup>186</sup> SÁ, Eduardo; SILVA, Fernando. *Alienação Parental*. Coimbra: Almedina, 2011, p. 29.

criança<sup>187</sup>. Assim, é possível aferir que a conduta do alienador fere direitos da criança ou adolescente o que pode levar a caracterização do crime de maus-tratos, violência doméstica ou subtração de menor.

#### 4.1.1 Crime de maus-tratos

O artigo 152-A do Código Penal Português prevê a ocorrência de maus-tratos nos seguintes termos: “(...) Quem, tendo ao seu cuidado, à sua guarda, sob a responsabilidade da sua direcção ou educação ou a trabalhar ao seu serviço, pessoa menor ou particularmente indefesa, em razão de idade, deficiência, doença ou gravidez, e: a) Lhe infligir, de modo reiterado ou não, maus-tratos físicos ou psíquicos, incluindo castigos corporais, privações da liberdade e ofensas sexuais, ou a tratar cruelmente; (...)”.

Já no Código Penal Brasileiro verificamos o artigo 136<sup>188</sup> que dispõe o seguinte: “Expor a perigo a vida ou a saúde de pessoa sob sua autoridade, guarda ou vigilância, para fim de educação, ensino, tratamento ou custódia, quer privando-a de alimentação ou cuidados indispensáveis, quer sujeitando-a a trabalho excessivo ou inadequado, quer abusando de meios de correção ou disciplina (...)”.

Notadamente a diferença que aqui nos é importante é quanto a previsão na legislação portuguesa de que os maus-tratos também podem ser praticados a atingir o psicológico da vítima, conduta dominante na Alienação Parental.

Os maus-tratos psicológicos são de difícil definição, porém mesmo que assuma diferentes acepções, tem-se que a palavra psicológico reúne todos as particularidades cognitivas e afetivas, fazendo-se uso dessa definição para englobar as diferentes extensões do

---

<sup>187</sup> FEITOR, Sandra Inês Ferreira. *A Síndrome de Alienação Parental e o seu tratamento à luz do direito de menores*. Coimbra: Coimbra Editora, 2012. p. 126.

<sup>188</sup> “Maus-tratos

Art. 136 - Expor a perigo a vida ou a saúde de pessoa sob sua autoridade, guarda ou vigilância, para fim de educação, ensino, tratamento ou custódia, quer privando-a de alimentação ou cuidados indispensáveis, quer sujeitando-a a trabalho excessivo ou inadequado, quer abusando de meios de correção ou disciplina:

Pena - detenção, de dois meses a um ano, ou multa.

§ 1º - Se do fato resulta lesão corporal de natureza grave:

Pena - reclusão, de um a quatro anos.

§ 2º - Se resulta a morte:

Pena - reclusão, de quatro a doze anos.

§ 3º - Aumenta-se a pena de um terço, se o crime é praticado contra pessoa menor de 14 (catorze) anos. (Incluído pela Lei nº 8.069, de 1990)”

desenvolvimento psicológico do menor que podem ser atingidas. Por esta razão, acima de tudo, tal categoria é fundada nos atos parentais e abrange os atos de comunicação verbal, como também omissões no contato pais-filhos e vivência do menor de conflito nas relações de intimidade<sup>189</sup>.

No mais, como nestes casos não é necessário que o resultado típico se verifique, é suficiente que exista um perigo concreto, desta forma, é viável inserir o fenômeno da Alienação Parental como uma situação de maus-tratos, especificamente como um abuso emocional, o que podemos extrair também da jurisprudência e doutrina majoritária, pois está em perigo o desenvolvimento físico saudável, psicológico e emocional do menor, acarretando danos ao nível da sua saúde mental<sup>190</sup>.

Os maus-tratos são classificados como um modo de permitir que os menores sejam expostos a um cenário de risco, que prejudique o seu desenvolvimento. Assim, a “síndrome dos maus-tratos” abrange qualquer modo de abuso e negligência na infância, existindo uma ligação entre todas as formas, uma vez que constituem a falta de zelo e proteção pertinentes assegurados pelos genitores, com um elemento habitual, qual seja, “o abuso de poder do mais forte (adulto) sobre o mais fraco (criança)”. Podem ocorrer de diversas maneiras, por violência física, por abuso sexual, por negligência ou por incúria. Identifica-se a ocorrência da negligência emocional quando as necessidades emocionais dos menores são desprezadas, não sendo proporcionado carinho e apoio emocional essencial para o seu sadio desenvolvimento. Assim, não proporcionar afeto é uma forma de negligenciar as necessidades do menor. O abuso mental, também pode ser outra forma de maus-tratos, que consiste em qualquer modo de abandono, desprezo, desrespeito, dentre outros atos desmoderados direcionados ao menor para satisfazer uma carência psicológica do adulto<sup>191</sup>.

---

<sup>189</sup> CALHEIROS, Manuela. *A construção social do mau trato e negligência parental: Do senso comum ao conhecimento científico*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2006, pp. 87-88. [online]. Disponível em: <<https://pt.scribd.com/document/118516355/Livro-Gulbenkian-Manuela-Calheiros-pdf>>. Acessado em 30.01.2017.

<sup>190</sup> FEITOR, Sandra Inês Ferreira. *A Síndrome de Alienação Parental e o seu tratamento à luz do direito de menores*. Coimbra: Coimbra Editora, 2012, p. 20.

<sup>191</sup> JESUS, Ivanise Jann de. *Criança Maltratada: retorno à família? Um estudo exploratório em Santa Maria/RS*. In: Revista do Ministério Público do Rio Grande do Sul, nº 54. Porto Alegre: Livraria do Advogado Ed., 2004-2005. pp. 149-179, p. 153-154.

No mais cabe referir que, para que haja uma responsabilidade do alienador, a vítima do crime de maus-tratos só pode ser aquela que preencha dois requisitos positivos, ou seja, deve haver uma relação de subordinação e a pessoa maltratada deve ser menor, quanto ao negativo trata de que não pode existir coabitação entre o agente a vítima, uma vez que se existir essa relação estaríamos diante do crime de violência doméstica<sup>192</sup>. Desta forma, a responsabilidade por maus-tratos seria da pessoa que comete os atos de Alienação Parental entretanto não coabita com o menor, mas com quem por vezes o menor está sob autoridade ou vigilância e exerce alguma influência sobre o menor, e quando não for possível enquadrar o alienador como sujeito ativo do crime de violência doméstica.

#### 4.1.2 Crime de violência doméstica

É no art. 152 do Código Penal Português que identificamos o delito de violência doméstica o qual estabelece que “1 - Quem, de modo reiterado ou não, infligir maus-tratos físicos ou psíquicos, incluindo castigos corporais, privações da liberdade e ofensas sexuais: (...) 2 - No caso previsto no número anterior, se o agente praticar o facto contra menor, na presença de menor, no domicílio comum ou no domicílio da vítima é punido com pena de prisão de dois a cinco anos”.

O mencionado artigo nos conduz à situações em que se verifiquem uma ligação familiar em sentido estrito, assim o indivíduo vulnerável que coabite com o ofensor, sem vínculo de parentesco, afinidade, podem ser vítima deste delito. A intenção do legislador apresenta-se no sentido de punir a violência entre indivíduos que tenham algum tipo de proximidade, familiar ou doméstica<sup>193</sup>.

Assim o legislador nos artigos 152 e 152-A, violência doméstica e maus-tratos, respectivamente, estabeleceu como bem jurídico tutelado a saúde psíquica. São consideradas aqui as “situações traumáticas de humilhação, subjugação, depreciação, etc. desligadas de violência física ou de um quadro patológico clinicamente identificável”<sup>194</sup>.

---

<sup>192</sup> CARVALHO, Américo Taipa de. Art. 152º-A (Maus-tratos). In: DIAS, Jorge de Figueiredo (Dir.). *Comentário Conimbricense do Código Penal: Parte Especial – Tomo I – Artigos 131º a 201º*. Coimbra: Coimbra Editora, 2012, pp. 534-542, § 4, p. 536.

<sup>193</sup> BELEZA, Teresa Pizarro. *Violência doméstica*. In: Revista do CEJ, nº 8, 1º sem. Lisboa, 2008, pp. 281-291, pp. 289-290.

<sup>194</sup> DIAS, Augusto Silva. *A saúde humana como bem jurídico-penal e os crimes contra a saúde no direito português*. In: Anatomia do Crime. Lisboa: Almedina, Janeiro-junho 2015, pp. 116-125, p. 119.

Novamente neste ponto o direito brasileiro não possui previsão que venha a abranger os atos da Alienação Parental pois naquele ordenamento jurídico trata-se de um crime de gênero como estabelece o artigo 1º<sup>195</sup> da Lei de Violência Doméstica – Lei 11.340/06<sup>196</sup>: “Esta Lei cria mecanismos para coibir e prevenir a violência doméstica e familiar contra a mulher (...)” (grifo nosso), embora venha a prever no seu artigo 5º<sup>197</sup> que, dentre outras formas, essa violência possa ser no intuito de causar um sofrimento psicológico.

Existem decisões de Tribunais brasileiros a reconhecer os danos psicológicos causados no menor pela prática da Alienação Parental, assim, a Lei 13.431/2017 vem reafirmar o que já é pacífico na jurisprudência e estabeleceu como um tipo de violência psicológica a Alienação Parental.

Como na decisão do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná, que dá conta da inexistência da ocorrência de abuso sexual, em virtude do conjunto probatório aportado na instrução do processo, e vindo a verificar que a genitora está a agir em Alienação Parental e sua conduta está a provocar na menor angústia e trauma emocional, assim, ratificou a advertência feita à genitora em 1º Grau para que colabore com o trabalho da psicóloga auxiliando a filha a ultrapassar o trauma que ela mesma provocou à menor<sup>198</sup>.

Entretanto não há um dispositivo no direito penal brasileiro que tipifique a conduta desta natureza do alienador, ou seja, quanto ao sofrimento psicológico causado ao menor, para que possa haver sua responsabilidade na esfera penal, o que defendemos ser necessário.

Desta forma, a importância do art. 152 e art. 152-A está na atribuição de prevenir e punir, não só de maneira mais rigorosa as violações contra a integridade física, mas também as

---

<sup>195</sup> “Art. 1º Esta Lei cria mecanismos para coibir e prevenir a violência doméstica e familiar contra a mulher, nos termos do § 8º do art. 226 da Constituição Federal, da Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Violência contra a Mulher, da Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência contra a Mulher e de outros tratados internacionais ratificados pela República Federativa do Brasil; dispõe sobre a criação dos Juizados de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher; e estabelece medidas de assistência e proteção às mulheres em situação de violência doméstica e familiar.”

<sup>196</sup> Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2004-2006/2006/Lei/L11340.htm#art44](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2006/Lei/L11340.htm#art44)>. Acessado em: 21.03.2017.

<sup>197</sup> “Art. 5º Para os efeitos desta Lei, configura violência doméstica e familiar contra a mulher qualquer ação ou omissão baseada no gênero que lhe cause morte, lesão, sofrimento físico, sexual ou psicológico e dano moral ou patrimonial: (Vide Lei complementar nº 150, de 2015) (...)”.

<sup>198</sup> BRASIL. Tribunal de Justiça do Estado do Paraná, 12ª Câmara Cível. Acórdão nº 1435928-1. de 11.05.2016. Disponível em: <[https://portal.tjpr.jus.br/jurisprudencia/j/12157825/Ac%C3%B3rd%C3%A3o-1435928-1#integra\\_12157825](https://portal.tjpr.jus.br/jurisprudencia/j/12157825/Ac%C3%B3rd%C3%A3o-1435928-1#integra_12157825)>. Acessado em 13.01.2017.

reiteradas e, algumas vezes, tão sutis como maléficas, para a saúde física ou psíquica ou para o desenvolvimento harmonioso da personalidade ou para o bem estar, que consistem em forma de violência no âmbito familiar, educacional e laboral. A punição desse tipo de comportamento resulta de uma conscientização ético-social que vem crescendo e reconhecendo a gravidade individual e social destas condutas, bem como a crescente e saudável visão da inadequação, gravidade e periculosidade de tais comportamentos desumanos que afetam o crescimento físico, psicológico e mental dos menores de maneira saudável<sup>199</sup>.

A violência psicológica<sup>200</sup> é passível de provocar um efeito lesivo na estrutura psico-emocional, podendo às vezes ter um significado mais forte quando comparado a uma situação de domínio físico agressivo experimentada, abalo que tem sua proporção aumentada pela agressão acontecer no âmbito familiar, ambiente importante para o desenvolvimento sadio da criança. A família é o ambiente de socialização do menor, sendo o primeiro lugar para sua estruturação social e evoluir como ser humano<sup>201</sup>. Neste tipo de crime exige-se a intensidade do desvalor, da ação e do resultado, que seja suficiente e eficaz para afetar o bem jurídico protegido, neste caso a saúde psíquica do menor<sup>202</sup>.

Nos maus-tratos psicológicos, devido ser exercido de forma sutil, verificar a violência praticada possui um grau de dificuldade maior, ainda mais que não deixa marcas físicas perceptíveis, mas provoca danos na essência emocional que só irão ser identificados quando a transformação emocional seja evidente. Aqui um dos atos de violência é a culpabilização, que revela-se em uma agressiva manipulação afetiva de emoções<sup>203</sup>.

---

<sup>199</sup> CARVALHO, Américo Taipa de. Art. 152º-A (Maus-tratos). In: DIAS, Jorge de Figueiredo (Dir.). *Comentário Conimbricense do Código Penal: Parte Especial – Tomo I – Artigos 131º a 201º*. Coimbra: Coimbra Editora, 2012, pp. 534-542, § 1, pp. 534-535.

<sup>200</sup> O abuso psicológico consiste na conduta prolongada, repetitiva e inapropriada que causa danos ou modifica o desenvolvimento de faculdades e processos mentais essenciais ao desenvolvimento sadio do menor. DIAS, Isabel. *Violência na família. Uma abordagem sociológica*. Santa Maria da Feira: Edições Afrontamento, 2004, pp. 109-110.

<sup>201</sup> LOPES, Anselmo A. *Crimes contra a vida e a integridade física*. In: DIAS, Augusto Silva/CAIRES, João Gouveia; SOL, António Araújo (Aut.). *Materiais para o estudo da parte especial do direito penal*. 7. Lisboa: AAFDL, 2009, p. 500.

<sup>202</sup> FERNANDES, Plácido Conde. *Violência doméstica: novo quadro penal e processo penal*. In: Revista do CEJ, nº 8, 1º sem. Lisboa, 2008, pp. 293-315, p. 308.

<sup>203</sup> GRILO, Maria Helena. *Maus-tratos, risco e perigo*. In: LOPES, Rui (Org.). *Crianças e jovens em risco: sistema de promoção e protecção*. Lisboa: ISPA, 2013, pp. 17-21, p. 18.

Assim, quando da ocorrência deste tipo de delito supõe-se que no caso de o agressor ser condenado poderá ser impossibilitado de exercer o poder paternal, a tutela ou curatela, quando os fatos tiveram ligados à sua função. Verifica-se uma relativa aproximação entre a jurisdição penal e a jurisdição de família e menores<sup>204</sup>.

Embora a jurisprudência não trate da violência doméstica no âmbito do sofrimento psicológico causado ao menor que é exposto a este tipo de agressão, podemos denotar que o tipo penal em análise abrange os comportamentos do alienador de forma a proporcionar a sua responsabilidade pelo cometimento de tal crime.

#### 4.1.3 Crime de subtração de menor

O artigo 249, número 1, “c”, do Código Penal Português estabelece que incorre no crime de subtração de menor quem: “De um modo repetido e injustificado, não cumprir o regime estabelecido para a convivência do menor na regulação do exercício das responsabilidades parentais, ao recusar, atrasar ou dificultar significativamente a sua entrega ou acolhimento (...)”. Já o Código Penal Brasileiro estabelece também no artigo 249<sup>205</sup> que comete o crime de subtração de incapaz o sujeito que: “Subtrair menor de dezoito anos ou interdito ao poder de quem o tem sob sua guarda em virtude de lei ou de ordem judicial (...)”, dispositivo que não engloba a ação do alienador.

Assim, pelo que disposto no direito português, pode-se deduzir que quando ocorre a recusa ilícita da entrega da criança que as responsabilidades parentais ou a tutela em relação a mesma já estejam estabelecidas, o que não ocorre no caso de um desentendimento familiar em que ambos os genitores possuem legitimidade para exercer as responsabilidades parentais em condições de igualdade, mesmo que não exista ainda uma decisão definitiva ou provisória quanto a forma a ser exercida aquelas responsabilidades por cada um dos genitores. E de outro modo, irá cometer o crime quer

---

<sup>204</sup> FERNANDES, Plácido Conde. *Violência doméstica: novo quadro penal e processo penal*. In: Revista do CEJ, nº 8, 1º sem. Lisboa, 2008, pp. 293-315, p. 315.

<sup>205</sup> “Subtração de incapazes

Art. 249 - Subtrair menor de dezoito anos ou interdito ao poder de quem o tem sob sua guarda em virtude de lei ou de ordem judicial:

Pena - detenção, de dois meses a dois anos, se o fato não constitui elemento de outro crime.

§ 1º - O fato de ser o agente pai ou tutor do menor ou curador do interdito não o exime de pena, se destituído ou temporariamente privado do pátrio poder, tutela, curatela ou guarda.

§ 2º - No caso de restituição do menor ou do interdito, se este não sofreu maus-tratos ou privações, o juiz pode deixar de aplicar pena.”

o genitor que possui a guarda e que não entrega o menor ao outro não guardião para que possa exercer o seu regime de contato e visitas, quer aquele que não seja o guardião mas deixa de entregar a prole ao genitor guardião depois do período de visita<sup>206</sup>.

Pelo que disposto em Acórdão do Tribunal da Relação de Lisboa identificamos as condutas acima descritas por parte da genitora e da avó materna do menor, desta forma: “Centrados, numa primeira análise, na obstaculização ou recusa de visitas ao progenitor que não guarda a criança, referencia-se, mais recentemente (Cantón Duarte, J. Cortés Arboleda, M.T. e Justicia Díaz, M.D., in *Conflictos matrimoniales, divorcio e desarrollo de los hijos*, Madrid, 2000, citado por José Manuel Aguilar, obra citada, fls. 35.) três tipos de situações relacionadas com a interferência no regime de visitas, a interferência grave, tida como uma postura não sistemática que o progenitor que tem a custódia adopta e mediante a qual nega a prática das visitas, de modo indirecto ou mediante estratégias passivas, a Síndrome de Alienação Parental, traduzida já na intenção expressa de um progenitor, que detém a guarda do menor, de dispor este contra o outro progenitor, de modo a que o filho venha a elaborar uma atitude de confronto injustificado para com aquele, coincidindo assim com a definição dada por Gardner, e por último o síndrome da mãe maliciosa, distúrbio que também pode ser associado ao pai, consistindo na tentativa do progenitor castigar o seu ex-cônjuge, sem justificação, interferindo no regime de visitas e acesso do outro progenitor à criança, com um padrão estável de actos maldosos contra este, sem que este comportamento se justifique por qualquer outro distúrbio mental, embora possa concorrer com ele. Permite concluir que na pendência do processo, iniciado pela Requerente com vista à restrição das visitas por parte do Requerido, aquela, conjuntamente com a mãe, levou a cabo uma tentativa de afastar a criança do seu pai, levando a opção traçada a que o menor seja uma criança triste, sem emoções positivas e sem curiosidade.”<sup>207</sup> (Grifo nosso)

O mesmo tipo de situação identificamos em julgado do Tribunal da Relação de Évora: “Quanto ao regime de visitas, a recorrente fundava a sua pretensão de restrição ou

---

<sup>206</sup> ALBUQUERQUE, Paulo Pinto de. *Comentário do Código Penal: à luz da Constituição da República e da Convenção Europeia dos Direitos do Homem*. 3ª ed., Lisboa: Universidade Católica Editora, 2015, § 9, p. 914.

<sup>207</sup> PORTUGAL. Tribunal da Relação de Lisboa, 7ª Secção. Acórdão nº 1625/05.TMSNT-C.L1-7, de 26.01.2010. Disponível em: <http://www.dgsi.pt/jtrl.nsf/33182fc732316039802565fa00497eec/9510293a13ca4ab3802576d3004430db?opendocument&highlight=0,1625%2f05>. Acessado em 01.05.2017.



impedimento completo do regime de visitas ao pai na prova dos alegados abusos sexuais por parte deste em relação à menor, que não se provaram, pelo que a sua pretensão improcede, não havendo fundamento para introduzir qualquer alteração. No entanto, importa referir que o incumprimento em termos futuros por parte da progenitora do regime agora fixado/mantido (se circunstâncias novas e relevantes não surgirem, devidamente fundamentadas por entidades independentes) pode obrigar à reponderação de todo o regime da regulação, designadamente, por se poder vir a concluir pela impossibilidade/incapacidade da mãe de atender à legal obrigação de permitir e até fomentar a ligação filha-pai, a bem do superior interesse da criança, que é o valor mais relevante.”<sup>208</sup>. (Grifo nosso)

No mais, o referido incumprimento, para caracterizar o tipo previsto como crime, precisa ser praticado de “modo repetido e injustificado”, não desculpando, aquele comum descumprimento eventual do mesmo, ou a negativa, um atraso ou a inferência de um entrave que prejudique gravemente a entrega ou acolhimento da criança<sup>209</sup>.

O Supremo Tribunal de Justiça, quanto ao preenchimento do tipo penal do crime de subtração de menor, em decisão exarou o seguinte entendimento: “No enquadramento de tipicidade, a al. c) do n.º 1 do art. 249.º na actual formulação não traduz nem expõe manifestamente uma «subtracção», mas apenas uma rejeição do cumprimento, ou no rigor, o incumprimento das obrigações decorrentes do regime fixado ou acordado de regulação das responsabilidades parentais de menores: a formulação típica não representa nem prevê uma retirada ou ocultação do menor, ou recusa de entrega à pessoa que exerça o poder paternal, constituindo apenas, em determinadas circunstâncias, o estabelecimento de uma forma instrumental e funcional de injunção ao cumprimento de obrigações decorrentes do regime de responsabilidade parentais, no rigor, uma modalidade constitutivamente aproximada de uma desobediência. IV -Mas, sendo assim, o princípio de subsidiariedade de intervenção do direito penal – que supõe a carência de tutela penal de determinado comportamento que afecte bens e valores com relevo axiológico

---

<sup>208</sup> PORTUGAL. Tribunal da Relação de Évora, Secção Cível. Acórdão nº 960/11.6TMFAR.E1, de 25.06.2015. Disponível em: <<http://www.dgsi.pt/jtre.nsf/134973db04f39bf2802579bf005f080b/555f58c8d1fe2c7a80257ef500355692?OpenDocument&Highlight=0,960%2F11>>. Acessado em: 12.04.2017.

<sup>209</sup> CUNHA, Filipa Lia do Carmo Ramos Castro. *Síndrome de Alienação Parental e direito das crianças em caso de divórcio dos pais*. Dissertação de Mestrado. Universidade Católica Portuguesa. Faculdade de Direito. Porto, 2012, p. 10.

constitucional – não poderá, sem afectar o princípio da proporcionalidade, sustentar a criminalização e o sancionamento penal de um puro e simples incumprimento de um regime sobre direitos civis que tem meios próprios de injunção e coerção ao cumprimento. Por isso, a «subtracção» ou o não cumprimento, com o sentido da al. c), só deve e pode ter sentido quando se refira a situações de *ultima ratio*, e os meios normalmente adequados para fazer respeitar o cumprimento das obrigações parentais não se revelam eficazes. É nesta perspectiva que os elementos da tipicidade do crime do art. 249.º, n.º 1, al. c), do CP, na redacção da Lei 61/2008, devem ser interpretados e integrados.

V - A actual redacção do art. 249.º, n.º 1, al. c), do CP, interpretada logo pela construção da tipicidade, visa acorrer às situações em que a recusa, atraso ou criação de dificuldades sensíveis na entrega ou acolhimento do menor, se faz, por exemplo, através da fuga para o estrangeiro de um dos vinculados pelo regime de regulação das responsabilidades parentais, ou através de comportamentos ou abstenções de semelhante dimensão, com graves prejuízos para a estabilidade e os direitos dos menores; é em tais circunstâncias que se impõe, não uma exigência de abstenção dos Estados face às relações jurídico-familiares, mas também deveres de conteúdo positivo, fazendo impender sobre os Estados o dever de criar mecanismos legais expeditos para o cumprimento.

VI - Conhecidas as críticas a que a intervenção penal está sujeita nesta área, a lei penal não se pode satisfazer com uma qualquer forma ou modalidade de incumprimento; exige, por isso, logo pela descrição do tipo e como elemento da tipicidade, um incumprimento qualificado, não se satisfazendo, por uma projecção quantitativa, com uma única hipótese de incumprimento, mas sim, ao invés, exigindo que seja «repetido». Classificando o incumprimento como «injustificado», o legislador utiliza a noção desligada dos tipos justificadores em sentido técnico-jurídico, alargando-a a outras realidades e circunstâncias que se impõem na definição como elementos do tipo e não como causa de exclusão da ilicitude: «repetido» e «injustificado» são expressões da realidade que apontam para projecções simultaneamente materiais e de valoração, como índices de gravidade e de insuportabilidade da rejeição ao cumprimento de deveres, que justificam a dimensão penal do não cumprimento do «regime estabelecido para a convivência do menor na regulação do exercício das responsabilidades parentais»; «recusar, atrasar ou dificultar significativamente» são acções que apenas podem assumir dimensão típica se constituírem comportamentos repetidos, isto é, reiterados e recorrentes, densificando

quantitativamente, e pela quantidade e persistência, qualitativamente, a gravidade *in se* e as consequências do não cumprimento do regime estabelecido.”<sup>210</sup> (Grifo nosso)

Desta forma vemos que a negação ou o atraso, bem como as ações que geram embaraços na entrega do menor, as quais devem ser averiguadas, somente terão importância se estiverem associadas a uma conduta praticada repetidamente e que não seja vista judicialmente como justificada. Ainda, é preciso que com isso o regime de regulação do exercício das responsabilidades parentais sofra um prejuízo significativo<sup>211</sup>.

Por fim, destacamos que os atos do alienador interferem na convivência do menor com o outro genitor prejudicando a convivência do menor e descumprindo a regulação do exercício das responsabilidades parentais, restringe o direito do menor de ter uma relação sadia com ambos os pais, atos que ocorrem de forma a preencher o tipo penal da subtração de menor.

#### **4.2. Da responsabilidade quando a vítima for o genitor alienado**

Poderá responder o alienador também pelos crimes cometidos contra o genitor alienado, pois também é uma vítima dos atos da Alienação Parental, sendo que aquele não poupa esforços para denegrir a imagem deste perante seu filho.

##### **4.2.1 Crime de difamação**

A forma mais eficaz de ofender uma pessoa é proferindo insinuações, meias verdades, suspeitas, algo inconclusivo sobre ela<sup>212</sup>. Nesse contexto o que torna o ato ainda mais perverso é que as ofensas são proferidas por um sujeito sobre o genitor ou genitora do menor, fato que leva a destruição da imagem do pai ou da mãe perante sua prole.

---

<sup>210</sup> PORTUGAL. Supremo Tribunal de Justiça, 3ª Secção. Acórdão nº 387/10.6TAASF.S1, de 23.05.2012. Disponível em:

<<http://www.dgsi.pt/jstj.nsf/954f0ce6ad9dd8b980256b5f003fa814/705f484972ca00f680257a7c004fb6c5?OpenDocument&Highlight=0,687%2F10.6TAABF.S1>>. Acessado em: 08.01.2017.

<sup>211</sup> GARCIA, M. Miguez; RIO, J. M. Castela. *Código Penal: parte geral e especial: notas e comentários*. Coimbra: Almedina, 2014, § 4, “c”, p. 991.

<sup>212</sup> COSTA, José de Faria. Artigo 180º (Difamação). In: DIAS, Jorge de Figueiredo (Dir.). *Comentário Conimbricense do Código Penal: Parte Especial – Tomo I – Artigos 131º a 201º*. Coimbra: Coimbra Editora, 2012, pp. 904-932, § 30, p. 916.

Trata-se de um ato praticado pelas costas da vítima, e é em virtude do modo de afrontar a referida estrutura penal que se sobressai a sua maior gravidade que, dentre outros motivos, destaca-se por impedir a chance de defesa imediata daquela. É proferido um juízo de valor que compreende uma opinião, na forma de um comentário<sup>213</sup>. E o juízo de valor consiste em toda afirmação que abrange um julgamento sobre o caráter da vítima que não condiz com os fatos<sup>214</sup>.

O crime de difamação está previsto no art. 180 do Código Penal Português e no artigo 139<sup>215</sup> do Código Penal Brasileiro, que trazem previsão semelhante, e assim dispõe o tipo penal que difamar é imputar a alguém fatos ofensivos à sua reputação desde que mencionados a terceira pessoa.

Sendo assim, a conduta do crime de difamação está relacionada ou com fatos ou com juízos de valor e possui três maneiras de atuação, assim sendo, imputar um fato desonroso perante um terceiro, a criação de um juízo desonroso também perante um terceiro e a repetição de uma determinada imputação de fato ou do juízo desonrosos<sup>216</sup>.

Desta forma a difamação nos casos de Alienação Parental irá ocorrer pela pronúncia de ofensas e fatos desonrosos a respeito do alienado para a criança. É possível verificar na conduta do genitor alienador a intenção de ofender, a vontade de denegrir, a vontade de atingir a honra do ofendido<sup>217</sup>, nesse caso o genitor alienado, sempre na busca de prejudicar e degradar a sua imagem perante o menor.

A afirmação de que um sujeito age de determinada forma dá-se com a imputação de fatos a ele. O atentado à honra do sujeito visado advém das conclusões que são retiradas das declarações realizadas, e levarão aos juízos desonrosos e à proliferação da ofensa. O agente pode apenas fazer conjunturas quanto ao modo de comportamento da vítima, sem

---

<sup>213</sup> GARCIA, M. Miguez; RIO, J. M. Castela. *Código Penal: parte geral e especial: notas e comentários*. Coimbra: Almedina, 2014, § 2, “c”, p. 747.

<sup>214</sup> DIAS, Augusto Silva. *Alguns aspectos do regime jurídico dos crimes de difamação e de injúrias*. Lisboa: A.A.F.D.L., 1989, p. 14.

<sup>215</sup> “Difamação

Art. 139 - Difamar alguém, imputando-lhe fato ofensivo à sua reputação:

Pena - detenção, de três meses a um ano, e multa.

(...)”

<sup>216</sup> GARCIA, M. Miguez; RIO, J. M. Castela. *Código Penal: parte geral e especial: notas e comentários*. Coimbra: Almedina, 2014, § 1, p. 746.

<sup>217</sup> BITENCOURT, Cezar Roberto. *Tratado de direito penal, 2: parte especial: dos crimes contra as pessoas*. 9ª ed. rev. atual. ampl. Rio de Janeiro: Saraiva, 2009, p. 313.

afirmar o fatos. Profere insinuações que são eficazes para desacreditar o sujeito visado, com o intuito de fazer entender de que a vítima não é merecedora do respeito das outras pessoas<sup>218</sup>. Age o alienador nesse sentido, profere alegações contra o outro genitor para que a criança as tome como verdade, e deixe de acreditar e respeitar o sujeito alinado.

É possível cogitar que o crime de difamação concretiza-se com a mera consciência de abstrata perigosidade da ação ou do meio de ação previstos na referida norma incriminatória. Será de incumbência do julgador, quando ficar comprovada a conduta ou a acção por parte do sujeito, constatar somente se é ou não genericamente perigosa, utilizando-se, para tal, de critérios de experiência, bem como se o sujeito atuou com a consciência dessa perigosidade<sup>219</sup>.

Consagrado também na Constituição, como direito a personalidade, tal bem jurídico possui um lado individual, que está relacionado ao bom nome do sujeito, e um lado social, que é a sua reputação ou a consideração. Estão combinados em uma pretensão de respeito que possui como análoga uma ação negativa de alguém; é simplesmente uma vontade a não ser diminuído ou menosprezado no seu valor perante a sociedade<sup>220</sup>, aqui principalmente a imagem de um progenitor perante os seus filhos.

#### 4.2.2 Crime de calúnia

A calúnia é um tipo penal previsto no Código Penal Brasileiro, no Capítulo V que traz o rol dos crimes contra a honra, e assim refere o art. 138<sup>221</sup> que caluniar alguém é o ato de “imputar-lhe falsamente fato definido como crime”.

Já no Código Penal Português está disposto no art. 183, nº 1, alínea “b”, que comete o crime de calúnia o agente que nos casos previstos nos artigos 180º, 181º e 182º, imputar fatos a alguém com o conhecimento de que a imputação era falsa. O sujeito profere fatos

---

<sup>218</sup> GARCIA, M. Miguez; RIO, J. M. Castela. *Código Penal: parte geral e especial: notas e comentários*. Coimbra: Almedina, 2014, § 4, “b”, pp. 747-748.

<sup>219</sup> MENDES, António Jorge Fernandes de Oliveira. *O direito à honra e a sua tutela penal*. Coimbra: Almedina, 1996, p. 59.

<sup>220</sup> DIAS, Augusto Silva. *Alguns aspectos do regime jurídico dos crimes de difamação e de injúrias*. Lisboa: A.A.F.D.L., 1989, p. 17-18.

<sup>221</sup> “Calúnia

Art. 138 - Caluniar alguém, imputando-lhe falsamente fato definido como crime:

Pena - detenção, de seis meses a dois anos, e multa.

§ 1º - Na mesma pena incorre quem, sabendo falsa a imputação, a propala ou divulga.

§ 2º - É punível a calúnia contra os mortos.”

que não condizem com a “verdade histórica”<sup>222</sup>. Assim estabelece a alínea “b” a proibição da calúnia, que poder ser considerada a forma mais perversa dos crimes contra a honra, pois o sujeito mesmo com o conhecimento de que os fatos são falsos emite a imputação<sup>223</sup>.

Nesse tipo de crime, o sujeito irá imputar a alguém a responsabilidade de cometer um crime que não aconteceu, tal imputação precisa ser de fato determinado, concreto, ou seja, não pode ser abstrata ou indefinida<sup>224</sup>. Este tipo de conduta normalmente é adotada pelo alienador que atribui ao alienado determinado crime e para atestar a veracidade expõe detalhes e pormenores que levem à caracterização de um fato criminoso, embora saiba que o crime não ocorreu.

Para dar veracidade as suas alegações, conforme já referido anteriormente, o progenitor alienador irá procurar a ajuda de familiares, amigos, e outras pessoas que sejam do seu convívio social que possam confirmar seus motivos, até em requerimento de proteção judicial, com o intuito de retirar o outro genitor do convívio com a prole. Ainda, irá proferir falsas acusações quanto a vícios e crimes, caracterizando a mais extremada conduta a de acusar do cometimento de abuso sexual, em virtude do êxito conseguido e pelos efeitos psicológicos gerados no menor<sup>225</sup>.

#### **4.3. Crime de desobediência**

Quando determinado em decisão judicial que o menor possa visitar o genitor com quem não está a residir, ou quando determinada a guarda compartilhada, está o magistrado a garantir o direito do menor de conviver com ambos os genitores para que possa desenvolver um crescimento saudável. Entretanto o genitor alienante quer romper o vínculo que há da criança com o outro genitor e passa a impedir as visitas ou arranjar motivos, dos mais diversos, para que o menor não possa ir com o outro genitor, com isto estará a descumprir uma ordem e assim está a infringir o que disposto no artigo do Código

---

<sup>222</sup> GARCIA, M. Miguez; RIO, J. M. Castela. *Código Penal: parte geral e especial: notas e comentários*. Coimbra: Almedina, 2014, § 4, p. 766.

<sup>223</sup> COSTA, José Faria. Art. 183 (Publicidade e Calúnia). In: DIAS, Jorge de Figueiredo (Dir.). *Comentário Conimbricense do Código Penal: Parte Especial – Tomo I – Artigos 131º a 201º*. Coimbra: Coimbra Editora, 2012, pp. 943-, § 9, p. 946.

<sup>224</sup> CAPEZ, Fernando. *Código Penal Comentado*. e-book. 4º ed. São Paulo: Saraiva, 2013, p. 434.

<sup>225</sup> SILVA, Paulo Lins e. *Síndrome da Alienação Parental e a Aplicação da Convenção de Haia*. In: PEREIRA, Rodrigo da Cunha (Org.). *Família e Solidariedade: Teoria e prática do Direito de Família*. Rio de Janeiro. IBDFAM – Lumen Juris, 2008, pp. 387-398, p. 388.

Penal que prevê o crime de desobediência. O crime aqui mencionado tem previsão semelhante no direito português – art. 348 do Código Penal - e no direito brasileiro – art. 330<sup>226</sup> do Código Penal.

O fato criminalmente ilícito não se constitui somente pela ausência da obediência devida. No mais estabelece CRISTINA LÍBANO MONTEIRO que “a *dignidade penal* da conduta exige, para além do que fica dito, que o dever de obediência que se incumpriu tenha uma das duas fontes: ou uma *disposição legal* que o comine, no caso, a sua punição; ou na ausência desta, a correspondente *cominação*<sup>227</sup> feita pela autoridade ou pelo funcionário competentes para ditar a ordem ou o mandado”<sup>228</sup>. E assim, quando a autoridade ou o funcionário estabelecerem a corresponde cominação, é preciso ser colocada na ordem, de forma escrita ou verbal, ou mandado a comunicação expressa, clara e inequívoca de que o incumprimento do que foi determinado é passível de punição com a pena equivalente ao crime de desobediência”<sup>229</sup>.

A ocorrência desse tipo de conduta é recorrente nos processos de regulação de guarda como podemos perceber pela situação do Acórdão do Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais no qual consta que: “É dos autos que, por acordo judicialmente homologado em 26.2.2013, as partes firmaram entendimento sobre a guarda de sua filha menor, B.V.C., estabelecendo ainda o regime de visitação do pai, (...). Todavia, houve várias

---

<sup>226</sup> “Desobediência

Art. 330 - Desobedecer a ordem legal de funcionário público:

Pena - detenção, de quinze dias a seis meses, e multa.”

<sup>227</sup> Tribunal da Relação de Coimbra, julgou improcedente o recurso e manteve a decisão do tribunal *a quo*, que estabeleceu o seguinte: “(...) O Ministério Público, na vista que teve de seguida, promoveu se ordenasse “o regresso voluntário da criança, notificando-se o progenitor para, no prazo de dez dias, proceder à entrega voluntária da filha às autoridades Luxemburguesas e processo do qual foi emanado o presente expediente, juntando a estes autos declaração de tal entrega emitida pelo titular desses autos, sob pena de, não fazendo incorrer na prática de um crime de desobediência”; mais promoveu que, para apreciação da responsabilidade criminal do pai da menor pela prática de eventual crime de rapto, lhe fosse entregue certidão do processo. Seguidamente, em 26/03/2010, verteu-se nos autos sentença, que decidiu do seguinte modo: “*Nestes termos e sem mais, determino o regresso imediato da menor M.A. (...) ao Luxemburgo, onde deverá ser entregue à sua progenitora. Para o efeito deverá o Requerido pai proceder à entrega da menor à mãe no Luxemburgo no prazo de 10 dias a contar da notificação pessoal que para o efeito lhe vai ser efectuada, com a cominação de, não o fazendo, incorrer na prática de um crime de desobediência, do que fica desde já expressamente advertido.* (...)”. PORTUGAL. Tribunal da Relação de Coimbra. Acórdão nº 786/09.7T2OBR-A.C1, de 22.06.2010. Disponível em: <<http://www.dgsi.pt/jtrc.nsf/c3fb530030ea1c61802568d9005cd5bb/d57dd25f52462b4780257765004940e2?OpenDocument>>. Acessado em: 23.04.2017.

<sup>228</sup> MONTEIRO, Cristina Líbano. Art. 348 (Desobediência). In: DIAS, Jorge de Figueiredo (Dir.). *Comentário Conimbricense do Código Penal: Parte Especial – Tomo III – Artigos 308º a 386º*. Coimbra: Coimbra Editora, 2001, pp. 349-359, § 6, p. 351.

<sup>229</sup> GARCIA, M. Miguez; RIO, J. M. Castela. *Código Penal: parte geral e especial: notas e comentários*. Coimbra: Almedina, 2014. p. 1172.

intercorrências, aparentemente deflagradas pela mãe/agravada, que se opôs ao cumprimento do avençado sob inúmeros subterfúgios, possivelmente sofismáticos - questões de saúde, vontade da criança etc. -, frustrando, inclusive, decisões judiciais (f. 386, 399, 402/TJ) e ensejando a lavratura de boletim de ocorrência policial (BO) (f. 392-393 e 456-458/TJ).<sup>230</sup> (Grifo nosso)

Entretanto já foi objeto de divergência na jurisprudência portuguesa se o incumprimento de sentença cível caracteriza crime de desobediência, o dilema estaria especificamente no não acatamento de decisão em relação a providências cautelares, uma vez que quanto às demais sentenças o entendimento pacífico<sup>231</sup> é de que não constituem propriamente ordens, mas são declarações ou constituições de estados de sujeição, que resultam da constituição de conflitos de interesses. Então, com a revisão do antigo Código de Processo Civil, foi estabelecido expressamente no art. 391<sup>232</sup> que comete o crime de desobediência qualificada aquele que infringir uma providência cautelar, sendo do entendimento que não se faz necessário nesse caso a advertência do destinatário quanto à incorrência no referido crime em caso de descumprimento<sup>233</sup>.

Já no direito brasileiro estabelece o art. 536<sup>234</sup>, § 3º, do Novo Código de Processo Civil que aquele que deixar de cumprir sentença que determine obrigação de fazer, ou não fazer, ou entrega de coisa poderá responder por crime de desobediência.

---

<sup>230</sup> BRASIL. Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais, 7ª Câmara Cível. Acórdão nº 1.0024.14.240618-0/001, de 28.07.2015. Disponível em: <<http://www5.tjmg.jus.br/jurisprudencia/pesquisaNumeroCNJEspelhoAcordao.do?numeroRegistro=1&totalLinhas=1&linhasPorPagina=10&numeroUnico=1.0024.14.240618-0%2F001&pesquisaNumeroCNJ=Pesquisar>>. Acessado em 09.04.2017.

<sup>231</sup> Nesse sentido ALBUQUERQUE, Paulo Pinto de. *Comentário do Código Penal: à luz da Constituição da República e da Convenção Europeia dos Direitos do Homem*. 3ª ed., Lisboa: Universidade Católica Editora, 2015, § 12, pp. 1106-1107; e CARDOSO, José Alves. *Direito Penal: crime de desobediência: Não acatamento de decisão Judicial em processo de regulação de poder patronal*. In: Revista do Ministério Público, ano 1, nº 3, pp. 11-12, p. 11. Disponível em: <<http://rmp.smmpt.pt/ermp/3/#p=12>>. Acessado em: 16.05.2017.

<sup>232</sup> Atual Art. 375 do CPC de 2003.

“Garantia Penal de Providência

Incorre na pena do crime de desobediência qualificada todo aquele que infrinja a providência cautelar decretada, sem prejuízo das medidas adequadas à sua execução coerciva.”

<sup>233</sup> MONTEIRO, Cristina Líbano. Art. 348 (Desobediência). In: DIAS, Jorge de Figueiredo (Dir.). *Comentário Conimbricense do Código Penal: Parte Especial – Tomo III – Artigos 308º a 386º*. Coimbra: Coimbra Editora, 2001, pp. 349-359, § 16, p. 355.

<sup>234</sup> “CAPÍTULO VI - DO CUMPRIMENTO DE SENTENÇA QUE RECONHEÇA A EXIGIBILIDADE DE OBRIGAÇÃO DE FAZER, DE NÃO FAZER OU DE ENTREGAR COISA - Seção I - Do Cumprimento de Sentença que Reconheça a Exigibilidade de Obrigação de Fazer ou de Não Fazer Art. 536. No cumprimento de sentença que reconheça a exigibilidade de obrigação de fazer ou de não fazer, o juiz poderá, de ofício ou a requerimento, para a efetivação da tutela específica ou a obtenção de tutela pelo resultado prático equivalente, determinar as medidas necessárias à satisfação do exequente.



A referida responsabilidade no crime de desobediência é ressaltada na jurisprudência, conforme verificamos no Acórdão nº 70050368463 do Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Sul: “DIREITO DE VISITAS. PEDIDO PARA FLEXIBILIZAÇÃO DAS VISITAS. FIXAÇÃO DE MULTA PARA O CASO DE DESCUMPRIMENTO. 1. Verificando-se grave situação de beligerância entre os pais, com acusações recíprocas de abuso sexual, de um lado, e Alienação Parental, de outro, nada há para ser comemorado por qualquer dos genitores, pois a filha, que está no centro das discussões, termina servindo de instrumento para questões afetivas não resolvidas entre o casal. 2. O bom senso sem dúvida recomendaria fosse deferida a visita para comemoração do dia dos pais, que, aliás, deveria até prescindir de autorização judicial específica, mas a falta de bom senso entre os litigantes recomenda maior prudência do julgador, não sendo possível, neste momento nenhuma flexibilização no que já foi estabelecido. 3. Convém gizar que as decisões judiciais devem ser cumpridas sempre, e o descumprimento enseja a adoção de medidas drásticas, que passam pela advertência, pela aplicação de astreintes, pela busca e apreensão, pelo reconhecimento do crime de desobediência, enfim por todo arsenal disponível na legislação civil e penal. 4. Não é possível cogitar de aplicação de multa em sede recursal quando essa questão não foi alvo de exame no juízo de primeiro grau. Recurso desprovido.”<sup>235</sup> (Grifo nosso).

No mesmo sentido Acórdão nº 70027811165 também do Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Sul: “AGRAVO DE INSTRUMENTO. SEPARAÇÃO LITIGIOSA. VISITAS. DESCUMPRIMENTO. REMESSA DOS AUTOS AO JUÍZO CRIMINAL PARA APURAR EVENTUAL CRIME DE DESOBEDIÊNCIA. Cabível a remessa dos autos ao juízo criminal para apuração de eventual crime de desobediência quando há indícios de que a parte se nega a cumprir decisão judicial que conferiu ao pai o direito de visitar o filho.”<sup>236</sup> (Grifo nosso)

---

(...)

§ 3º O executado incidirá nas penas de litigância de má-fé quando injustificadamente descumprir a ordem judicial, sem prejuízo de sua responsabilização por crime de desobediência. (...)” (Grifo nosso)

<sup>235</sup> BRASIL. Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Sul, 3ª Câmara Criminal. Acórdão nº 70059485961, de 29.05.2014. Disponível em:

<[http://www1.tjrs.jus.br/site\\_php/consulta/download/exibe\\_documento\\_att.php?numero\\_processo=70059485961&ano=2014&codigo=781137](http://www1.tjrs.jus.br/site_php/consulta/download/exibe_documento_att.php?numero_processo=70059485961&ano=2014&codigo=781137)>. Acessado em: 07.05.2017.

<sup>236</sup> BRASIL. Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Sul, 8ª Câmara Cível. Acórdão nº 70027811165, de 21.05.2009. Disponível em:

<[http://www1.tjrs.jus.br/site\\_php/consulta/download/exibe\\_documento\\_att.php?numero\\_processo=70027811165&ano=2009&codigo=715990](http://www1.tjrs.jus.br/site_php/consulta/download/exibe_documento_att.php?numero_processo=70027811165&ano=2009&codigo=715990)>. Acessado em: 02.05.2017.

Neste contexto defendemos que sempre que um dos genitores descumprir o regime de visitas ou das responsabilidades parentais determinado em sentença possa vir a sofrer responsabilidade no âmbito penal pela sua conduta, consideradas as especificidades de cada ordenamento jurídico aqui objeto de análise.

#### **4.4. Crime de denúncia caluniosa**

É habitual no âmbito da Alienação Parental o genitor ou aquele que tem a criança sob a guarda ou cuidado acusar o outro genitor de ter praticado maus-tratos ou abuso sexual contra o menor. Não raro, ainda, são os casos em que as crianças são levadas pelo responsável a fazer exames para que se comprove o abuso, embora saiba que nada ocorreu, com o intuito de provocar a instauração de inquérito e consequente ação penal para que o genitor alienado seja afastado da prole, pois com ele a criança estaria em risco, e desta forma se impunha a suspensão das visitas, o que levaria ao fim desejado, ou seja a ruptura da relação. E com o intuito de passar veracidade aos fatos alegados e concretizar o seu desejo convencem a criança de que esta realmente sofreu um abuso, criam falsas memórias para que ela reproduza um discurso falso para convencer as autoridades de que aquele genitor não possa mais ter contato com o menor.

O tipo penal da denúncia caluniosa possui previsão semelhante no direito português, art. 365 do Código Penal, e no direito brasileiro, art. 339<sup>237</sup> do Código Penal, ou seja, o agente relata fatos que consituem crime e comsua ação tem o intuito de provocar a instauração de inquérito ou processo criminal contra determinada pessoa com a consciência de que tal imputação é falsa.

É preciso que o denunciante tenha conhecimento de que o denunciado é inocente, pois se inexistir esse conhecimento não há crime. Faz-se necessário ainda que o sujeito atue com a livre vontade e consciência de provocar a instauração de investigação policial, de

---

<sup>237</sup> “Denúncia caluniosa

Art. 339. Dar causa à instauração de investigação policial, de processo judicial, instauração de investigação administrativa, inquérito civil ou ação de improbidade administrativa contra alguém, imputando-lhe crime de que o sabe inocente: (Redação dada pela Lei nº 10.028, de 2000)

Pena - reclusão, de dois a oito anos, e multa.

§ 1º - A pena é aumentada de sexta parte, se o agente se serve de anonimato ou de nome suposto.

§ 2º - A pena é diminuída de metade, se a imputação é de prática de contravenção.”

processo judicial, instauração de investigação administrativa, inquérito civil ou ação de improbidade administrativa contra outrem, imputando-lhe crime<sup>238</sup>.

O tipo penal vem proteger a realização da justiça como tal, em analogia, a propósito, com o enquadramento da norma. Mas, é igualmente crime contra as pessoas, não só por intermédio do bem jurídico da honra, da tutela do âmbito privado, mas também por colocar em perigo a liberdade<sup>239</sup>. Prevalece a visão da dupla natureza de crime<sup>240</sup>, uma vez que não é somente a realização da justiça que está causa, nem é somente o indivíduo. Afirma-se que a conduta praticada obriga à movimentação de recursos comuns para a proteção da justiça criminal, contraordenacional e disciplinar<sup>241</sup>.

Com a incriminação e punição pelo crime de denúncia caluniosa tem como foco prevenir a atividade desnecessária e infundada das instâncias formais contra sujeitos inocentes, o que levará a tutela tanto do indivíduo como da realização da justiça<sup>242</sup>.

Nos casos em que identificado o fenómeno da Alienação Parental, faz-se importante que os técnicos antecipadamente tenham esta percepção, em virtude da criança, por vezes, relatar fatos como se tivesse vivido no convívio com o genitor, como momentos de maus-tratos e abusos sexuais, ligados há um tempo que não é possível que a criança tenha essa memória, demonstrando que essa convicção tenha sido implantada na criança através do relatos de terceiros<sup>243</sup>.

Nesses casos é preciso haver fatos por conteúdo, aqui não são considerados as simples opiniões, conclusões pessoais, juízos de valor ou qualificações jurídicas, mas podem os fatos serem reportados através de formulações jurídicas que na linguagem comum valem a alegações de fatos. O que se faz necessário é que as formulações jurídicas assumam na

---

<sup>238</sup> CAPEZ, Fernando. *Código Penal Comentado*. e-book. 4º ed. São Paulo: Saraiva, 2013, p. 1017.

<sup>239</sup> STRATENWERTH/BOMMER, 2008, p. 364. apud. GARCIA, M. Miguez; RIO, J. M. Castela. *Código Penal: parte geral e especial: notas e comentários*. Almedina, 2014, § 1, p. 1204.

<sup>240</sup> No momento em que o sujeito pratica a conduta típica descrita na norma a Administração da Justiça é lesionada, porém não é somente isto que é o objeto da lesão, mas também aparece como objeto uma lesão constante ou permanente. Com a mesma conduta alguns bens do imputado também são atingidos como sua intimidade, liberdade, sua tranquilidade pessoal ou sua segurança. ORDEIG ORERO, M.<sup>a</sup> José. *El delito de acusación y denuncia falsas*. Prólogo de Tomás S. Vives Antón. Madrid: Marcial Pons, 2000, p. 92.

<sup>241</sup> GARCIA, M. Miguez; RIO, J. M. Castela. *Código Penal: parte geral e especial: notas e comentários*. Coimbra: Almedina, 2014, § 4, p. 1204.

<sup>242</sup> ANDRADE, Manuel da Costa. Art. 365 (Denúncia Caluniosa). In: DIAS, Jorge de Figueiredo (Dir.). *Comentário Conimbricense do Código Penal: Parte Especial – Tomo III – Artigos 308º a 386º*. Coimbra: Coimbra Editora, 2001, pp. 519-558, § 9, p. 523.

<sup>243</sup> SÁ, Eduardo; SILVA, Fernando. *Alienação Parental*. Coimbra: Almedina, 2011. p. 19.

conjuntura em que são empregadas o significado de declarações de fatos concretos ou concretamente referidos, não caracterizando simples generalizações infundadas. E assim essencial e satisfatório será que pela matéria, método e circunstância, a conduta seja confiável, desta forma eficaz para de forma concreta gerar perigo de estabelecer o surgimento de uma suspeita e, em virtude disto se resulte a instauração de um procedimento<sup>244</sup>.

O que demonstra a ocorrência desse tipo de comportamento são as inúmeras jurisprudências em casos de regulação das responsabilidades parentais, que passaremos a citar:

- Em julgado do Tribunal da Relação de Évora: “Ora, foi através da análise crítica de toda esta prova produzida que o tribunal recorrido alicerçou a sua convicção quanto à não verificação dos abusos sexuais por parte do progenitor. Como se escreveu na decisão recorrida: “No que respeita aos alegados abusos sexuais da menor pelo progenitor, não existem quaisquer indícios da sua verificação, nem a progenitora logrou, como lhe competia, provar os factos alegados (os quais nunca a própria conseguiu sequer localizar no tempo e espaço, limitando-se a alegar os comportamentos da filha traduzidos em brincadeiras sexualizadas e conversas da criança de onde a mãe deduziu os alegados abusos). Tal como no processo crime (nº 49/12.0PATVR, originado pela denúncia apresentada em 10/2/2012 pela progenitora contra o progenitor, imputando a este o crime de abuso sexual da menor) consta dos presentes autos a informação clínica do Hospital de Faro (fls. 45), de onde resulta que a observação física da criança foi inteiramente normal e não foram observados indícios de quaisquer maus-tratos à mesma. E foi exactamente por falta de indícios que o processo crime foi arquivado (fls. 177 a 180), tal como veio a ocorrer novamente em 9/1/2014, na sequência da reabertura do inquérito (fls. 671 a 676). Acresce que, nos presentes autos, a menor foi sujeita a exame médico-legal, do qual igualmente não resultou qualquer indício de abuso. (...) De resto, importa referir, como também salienta o Ministério Público na resposta ao recurso, que tendo a suspeita do dito abuso sexual sido iniciada por denúncia da mãe, de Fevereiro de 2012, reportada a ocorrência de 3 de Fevereiro de 2012, em que, para além da alteração dos

---

<sup>244</sup> ANDRADE, Manuel da Costa. Art. 365 (Denúncia Caluniosa). In: DIAS, Jorge de Figueiredo (Dir.). *Comentário Conimbricense do Código Penal: Parte Especial – Tomo III – Artigos 308º a 386º*. Coimbra: Coimbra Editora, 2001, pp. 519-558, §§ 24 e 27, pp. 531-532.

comportamentos da filha, referia ter sido a criança magoada no “pipi” e apresentava sangue nas fezes, tendo a mãe constatado a existência de uma laceração - o que motivou que levasse a criança ao Hospital de Faro (cf. fls. 64 a 66 do processo) - na observação efectuada no Serviço de Urgência Pediátrica, em 6 de Fevereiro de 2012 (data em que a mãe a apresentou neste serviço), não apresentava a criança quaisquer indícios de ter sofrido algum tipo de maus-tratos (cf. fls. 45). Por outro lado, o processo crime que correu contra o recorrido, pelo alegado crime de abuso sexual, foi arquivado duas vezes. Salienta-se ainda que, a menor foi, ao longo do processo, submetida a perícia pedopsiquiátrica (cujas observações decorreram aquando do acompanhamento da criança feita pelo psicólogo e testemunha FF, como se referiu) e nunca os peritos obtiveram qualquer verbalização da criança que apontasse para abuso sexual por parte do progenitor ou a sua conduta sexualizada e de agressividade foi associada aos pais ou a outros adultos (cf. relatórios de fls. 572 a 588 e, no essencial, transcritos nos pontos 26 e 27 dos factos provados na sentença).’’<sup>245</sup> (Grifo nosso)

- No Acórdão do Tribunal da Relação de Lisboa destacamos o que segue: “(...) a mãe do menor veio requerer a alteração da regulação antes acordada, imputando ao pai conduta imprópria e *“eventuais maus-tratos e possíveis abusos físicos”*, pedindo a suspensão do regime de visitas “até que os factos sejam esclarecidos”. Por despacho de fls 143 a 145 foi suspenso o regime de visitas até que fosse proferida decisão definitiva nos autos de inquérito aberto na sequência do requerimento de 7/9/2011 atrás referido, sendo simultaneamente instaurado processo de promoção e proteção, com base nos factos aludidos pela mãe em tal requerimento (apenso F). Por despacho que constitui fls 189 a 204, proferido e 24/4/2013, foi ordenado o arquivamento do inquérito-crime por falta de indícios da prática dos factos imputados pela progenitora. (...) Com efeito e como consta do exame pedopsiquiátrico forense realizado em 18 de Junho de 2010 (fls 93) a mãe continuou sempre “muito centrada na sua zanga e ressentimento com o pai do menor, fazendo acusações de maus-tratos a si própria e ao menor, aparentemente pouco fundamentadas. Há indícios da ruptura do casal não estar ainda emocionalmente resolvida. (...) E, dando sequência às suspeitas que antes não quisera clarificar e como se

---

<sup>245</sup> PORTUGAL. Tribunal da Relação de Évora, Secção Cível. Acórdão nº 960/11.6TMFAR.E1, de 25.06.2015. Disponível em: <<http://www.dgsi.pt/jtre.nsf/134973db04f39bf2802579bf005f080b/555f58c8d1fe2c7a80257ef500355692?OpenDocument&Highlight=0,960%2F11>>. Acessado em: 12.04.2017.

colhe do documento de fls 119/123 a mãe apresentou queixa-crime contra o pai na sequência da visita que este realizou no dia 9/5/2009, entre as 10 horas e as 18,15 horas, dizendo que o menor lhe foi entregue “completamente estonteado e exausto, entorpecido com desequilíbrios constantes e assado e ferido na parte de trás das coxas e na zona genital e no ânus”. O exame clínico realizado menos de duas horas volvidas (cerca das 20 horas) assinalava que o menor “padeceu de um eritema ou erupção na pele”, razão por que a queixa foi arquivada. (...) Com efeito, logo em 7 de Setembro seguinte a mãe veio requerer a alteração do regime de visitas, pedindo a suspensão do regime em vigor e a fixação de um regime de visitas assistido. Para tanto, assinalava que já antes da audiência em que tal acordo fora estabelecido reparara que *“após as visitas do menor ao pai, ora verificava, com frequência, a existência de lesões corporais no menor com características que o senso comum apontaria, pelo menos, como indícios de cuidados negligentes ao menor. Minime, tais lesões, feridas, arranhões, assaduras, denotariam negligência grosseira na higiene e tratamento do menor, nas ocasiões em que este se encontrava aos cuidados do Requerido.”*<sup>246</sup> (Grifo nosso)

- Pelo Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais foi proferido o seguinte: “Demonstrada, por laudos competentes, a prática de Alienação Parental, essa que pode até mesmo ter ensejado denúncia caluniosa na seara penal, tornam-se verossímeis as alegações da parte prejudicada, impondo-se, de imediato, a aplicação das medidas estabelecidas no art. 6º da Lei nº 12.318/2010, de modo a coibir a continuidade da prática, descabida, contudo, para a espécie, a inversão da guarda ou o encaminhamento da menor para a família extensa dada a gravidade dos fatos apresentados e a situação de extrema litigiosidade vigente.”<sup>247</sup>

Assim, é possível referir que com a interferência dos bens jurídicos com qualidade individual a situação assumirá maior gravidade e complexidade. No caso de ficar subentendida a verdade dos fatos utilizados para apoiar a suspeita emitida sobre um

---

<sup>246</sup> PORTUGAL. do Tribunal da Relação de Lisboa. Acórdão nº 346/07.7TBCLD.L1-7, de 23.09.2014. Disponível em: <http://www.dgsi.pt/jtrl.nsf/33182fc732316039802565fa00497eec/5a03ed840deea4bc80257d93004a122e?OpenDocument&Highlight=0,346%2F07.7TBCLD>>. Acessado em 21.12.2016.

<sup>247</sup> BRASIL. Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais, 7ª Câmara Cível. Acórdão nº 1.0024.14.240618-0/001, de 28.07.2015. Disponível em: <http://www5.tjmg.jus.br/jurisprudencia/pesquisaNumeroCNJEspelhoAcordao.do?numeroRegistro=1&totalLinhas=1&linhasPorPagina=10&numeroUnico=1.0024.14.240618-0%2F001&pesquisaNumeroCNJ=Pesquisar>>. Acessado em 09.04.2017.

indivíduo, improvável que se possa manter, inexistindo razões, a indiferença e a neutralidade, em relação à lesão social, da honestidade e da insuficiência de tutela penais, diante da situação de o fato ser imputado a um inocente. E assim, tem-se em consideração de que a verdade dos fatos mobilizados, e principalmente a verdade inventada e truncada, é capaz de representar o modo mais insidioso e eficiente para destruir um indivíduo. A respectiva lesão social através da inocência do indivíduo denunciado<sup>248</sup>.

Como podemos perceber não são raros os casos em que o sujeito movimenta as autoridades para apurar a ocorrência de um crime que não ocorreu, o ato fazia apenas parte da sua intenção de vingança contra um dos genitores do menor, contuta que merece ser alvo de punição tanto na esfera civil quanto na esfera penal.

#### **4.5. Dos aspectos comuns para a responsabilidade jurídico penal do alienador**

Os processos judiciais que envolvem crianças e adolescentes expõe para os magistrados casos que são de extrema complexidade, situação que é agravada quando estes sofrem de um determinado tipo de violência praticado por quem primordialmente deveria zelar pelo seu sadio desenvolvimento físico e emocional. Assim, adiante examinaremos aspectos relevantes na conjuntura da prática dos atos de Alienação Parental que nos encaminham para o entendimento de uma possível responsabilidade do agente perante a tutela jurídico penal, quais sejam a censuralidade da conduta do alienador e a primazia do superior interesse do menor.

##### **4.5.1 Da censura da conduta praticada pelo alienador**

Muitos são os casos em que, com a separação dos genitores, a prole é usada como objeto de troca entre os pais, sem considerarem as graves consequências para o menor que no futuro poderá ter abalado o seu desenvolvimento pessoal, psicológico e afetivo, e ainda

---

<sup>248</sup> ANDRADE, Manuel da Costa. Art. 365 (Denúncia Caluniosa). In: DIAS, Jorge de Figueiredo (Dir.). *Comentário Conimbricense do Código Penal: Parte Especial – Tomo III – Artigos 308º a 386º*. Coimbra: Coimbra Editora, 2001, pp. 519-558, §§ 45 e 46, pp. 539-540.

desconsideram o direito do outro genitor de ter contato e manter uma relação afetiva estável e saudável com seus filhos<sup>249</sup>.

Conforme salientou o Tribunal da Relação de Évora em decisão no processo nº 1599/07-2 os genitores precisam ter consciência de que ao manterem uma relação de animosidade entre ambos, e fazendo dos menores “objetos de guerrilha” e como meio de transmissão dos sentimentos negativos<sup>250</sup> que mantêm um pelo outro, estão a dar causa a situações altamente prejudiciais para o saudável desenvolvimento físico, psíquico e afectivo dos menores. O propósito da intervenção do Tribunal ocorre sempre e de forma prioritária para garantir o interesse das crianças quando estiver em causa matéria da regulação do poder paternal e da guarda e confiança destes<sup>251</sup>.

As crianças expostas ao fenómeno em pauta, como demonstrado no caso acima e em tantos outros aqui relatados, estão em risco. Nestes casos os seus genitores quando da regulação do exercício das responsabilidades parentais, encaram como um conflito para obter a posse e o domínio da prole, e incentivam o menor a odiar e a distanciar-se do outro genitor, promovendo a morte deste em vida, acabando com as relações familiares. Assim, vislumbra-se a gravidade destes comportamentos e suas consequências, com a necessidade de prevenir, impedir e punir quem adote tal comportamento altamente prejudicial ao menor<sup>252</sup>.

Recorrente é referir uma emoção para justificar uma ação ou uma omissão, ou ainda, uma vontade. Inúmeras emoções aparecem quando se identifica um acontecimento como significativo para atender ou frustrar uma vontade ou uma preferência, em última análise, relacionada com o bem-estar do sujeito ou de seus parentes. De modo que determinadas vontades constituem parte da cadeia de estados mentais necessários para que se crie uma emoção, ou seja, concretizam a formação da emoção, chamados de vontades anteriores a

---

<sup>249</sup> GARCÍA GARNICA, María del Carmen. *El Síndrome de Alienación Parental a la luz del interés superior del menor*. Derecho Privado y Constitución, nº. 23, ano 17. Madrid: Centro de Estudios Políticos y Constitucionales, 2009, pp. 201-248, pp. 204-205.

<sup>250</sup> O desejo de vingança também pode ser este: não é dirigido tanto para eliminar ou reduzir os efeitos de um mal infligido por outro, mas sim a procura de alguma satisfação emocional. GONZALEZ LAGIER, Daniel. *Emociones, responsabilidade y derecho*. Madrid: Marcial Pons, 2009, p. 95.

<sup>251</sup> PORTUGAL. Tribunal da Relação de Évora, 2ª Secção. Acórdão nº 1599/07-2, de 27.09.2007. Disponível em:

<http://www.dgsi.pt/jtre.nsf/134973db04f39bf2802579bf005f080b/3b43c070052379bf80257de100574b55?opendocument&highlight=0,1599%2f07-2>. Acessado em: 23.02.2017.

<sup>252</sup> FEITOR, Sandra Inês Ferreira. *A Síndrome de Alienação Parental e o seu tratamento à luz do direito de menores*. Coimbra: Coimbra Editora, 2012, p. 138.



emoção. As vontades são motivações para o agir, combinadas com mecanismos de crenças com o intuito de concretizá-las, e assim as intenções podem ser entendidas como a combinação de uma vontade não eliminada por qualquer outra razão. No momento em que o sujeito age, a vontade não foi ignorada por considerar outras razões para deixar de fazer aquilo que fez<sup>253</sup>.

Poderíamos considerar que em determinados casos uma correta noção psicológica levaria a constatar estados psicológicos que impedem o livre arbítrio e afetariam, eventualmente, a ação identificada. Aqui o determinismo ou o nível de determinismo comparativamente a esses estados psicológicos agiriam de forma a debilitar a vontade do sujeito que sua liberdade, como ser exclusivamente racional, aparecesse reduzida, poderíamos identificar uma justificação para a atenuação ou até mesmo para excluir a culpa<sup>254</sup>.

Desta forma, conforme JORGE DE FIGUEIREDO DIAS, o ato é estabelecido pela razão e pelo significado que possui, entretanto, a razão só é determinante na conjuntura de uma seleção primordial, da escolha existencial do indivíduo, sobre ele mesmo. Aqui identifica-se a verdadeira liberdade pessoal do indivíduo, o seu atributo ao qual não pode abdicar: “este, no seu concreto existir, é sempre *ser-livre*”. Assim, a responsabilidade é o elemento mediador que, aplicado ao indivíduo, é estabelecido pelo dever de responder pelo ato na razão do existir, desta maneira trata-se da justificativa que permite conferir “ao existir e ao ser-livre o seu ato e que se respalda em culpa”<sup>255</sup>.

Entretanto, o comportamento por parte de alguns genitores resume-se, seguramente, na vontade de punir o outro cônjuge pelo término da relação afetiva. Na maioria das casos a Síndrome da Alienação Parental está relacionada ao desapontamento procedente da rejeição do outro genitor e na incapacidade de ultrapassar este fato sem envolver a prole que, em muitos casos, é utilizada com meio de vingança<sup>256</sup>.

As decisões dos Tribunais vêm cada vez mais reforçar o dever dos pais em manter a estabilidade emocional da criança quando da ruptura da relação conjugal, e não se deixar

---

<sup>253</sup> GONZALEZ LAGIER, Daniel. *Emociones, responsabilidade y derecho*. Madrid: Marcial Pons, 2009, pp. 91-93.

<sup>254</sup> PALMA, Fernanda. *O Princípio da Desculpa em Direito Penal*. Lisboa: Almedina, 2005, p. 20.

<sup>255</sup> DIAS, Jorge de Figueiredo. *O problema da consciência da ilicitude no direito penal*. Coimbra: Coimbra Editora, 1987, p. 198.

<sup>256</sup> CARVALHO, Filipa Daniela Ramos de. *A (Síndrome de) Alienação Parental e o exercício das responsabilidades parentais: algumas considerações*. Coimbra: Coimbra Editora, 2011, p. 54.

tomar pelo sentimento de raiva pelo fim da relação. Em julgado do Tribunal da Relação do Porto extraímos a seguinte passagem, de suma importância: “O fim do casamento ou outra relação afectiva não significa o fim dos laços da filiação e ambos os progenitores devem aceitar esta realidade e cooperar para a melhor regulação do exercício das responsabilidades parentais possível, como obrigação essencial da sua parentalidade.”<sup>257</sup>

É verdade que o estado emocional está vinculado a um senso de atuar o qual não pode se sobrepor às dificuldades das chamadas ações de afeto, agindo o sujeito com perturbação emocional incoercível no instante do ato<sup>258</sup>. Porém, nesses casos, não podemos entender isto como uma verdade, eis que a frustração na relação conjugal não pode se sobrepor ao compromisso da relação de parentalidade dos genitores com sua prole, e ainda, a Alienação Parental é algo que ocorre através do tempo, e não de um ato isolado e momentâneo.

Ao considerarmos que o estado de afeto não se traduz em uma perturbação intensa da consciência, apta para motivar a inimputabilidade, a repreensão que é direcionada ao indivíduo perderá fundamento quando da percepção de que ele não acata as motivações da norma ou não de deixou sofrer influência pela penalização, porém precisa sustentar-se que o indivíduo não ponderou o possível para se auto-controlar, ou seja, o fato de não ter contido o estímulo emocional para a prática do ato no momento em que isso lhe era razoavelmente exigível<sup>259</sup>.

O ato do divórcio não engloba os filhos, e quando isto acontece percebemos um comportamento afastado da ética, pai e mãe é para sempre, não existem sujeitos que os possam substituir e quando isso ocorre é para suprir a falta para diminuir o sofrimento causado ao órfão. Os “órfãos de pais vivos” são vítimas do egoísmo, atingidos pela amargura e vontade de vingança<sup>260</sup>.

---

<sup>257</sup> PORTUGAL. Tribunal da Relação do Porto, 3ª Secção. Acórdão nº 2055/16.7T8MTS-C.P1, de 26.01.2017. Disponível em: <http://www.dgsi.pt/jtrp.nsf/56a6e7121657f91e80257cda00381fdf/c6262c5a93238a7c802580c1004cb52b?opendocument&highlight=0,2055>. Acessado em: 26.04.2017.

<sup>258</sup> PALMA, Fernanda. *O Princípio da Desculpa em Direito Penal*. Lisboa: Almedina, 2005, p. 190.

<sup>259</sup> DIAS, Augusto Silva. “*Delicta in se*” e “*Delicta mera prohibita*”, uma análise das descontinuidades do ilícito penal moderno à luz da responsabilidade de uma distinção clássica. Coimbra: Coimbra Editora, 2008, p. 721.

<sup>260</sup> NALINI, José Renato. *Das mortes, a rápida*. In: SILVA, Alan Minas Ribeiro da.; BORBA, Daniela Vitorino (Org.). *A morte inventada: alienação parental em ensaios e vozes*. São Paulo: Saraiva, 2014, pp. 11-14, p. 13.

E assim, por vezes, as emoções são inadequadas à situação, por um erro da pessoa quanto ao fato, ou sobre quem estava envolvido. Em alguns momentos, em contraste, nossa ideia de uma emoção se concentrará nas próprias avaliações de valor, ou poderíamos dizer, nos valores dos fatos. A pessoa provocada que age com uma intensa reação em virtude de um evento insignificante seria considerada irracional e seria criticada<sup>261</sup>.

A demonstrar a ocorrência desse tipo de comportamento adotado por vezes nas relações conjugais está o caso do Tribunal da Relação de Lisboa, no qual conforme a conclusão do exame psiquiátrico, com relação às competências parentais, a genitora do menor demonstra níveis baixos de responsividade, agindo de forma pouco afectiva e emocional para as necessidades da prole, principalmente quanto às de afecto e de segurança emocional<sup>262</sup>.

Todo esse fenômeno foge das principais diretrizes psicológicas que estabelecem que a criança necessita de ambos os pais para atingirem um desenvolvimento saudável<sup>263</sup>.

E nos casos em que identificamos uma situação desculpável está mais relacionado com quem não é condenado, com os inocentes-espectadores e com o grupo social em geral, pois quando há uma aceitabilidade da desculpa demanda de maneira bastante acentuada uma conformidade do critério dos julgados com a diversidade concepções com relação ao que é passível de desculpa.<sup>264</sup>

Porém, não há como admitir que esses atos<sup>265</sup> sejam passíveis de uma desculpa. Existe nas ocorrências da Síndrome da Alienação Parental um legítimo “agressor” e “abusador”

---

<sup>261</sup> KAHAN, Dan M.; NUSSBAUM, Martha C. *Two conceptions of emotion in criminal law*. 1996, p. 287. Disponível em: [http://digitalcommons.law.yale.edu/cgi/viewcontent.cgi?article=1114&context=fss\\_papers](http://digitalcommons.law.yale.edu/cgi/viewcontent.cgi?article=1114&context=fss_papers)>. Acessado em: 30.01.2017.

<sup>262</sup> PORTUGAL. Tribunal da Relação de Lisboa, 7ª Secção. Acórdão nº 1625/05.TMSNT-C.L1-7, de 26.01.2010. Disponível em: <http://www.dgsi.pt/jtrl.nsf/33182fc732316039802565fa00497eec/9510293a13ca4ab3802576d3004430db?opendocument&highlight=0,1625%2f05>>. Acessado em 01.05.2017.

<sup>263</sup> MOTTA, Maria Antonieta Pisano. *A Síndrome da Alienação Parental. Aspectos interdisciplinares na teoria e na prática*. In: Revista do Advogado. Ano XXXI, nº 112, Julho de 2011. AASP – Associação dos Advogados de São Paulo, p. 114.

<sup>264</sup> PALMA, Fernanda. *O Princípio da Desculpa em Direito Penal*. Lisboa: Almedina, 2005, p. 228.

<sup>265</sup> A utilização de uma criança como meio de vingança nas disputas de guarda, tiradas da companhia do genitor não guardião e usadas como moeda de troca em trapagens que não podem ser confessadas. MOTTA, Maria Antonieta Pisano. *A Síndrome da Alienação Parental. Aspectos interdisciplinares na teoria e na prática*. In: Revista do Advogado. Ano XXXI, nº 112, Julho de 2011. AASP – Associação dos Advogados de São Paulo, p. 122.

que é o genitor alienador, embora este, por vezes, não se dê conta de que é o causador de situações vexatórias, traumáticas e abusivas para com o filho. Por isto o entendimento, adotado por alguns doutrinadores, é de que induzir a Alienação Parental trata-se de uma forma de abuso do menor. Nestes casos a intervenção deve estabelecer que o alienador se submeta a uma terapia com o intuito de ultrapassar os conflitos pessoais e as questões ligadas a conjugalidade não resolvida, não envolvendo a prole no processo inacabado<sup>266</sup>.

Assim, reiteramos a compreensão de que descuidar de um indivíduo que não pode se proteger sozinho é de extrema violência e caracteriza um ato de maldade e covardia que viola o direito das crianças e adolescentes que são abandonados e maltratados no seu crescimento, e essas violações podem se dar de formas cruéis e variadas<sup>267</sup>.

A conduta que advém daqueles genitores que não ultrapassam a dor da separação<sup>268</sup> e acabam por colocar a criança no “campo de batalha”, impulsionando-as contra o outro genitor com o intuito de acabar de forma definitiva com o convívio e o amor que ainda existia<sup>269</sup>, é no mínimo reprovável pois é revestida de uma crueldade desmedida.

O Tribunal da Relação de Évora na decisão do processo de número 960/11 firmou seu entendimento, nesse mesmo sentido, ao referir que: “A medida da contribuição de cada progenitor para prover às necessidades do filho, quer físicas, quer psicológicas deve encontrar-se na sua capacidade de entrega e na vontade de proporcionar ao filho um saudável desenvolvimento, significando essa atitude um esforço por parte dos pais, muitas vezes abdicando das suas razões pessoais a favor da criança.”<sup>270</sup>

---

<sup>266</sup> BRANDES, Joel R. *Parental Alienation*. New York Law Journal, Law and the family. 2000. [online]. Disponível em: <<http://www.fact.on.ca/Info/pas/brande00.htm>>. Acessado em: 13.12.2016.

<sup>267</sup> SOUZA, Raquel Pacheco Ribeiro. *Reflexões para um novo tempo*. In: SILVA, Alan Minas Ribeiro da.; BORBA, Daniela Vitorino (Org.). *A morte inventada: alienação parental em ensaios e vozes*. São Paulo: Saraiva, 2014. pp. 115-144, p. 138.

<sup>268</sup> As emoções podem prejudicar nossa capacidade de escolher o sentido correto de nossas ações. Entretanto, não acarreta necessariamente que tomemos decisões erradas ou irracionais, mas contaminam nossa liberdade de escolher intencionalmente o curso da ação. GONZALEZ LAGIER, Daniel. *Emociones, responsabilidad y derecho*. Madrid: Marcial Pons, 2009, p. 100.

<sup>269</sup> FEITOR, Sandra Inês Ferreira. *A Síndrome de Alienação Parental e o seu tratamento à luz do direito de menores*. Coimbra: Coimbra Editora, 2012, pp. 19-20

<sup>270</sup> PORTUGAL. Tribunal da Relação de Évora, Secção Cível. Acórdão nº 960/11.6TMFAR.E1, de 25.06.2015. Disponível em: <<http://www.dgsi.pt/jtre.nsf/134973db04f39bf2802579bf005f080b/555f58c8d1fe2c7a80257ef500355692?OpenDocument&Highlight=0,960%2F11>>. Acessado em: 12.04.2017.

Diferente é nos casos em que o sujeito vai além do complexo que controla as reações e entra em uma condição emotiva sem controle, então não se pode falar em um problema de ponderação ou mesmo de clareza das emoções, porém já o distúrbio da situação emocional, a sua falta de adequação a uma base ética ou valorativa com aceção na sociedade. Assim, nas situações de forte confusão na percepção, as adversidades na capacidade para ser responsável e da definição do momento que seja possível alicerçar a responsabilidade por culpa passam a ser essenciais em prejuízo de alguma diferenciação referente à censurabilidade<sup>271</sup>. Mas o entendimento nas relações sociais deve ser de que os sentimentos precisam ser guiados pela relação de afeto com o menor, existe aqui uma exigibilidade de uma conduta diferente por parte do alienador, para atender o interesse deste ser que está pleno desenvolvimento.

#### 4.5.2 Do superior interesse da criança e adolescente

É direito da criança firmar, restabelecer ou preservar um vínculo direto e constante com o genitor a quem não tenha sido dada a guarda, precisando essa garantia ser praticada no interesse da criança, cabendo ao genitor a quem confiado o menor não interferir na relação entre filho e o outro genitor e facilitar de forma ativa o direito de contato e de vínculo permanente, e já o genitor não residente deve manter um relacionamento pessoal e presencial com a prole<sup>272</sup>.

A ideia de interesse da criança está subentendida em diversas normas que regem as relações do menor com a família, o Estado e a sociedade e integra o preceito de decisão referente as disputas judiciais que compreendam a pessoa da criança. Assim, ao direito das crianças é atribuído, sempre norteado pelo superior interesse da criança, um atributo finalístico, que tem como meta o incentivo aos direitos das crianças e o seu saudável desenvolvimento físico e psíquico<sup>273</sup>.

Já ao Estado é legitimado e exigido a intervenção no momento em que a realização e o crescimento da capacidade de autodeterminação do menor são afetados por causas

---

<sup>271</sup> PALMA, Fernanda. *O Princípio da Desculpa em Direito Penal*. Lisboa: Almedina, 2005, p. 192.

<sup>272</sup> VILARDO, Maria Aglaé Tedesco; FIALHO, António José. *Alienação parental: quando o amor dá lugar ao ódio*. In: Revista do CEJ, n. 15. Centro de Estudos Judiciários, 2011, pp. 137-189. p. 142.

<sup>273</sup> SOTTOMAYOR, Maria Clara. *A Autonomia do Direito das Crianças*. In: LEANDRO, Armando; LÚCIO, Álvaro Laborinho; GUERRA, Paulo (Coord.). *Estudos em homenagem a Rui Epifânio*. Coimbra: Almedina, 2010, pp. 79-88, p. 85-86.

externas, como nos casos de desamparo, abandono ou maus-tratos. O dever é de ofertar a criança condições que lhe proporcionem desenvolver sua personalidade que está em desenvolvimento de maneira socialmente responsável e de favorecer, sempre que possível, a concretização dos seus direitos, e isto sim, diz respeito ao interesse do menor<sup>274</sup>.

Tendo em atenção esse critério e o que foi relatado pela perícia no processo, a qual concluiu que diante dos fatos, o exercício de guarda que melhor atendia ao interesse dos menores podia ser exercido pelo genitor, pelo menos até o recobro integral da genitora, o Tribunal da Relação do Porto proferiu que: “O interesse do menor aponta no sentido deste poder alcançar, a todo o momento, o ambiente mais propício possível ao desenvolvimento harmonioso da personalidade, ao progresso contínuo da sua educação e à manutenção ou recuperação da saúde (física e mental), dentro dos respectivos condicionalismos individuais, familiares, económicos e sociais”. E assim, manteve a decisão de 1º instância, que determinou que a guarda dos menores seria confiada o genitor<sup>275</sup>.

Porém, o superior interesse da criança possui um conceito “vago e genérico utilizado pelo legislador, de forma a permitir ao juiz alguma discricionariedade, bom senso e alguma criatividade, e cujo conteúdo deve ser apurado no caso concreto”. Ainda, podemos considerar que o critério do superior interesse da criança está subdividido em outros dois critérios: o primeiro critério de controle de eventuais perigos para a vida e integridade física do menor, onde o Estado através da limitação do exercício das responsabilidades parentais, deixa clara a importância de sua intervenção; e o segundo critério da decisão, em relação à entrega dos menores, nos casos de conflitos<sup>276</sup>.

Deste modo, nas situações em que o menor encontra-se em perigo necessário é garantir o seu direito a proteção uma vez que está em um cenário desequilibrado e impróprio, com

---

<sup>274</sup> RODRIGUES, Anabela Miranda. *O Superior Interesse da Criança*. In: LEANDRO, Armando; LÚCIO, Álvaro Laborinho; GUERRA, Paulo (Coord.). Estudos em homenagem a Rui Epifânio. Coimbra: Almedina, 2010, pp. 35-41, pp. 38-39.

<sup>275</sup> PORTUGAL. Tribunal da Relação do Porto, 2ª Secção. Acórdão nº 1020/12.8TBVLR.P1, de 09.07.2014. Disponível em: <<http://www.dgsi.pt/jtrp.nsf/56a6e7121657f91e80257cda00381fdf/c7eabfdb5ab87fdf80257d1d00326e02?opendocument&highlight=0,1020%2f12.8tbvrl>>. Acessado em 07.01.2017.

<sup>276</sup> SOTTOMAYOR, Maria Clara. *Regulação do Exercício das Responsabilidades Parentais nos Casos de Divórcio*. 6 ed. rev. aum. e actual. Coimbra: Almedina, 2014, pp. 41-50.

o intuito de que tenha seu crescimento físico, moral e psíquico a ocorrer de maneira harmoniosa em um ambiente familiar amoroso, educativo e responsável, e por estas razões é que deve ser observado o interesse superior da criança nas decisões de tribunais, autoridades administrativas ou órgãos legislativos<sup>277</sup>.

Assim, em julgado do Tribunal de Justiça do Estado de Santa Catarina foi estabelecido que por a ação versar sobre guarda de menor, impunha-se necessário observar o melhor interesse do menor, com o intuito de cumprir todos os requisitos para garantir o seu saudável desenvolvimento<sup>278</sup>. No mesmo sentido manifestou-se em sua conclusão o Tribunal da Relação de Guimarães ao reafirmar que quando se tratar de decisões em processos que envolvam regulação das responsabilidades parentais faz-se obrigatório estar sempre presente o superior interesse do menor, motivo pelo qual nenhum ato decisório pode descuidar e afastar-se do mencionado critério orientador, pois deve ser sempre este o elemento a prevalecer e guiar a decisão do magistrado<sup>279</sup>.

Conforme o que determina o artigo 3º da Convenção sobre os direitos das crianças<sup>280</sup> podemos extrair critérios que auxiliam na definição do interesse superior da criança, quais sejam: as necessidades físicas, emocionais, psicológicas do menor; a capacidade dos genitores de favorecer diversas ocasiões de convívio com ambos; a realização e efetivação das relações do menor com os irmãos e familiares próximos; a capacidade dos genitores para velar por si e de atender às suas necessidades (com genitores sadios a criança também estará); as capacidades dos genitores de conversarem e respeitarem os direitos e deveres de cada um; a opinião e escolha do menor<sup>281</sup>.

---

<sup>277</sup> GUERRA, Paulo. *Lei de Proteção de Crianças e Jovens em Perigo Anotada*. Coimbra: Almedina, 2016, p. 21-22

<sup>278</sup> BRASIL. Tribunal de Justiça do Estado de Santa Catarina, 2ª Câmara Cível. Acórdão nº 2014.036023-9 e 2014.036024-6, de 10.10.2013. Disponível em: <<http://app6.tjsc.jus.br/cposg/servlet/ServletArquivo?cdProcesso=01000RVUC0000&nuSeqProcessoMy=null&tipoDocumento=D&cdAcordaoDoc=null&nuDocumento=8435965&pdf=true>>. Acessado em: 10.03.2017.

<sup>279</sup> PORTUGAL. Tribunal da Relação de Guimarães, 2ª Secção. Acórdão nº 272/04.1TBVNC-D.G1, de 04.12.2012. Disponível em: <<http://www.dgsi.pt/jtrg.nsf/86c25a698e4e7cb7802579ec004d3832/afdfdd17febe53c680257ae80051d471?OpenDocument&Highlight=0,272%2F04>>. Acessado em: 11.04.2017.

<sup>280</sup> Disponível em: <[https://www.unicef.pt/docs/pdf\\_publicacoes/convencao\\_direitos\\_crianca2004.pdf](https://www.unicef.pt/docs/pdf_publicacoes/convencao_direitos_crianca2004.pdf)>. Acessado em: 21.04.2017.

<sup>281</sup> PEREIRA, Rui Alves. *Quando as Quatro Mãos não Embalam o Berço. Parentalidades interrompidas ou não assumidas*. In: GUERRA, Paulo (Coord.). I Congresso de Direito da Família e das Crianças. Coimbra: Almedina, 2016, pp. 139-155, p. 142.

No mais, a concretização do interesse da criança mostra-se principalmente ligada à observância de dois princípios fundamentais, quais sejam: que “o desenvolvimento harmônico da criança depende necessariamente de ambos os progenitores, não podendo nenhum deles substituir a função que ao outro cabe; as relações paterno-filiais situam-se a um nível diferenciado das relações conjugais ou maritais”. Indica o primeiro princípio que é indispensável favorecer a participação interessada, a intervenção concertada e a coresponsabilidade ativa de ambos os genitores pela educação da prole, ao passo que o segundo advém da obrigação de assegurar laços afetivos sólidos e profundos entre o menor e ambos os genitores, embora a separação destes, e de evitar a sua instrumentalização em possíveis conflitos que os motivem<sup>282</sup>.

Em Acórdão do Tribunal da Relação de Coimbra após estabelecer que a legislação não determina o que se deve compreender por interesse do menor, referindo que deverá ser o magistrado “em toda a amplitude que resulta daqueles preceitos legais identificar e definir, em cada caso, esse interesse superior da criança”, e mencionar definições doutrinárias, aduz que por ser a criança o “titular de direitos juridicamente reconhecidos”, pondera-se é preciso encaixar tal matéria no “desenvolvimento da personalidade da criança e no seu bem-estar material e moral”, conscientizando os genitores de que precisam atuar em harmonia para que devem assumir suas responsabilidades perante ao bem-estar da prole<sup>283</sup>.

Como podemos perceber, é único e individual o interesse de cada criança e este ainda pode sofrer modificações através do tempo, uma vez que o desenvolvimento possui fases e necessidades particulares. Pela doutrina verifica-se que o conceito de interesse da criança abarca uma diversidade de sentidos. Isto não ocorre somente porque seu conteúdo se modifica conforme o raciocínio da época e com a evolução dos costumes, ou por ser diferente para cada família e cada criança, mas ainda pela razão de que com referência ao

---

<sup>282</sup> VILARDO, Maria Aglaé Tedesco; FIALHO, António José. *Alienação parental: quando o amor dá lugar ao ódio*. Revista do CEJ, n. 15. Centro de Estudos Judiciários, 2011, pp. 137-189, p. 140.

<sup>283</sup> PORTUGAL. Tribunal da Relação de Coimbra, 2ª Secção. Acórdão nº 1796/08.7TBCTB-A.C1, de 11.07.2012. Disponível em: <http://www.dgsi.pt/jtrc.nsf/c3fb530030ea1c61802568d9005cd5bb/623c4a10ccf2f34080257a86003e17e4?OpenDocument&Highlight=0,1796%2F08.7TBCTB>>. Acessado em: 15.11.2016.



mesmo caso, está sujeito a conteúdos vários do mesmo modo válidos, de acordo com a valoração que o juiz faça da situação de fato<sup>284</sup>.

Então, a compreensão de interesse da criança está diretamente ligada ao aspecto de uma sociedade e a um específico formato educativo. Trata-se então de uma percepção cultural que está vinculada ao sistema de referências existentes em um determinado momento, em uma sociedade, sobre a criança, com base em suas necessidades para que se produza uma condição mais apropriada para o seu melhor desenvolvimento e ao seu bem estar cultural e moral<sup>285</sup>.

Para o ordenamento jurídico o superior interesse da criança constitui principalmente um fundamento base na resolução dos casos concretos. Entretanto não poderá o magistrado utilizar de uma completa discricionariedade e, menos ainda de uma arbitrariedade para salvaguardar o interesse superior da criança. A discricionariedade conferida ao juiz nesses casos está vinculada a uma interpretação que vai além de uma solução válida, mas baseia-se em valorações subjetivas<sup>286</sup>.

Desta forma, a partir dos fatos concretos e com base em motivos de confirmação e justificação racional que o tribunal deve afirmar o interesse da criança, realizando uma apreciação geral das diversas circunstâncias importantes para um consenso que estabeleça uma solução justa e oportuna para o caso concreto<sup>287</sup>.

Apresenta-se o superior interesse da criança como finalidade a ser alcançada por todos aqueles que sejam capazes de colaborar para que o seu desenvolvimento aconteça de forma tranquila, assim temos em primeiro lugar os pais com o papel principal de condução e educação do menor; em segundo as instituições para assegurar a tutela e depois o Estado para utilizar os meios que sirvam para garantir o exercício de seus direitos<sup>288</sup>.

---

<sup>284</sup> SOTTOMAYOR, Maria Clara. *Regulação do exercício do poder paternal nos casos de divórcio*. 6ª ed. rev., aum., act. Coimbra: Almedina, 2014, p. 80.

<sup>285</sup> BOTELHO, João. *Regulação das Responsabilidades Parentais*. Nova Causa, 2015, p. 14.

<sup>286</sup> VILARDO, Maria Aglaé Tedesco; FIALHO, António José. *Alienação parental: quando o amor dá lugar ao ódio*. In: Revista do CEJ, n. 15. Centro de Estudos Judiciários, 2011, pp. 137-189, pp. 172-173.

<sup>287</sup> GUERRA, Paulo. *Lei de Proteção de Crianças e Jovens em Perigo Anotada*. Coimbra: Almedina, 2016, p. 22.

<sup>288</sup> VILARDO, Maria Aglaé Tedesco; FIALHO, António José. *Alienação parental: quando o amor dá lugar ao ódio*. In: Revista do CEJ, n. 15. Centro de Estudos Judiciários, 2011, pp. 137-189, p. 171.

Ainda, conforme aduz CELSO MANATA “o interesse só pode ser encontrado em função de um caso concreto, situado no tempo e no espaço, através de uma perspectiva sistemática e disciplinar (...) já que o processo de desenvolvimento é uma sucessão de estádios, com características e necessidades próprias”<sup>289</sup>.

Constitui, assim, primordialmente, como função<sup>290</sup> de um pai e de uma mãe, além de outras, cuidar da prole, oferecer-lhe carinho, afeto, amor, ensinar os valores morais e sociais e contribuir para um desenvolvimento saudável e harmonioso a nível psicológico, físico e emocional. Desta forma, os interesses dos menores precisam sempre primar diante dos interesses pessoais dos genitores. E então, aquele pai ou aquela mãe que no exercício das funções parentais não prioriza o superior interesse da criança, fazendo desta um fantoche, expondo o seu desenvolvimento físico, psicológico e emocional, a um perigoso risco, para satisfazer os seus interesses pessoais ou estados de ânimo, está a agir em desacordo ao que dele é esperado e exigido moral e legalmente<sup>291</sup>.

E desta forma a regulação do poder paternal quando delineada pelo superior interesse do menor, formaliza-se por garantir que haja um pleno desenvolvimento da sua personalidade com o intuito de protegê-la no período de evolução de traumas psicológicos causadores de sérios distúrbios emocionais com reflexos a médio prazo, que podem acarretar ainda distúrbios de crescimento ou de caráter psicológico que, por vezes, deixam marcas para o resto da vida<sup>292</sup>.

Será através do convívio com ambos os genitores e suas famílias de forma harmoniosa e integral que se atingirá o superior interesse da criança, que precisa ser defendido e tutelado pelos Tribunais, com a aplicação da legislação vigente, pois a parentalidade

---

<sup>289</sup> MANATA, Celso. “...no superior interesse da criança”. In: Seminário direitos das crianças e intervenção. Lisboa, 2008. Disponível em: <[www.cnpqjr.pt/preview\\_documentos.asp?r=2249&m=DOC](http://www.cnpqjr.pt/preview_documentos.asp?r=2249&m=DOC)>. Acessado em: 04.03.2017.

<sup>290</sup> É quando da inobservância por parte de alguns genitores de exercer as responsabilidades pertinentes ao poder paternal – direito português - ou familiar – direito brasileiro - que ocorre o comprometimento da eficiência dos direitos garantidos ao menor, eis que ainda existem diversas ocasiões de violência que o distancia ainda mais da sua garantia de proteção. PEREIRA, Clarice. *Os maus-tratos infligidos aos menores e o seu reflexo na autoridade parental*. In: DIAS, Maria Berenice; PINHEIRO, Jorge Duarte (Coord.). *Escritos de Direito das Famílias: uma perspectiva luso-brasileira*. Porto Alegre: Magister, 2008, pp. 263-284, p. 263.

<sup>291</sup> FEITOR, Sandra Inês Ferreira. *A Síndrome de Alienação Parental e o seu tratamento à luz do direito de menores*. Coimbra: Coimbra Editora, 2012, p. 84.

<sup>292</sup> BOTELHO, João. *Regulação das Responsabilidades Parentais*. Nova Causa, 2015, pp. 14-15.

consiste em um direito-função que deve atender ao interesse e ser praticado em benefício do menor<sup>293</sup>.

Então nesses casos a busca pelo superior interesse da criança é o principal princípio nesses processos, e será o principal critério para uma decisão, entretanto não deve ser o único. Salienta-se que a ação alienante é censurável, injutificável e atinge direitos de terceiros, caracterizando uma questão de justiça. Não existe fundamento que justifique tal comportamento, o qual causa danos a uma criança, bem como, no outro genitor<sup>294</sup>.

É de suma importância a soberania do direito das crianças e reside no fato de que atribui mais qualidade às decisões administrativas e judiciais com relação ao menor e impulsiona políticas sociais que fomentem o seu crescimento físico, intelectual, psicológico e emocional<sup>295</sup>.

Por fim, diante da análise realizada é possível perceber que a conduta adotada pelo alienador não é passível de desculpa uma vez que é motivada por sentimentos negativos de raiva e vingança e ferem os direitos de indivíduos em situação de fácil manipulação e de imensa vulnerabilidade. Assim, é possível denotar que para satisfazer o superior interesse da criança e adolescente faz-se necessário afastá-lo dessas circunstâncias nocivas ao seu crescimento, impondo ao sujeito causador punições, tanto no âmbito do direito civil como do direito penal, que possam travar e inibir esse tipo de comportamento.

---

<sup>293</sup> FEITOR, Sandra Inês Ferreira. *A Síndrome de Alienação Parental e o seu tratamento à luz do direito de menores*. Coimbra: Coimbra Editora, 2012, p. 126.

<sup>294</sup> SÁ, Eduardo; SILVA, Fernando. *Alienação Parental*. Coimbra: Almedina, 2011, p. 31.

<sup>295</sup> SOTTOMAYOR, Maria Clara. *A Autonomia do Direito das Crianças*. In: LEANDRO, Armando; LÚCIO, Álvaro Laborinho; GUERRA, Paulo (Coord.). *Estudos em homenagem a Rui Epifânio*. Coimbra: Almedina, 2010, pp. 79-88, p. 80.

## 5. DO TRATAMENTO JURÍDICO A SER ADOTADO PELO BRASIL E POR PORTUGAL PERANTE A ALIENAÇÃO PARENTAL

É dever do Estado, caso seja preciso, estabelecer novas normas que protejam e determinem o dever e responsabilidades dos genitores para com o bem-estar do menor, isto porque a parentalidade é um direito-função, e não um direito absoluto, formado principalmente pelo dever dos genitores com relação aos filhos<sup>296</sup>.

Em decisão do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro, da qual foi objeto a regulamentação de visitas, foi salientado o referido dever do Estado: “(...) ação de regulamentação de visitas proposta pelo pai para assegurar visitação à filha com sete anos de idade – inexistência de provas quanto a prejudicialidade do contato com o pai – desavenças entre a mãe da criança e a atual companheira do pai que não podem afetar o direito da filha de conviver com o pai obrigação judicial de não contribuir para instalação de quadro de Síndrome de Alienação Parental.”<sup>297</sup>

O cuidar por parte dos genitores não se restringe a realização de uma tarefa, está ligado ao comprometimento moral e emocional<sup>298</sup>. O poder familiar deve ser exercido de modo a cuidar no menor, o que envolve responsabilidade, afeição, privacidade, dedicação, vontade, paciência, limites com o fim de proteção e sentimento de segurança, preocupação com a qualidade que é praticada<sup>299</sup>.

Ainda nesse prisma o entendimento de ROSA CLEMENTE é de que “o princípio da responsabilização dos pais (direito-dever parental) implica um duplo compromisso. Para os pais em primeira linha, apelando para o reconhecimento dos seus deveres e para as necessidades de seus filhos. Depois, num segundo plano, uma responsabilidade para o

---

<sup>296</sup> FEITOR, Sandra Inês Ferreira. *A Síndrome de Alienação Parental e o seu tratamento à luz do direito de menores*. Coimbra: Coimbra Editora, 2012, p. 145.

<sup>297</sup> BRASIL. Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro, 18ª Câmara Cível. Acórdão nº 0038437-96.2009.8.19.0000, de 31.11.2009. Disponível em: <<http://www4.tjrj.jus.br/EJURIS/ImpressaoConsJuris.aspx?CodDoc=1016760&PageSeq=1>>. Acessado em: 31.01.2017.

<sup>298</sup> WALDOW, Vera Regina. *O cuidado na saúde: relações entre o eu, o outro e o cosmos*. Petrópolis: Vozes, 2005, pp. 25-26.

<sup>299</sup> PEREIRA, Tânia da Silva; FRANCO, Natália Soares. *O direito fundamental à convivência familiar e guarda compartilhada*. In: *Lex Familia: Revista Portuguesa de Direito de Família*. Ano 7, nº 14. Coimbra: Coimbra Editora, Julho/Dezembro 2010, pp. 21-30, pp. 28-29.

Estado e para a sociedade interpelando ambos a garantir as condições facilitadoras do exercício daqueles deveres”<sup>300</sup>.

Com base na perspectiva das responsabilidades observamos que no ordenamento jurídico português assim como no ordenamento jurídico brasileiro a Alienação Parental já é um fenômeno considerado como realidade nas causas que versam sobre a regulamentação das responsabilidades parentais. Embora exista esse reconhecimento, verificamos que cada ordenamento possui lacunas legislativas para que seja aplicado um melhor tratamento nesses processos.

E assim, a autoridade parental precisa ser considerada de um modo diferente diante da estrutura social e legal, a qual precisa ter em consideração a proteção, educação e formação da prole. Na formação e educação do menor o que precisará ser valorizado são as suas necessidades físicas e materiais, e assim instruí-los é ter em conta o intelecto, o método de aprendizagem, o seu desenvolvimento social, a sua personalidade e o seu caráter<sup>301</sup>.

Enquanto no direito brasileiro há a Lei da Alienação Parental – Lei 12.318/10, que traz um rol exemplificativo das ações do alienador, bem como, os sujeitos ativos, pouco tem na esfera penal para responsabilizar o alienador. Embora, como referido no ítem 3.1.1, da Lei 12.318/2010, exista Projeto de Lei para que a Alienação Parental seja considerada crime, firmamos nosso entendimento de que esta não é a solução mais indicada, mas sim uma adequação do Código Penal para que tenha dispositivos que compreendam a conduta do alienador nos seus diversos efeitos. Por sua vez, o direito português traz dispositivos no Código Penal que possibilitam a responsabilidade do alienados nesse âmbito, contudo não tem uma lei que regule os atos em Alienação Parental.

Em sua decisão estabelece o Tribunal da Relação do Porto, utilizando-se do exemplo da lei brasileira sobre Alienação Parental, que: “Porém, apesar de não estarmos, até ao momento, perante um fenómeno plenamente estudado, com critérios de demarcação bem definidos e aceites pela generalidade da comunidade científica, afigura-se que estamos na

---

<sup>300</sup> CLEMENTE, Rosa. *Inovação e modernidade no direito de menores: A perspectiva da lei de proteção de crianças e jovens em perigo*. Coimbra: Coimbra Editora, 2009, p. 53.

<sup>301</sup> PEREIRA, Tânia da Silva; FRANCO, Natália Soares. *O direito fundamental à convivência familiar e guarda compartilhada*. In: *Lex Familiae: Revista Portuguesa de Direito de Família*. Ano 7, nº 14. Coimbra: Coimbra Editora, Julho/Dezembro 2010, pp. 21-30, p. 25.

presença de algo com efectiva existência, de um fenómeno social que existe e obedece a um certo padrão de comportamento que se deixa tipificar, sendo susceptível de ser estudado, como tem sido, e devidamente conceitualizado. Por outras palavras, não estamos perante uma ficção. Aliás, no Brasil, o fenómeno da Alienação Parental já tem consagração na lei, mais precisamente na Lei n.º 12.318, de 26 de Agosto de 2010. I - A denominada Síndrome de Alienação Parental (SAP) caracteriza-se pela interferência na formação psicológica da criança ou do adolescente, levada a cabo ou induzida por um dos progenitores, outros familiares ou mesmo terceiros que tenham a criança ou adolescente sob a sua autoridade, guarda ou vigilância, no sentido de provocar uma quebra ou dano relevante nos vínculos afectivos próprios da filiação existentes até então entre o filho e o progenitor visado, sem que para tal haja uma justificação moral ou socialmente aceitável.”<sup>302</sup> (Grifo nosso)

Defendemos a necessidade de ambos os ordenamentos adaptarem a legislação para que dar melhor tratamento a esse fenómeno que tem se mostrado tão recorrente e que é imensamente prejudicial para os menores que dele são vítimas. É preciso tratar também das dificuldades que são encontradas nos processos para identificar a ocorrência da Síndrome da Alienação Parental e após afastada essa dúvida qual a melhor atitude a ser adotada pelo magistrado.

Considera-se que para diminuir as dúvidas se é caso de Síndrome de Alienação Parental ou não são realizadas perícias psicossociais, entretanto estas tem sido influenciadas em virtude de vários alarmes falsos<sup>303</sup>.

Por esta razão, no âmbito judicial deve haver atenção e prudência para distinguir o que pode ser considerado como situação de Alienação Parental, e aquilo que aparenta ser, mas de fato não é. Na busca pela responsabilização do alienante é preciso ter cuidado de não transformar a punição a este em um mal maior para o menor, e que não trará vantagem a nenhuma das partes<sup>304</sup>.

---

<sup>302</sup> PORTUGAL. Tribunal da Relação do Porto, 2ª Secção. Acórdão n.º 1020/12.8TBVLR.P1, de 09.07.2014. Disponível em: <http://www.dgsi.pt/jtrp.nsf/56a6e7121657f91e80257cda00381fdf/c7eabcbdb5ab87fdf80257d1d00326e02?opendocument&highlight=0,1020%2f12.8tbvrl>. Acessado em 07.01.2017.

<sup>303</sup> MOTTA, Maria Antonieta Pisano. *A Síndrome de Alienação Parental: aspectos interdisciplinares na teoria e na prática*. In: Revista do Advogado, n. 112, ano 21. São Paulo: AASP, 2011, pp. 104-127, p. 106.

<sup>304</sup> SÁ, Eduardo; SILVA, Fernando. *Alienação Parental*. Coimbra: Almedina, 2011, p. 30.

Demonstra-se necessário que para proteger o menor vítima da Alienação Parental é preciso centralizar a atenção para impedir o distanciamento, buscando reunir esse com o genitor afastado<sup>305</sup>.

O superior interesse da criança precisa estar vinculado a uma conjuntura que garanta o bem-estar do menor como um preceito que produza efeito, um elemento para a ponderação e não como condição absoluta<sup>306</sup>.

E então nos casos menos graves, e com o fim de atender ao superior interesse do menor procede-se a determinação para que as visitas continuem a ocorrer e a criança vítima da Síndrome da Alienação Parental irá conviver com o genitor alienado livre da culpa de decepcionar o genitor alienador, eis que está a cumprir uma ordem externa que satisfaz o desejo interno que não pode ser revelado, e assim manterá o contato com ambos os genitores, sempre que se revelar ser o mais saudável a criança. Aqui salienta-se a importância de um terceiro intervir nesses casos, não necessariamente uma instituição, mas quando há uma disfunção na relação parental que coloca em risco a saúde emocional do menor, esse terceiro irá ajudar para que seja interrompido esse círculo vicioso causado pela Síndrome da Alienação Parental e sejam anulados os atos lesivos do genitor alienador<sup>307</sup>.

No momento em que é realizada a perícia sobre a personalidade do sujeito deve ser considerado um aspecto importante, qual seja, o da perigosidade, conceito jurídico que está vinculado a possibilidade de reincidência dos atos típicos graves, e que se refere ao parecer e avaliação de risco<sup>308</sup>.

E, desta maneira, para que seja realizada uma intervenção eficaz, podemos considerar cinco princípios. Primeiramente faz-se necessária uma atenciosa avaliação clínica com o intuito de identificar um menor alienado, diferenciar a alienação de um estranhamento real, e por fim, estabelecer os diversos fatores relacionados a história familiar, conjugal e

---

<sup>305</sup> FEITOR, Sandra Inês Ferreira. *A Síndrome de Alienação Parental e o seu tratamento à luz do direito de menores*. Coimbra: Coimbra Editora, 2012, p. 62.

<sup>306</sup> CLEMENTE, Rosa. *Inovação e modernidade no direito de menores: A perspectiva da lei de proteção de crianças e jovens em perigo*. Coimbra: Coimbra Editora, 2009, p. 50.

<sup>307</sup> TRINDADE, Jorge. *Manual de Psicologia Jurídica para operadores do Direito*. 3 ed. rev. e ampl. Porto Alegre: Livraria do Advogado Editora, 2009, p. 312.

<sup>308</sup> AGULHAS, Rute; ANCIÃES, Alexandra. *Casos práticos em psicologia forense: enquadramento legal e avaliação pericial*. Lisboa: Edições Sílabo, 2014, p. 36.

divórcio que contribuíram para o problema. Já em segundo lugar é preciso haver no caso um acompanhamento profissional com continuidade, coerência e coordenação, com o objetivo de se proteger contra a concentração insidiosa e fragmentação dentro da família atingindo os profissionais. Por terceiro, temos a necessidade de criar uma base de apoio para esses casos com o fim de antecipar e gerenciar o curso do conflito e tentar evitar um processo judicial, o que fomenta a alienação. Como quarto princípio temos que as intervenções quando ocorrem de forma precoce e oportuna são primordiais para impedir a evolução da dinâmica destrutiva e para restaurar o contato apropriado entre o menor alienado e o pai rejeitado. O tempo faz com que a situação se consolide e fomenta a posição fóbica e perseverante do menor. O quinto e último princípio, diz respeito à estrutura das intervenções terapêuticas que necessitam ser direcionadas à origem sistêmica de fatores na família que concorrem para o desenvolvimento do problema<sup>309</sup>.

Assim, mencionamos que mediação familiar apresenta-se como uma alternativa extrajudicial para que os genitores entrem em um acordo com relação às suas obrigações parentais dentro da razão e do bom senso, sem que envolvam a prole no conflito. É uma possibilidade das partes resolverem o problema de forma voluntária, célere e sem prejuízos para o menor<sup>310</sup>.

Entretanto, será nos casos em que os genitores não conseguem entrar em um acordo, bem como cumpri-lo, de forma a satisfazer o interesse da criança, que se fará necessária a intervenção do Estado para estabelecer a forma que a responsabilidade parental será exercida e, diante da gravidade do caso, se deverá haver alguma responsabilidade penal daquele que age de forma abusiva a lesionar os direitos da criança ou do genitor alienado.

A obrigação dos pais é conduzir seu comportamento parental assente no superior interesse das crianças e praticar o exercício de uma parentalidade voltada para um crescimento

---

<sup>309</sup> JOHNSTON, Janet R. *Rethinking parental alienation and redesigning parent-child access services for children who resist or refuse visitation*. In: Paper presented at the International Conference on Supervised Visitation, Staatsinstitut für Frühpädagogik Munich, Germany, 2001. p. 7. Disponível em: <<https://pt.scribd.com/document/23401478/Rethinking-Parental-Alienation-and-Redesigning-Parent-Child>>. Acessado em: 16.01.2017.

<sup>310</sup> FEITOR, Sandra Inês Ferreira. *A Síndrome de Alienação Parental e o seu tratamento à luz do direito de menores*. Coimbra: Coimbra Editora, 2012, p. 206.



absoluto e estável dos menores, oferecendo-lhes todos os meios para que venham a ser adultos socialisáveis e maduros<sup>311</sup>.

Assim, evidente é que a Síndrome da Alienação Parental constitui uma forma de maus-tratos e abuso<sup>312</sup>, e está relacionada com os processos de separação e divórcio, casos em que o direito e a psicologia precisam trabalhar juntos para a melhor compreensão dos fenômenos emocionais que ocorrem nas partes que figuram nesse processo, incluindo a prole, utilizando-se da psicologia jurídica, que configura o encontro desses dois ramos<sup>313</sup>.

Com a análise do caso concreto de Alienação Parental a necessidade de aplicar-se um direito justo e equitativo é o mais importante, pois trata-se de decisões delicadas onde estão envolvidas fortes emoções e afetos. Entretanto, por haver aqui um abuso emocional, psicológico, de um menor, tais casos não podem ficar sem punição, ainda porque estes são alvos de deturpações permanentes da realidade, por vezes com induções falsas memórias, são verdadeiras vítimas de uma manipulação. A criança envolvida nesse fenômeno cria uma percepção afastada da realidade, gerando um sofrimento insuportável<sup>314</sup>.

Reafirma-se que a Síndrome da Alienação Parental é um fenômeno que pode gerar resultados negativos para o sadio desenvolvimenro do menor, razão pela qual necessita de um tratamento específico e rigoroso, que proporcione sua identificação em um momento inicial e a tomada de atitudes pertinentes quanto ao estado do menor, que

---

<sup>311</sup> VILARDO, Maria Aglaé Tedesco; FIALHO, António José. *Alienação parental: quando o amor dá lugar ao ódio*. In: Revista do CEJ, n°. 15. Centro de Estudos Judiciários, 2011, pp. 137-189, p. 174.

<sup>312</sup> A violência psicológica (também chamada de abuso emocional) pode ocorrer de forma isolada ou vir acompanhada de outras violências. Essa violência concretiza-se no momento em que se fala mal, rejeita, humilha, isola, aterroriza, corrompe, ou até quando se cobra demais da criança. É algo que irá prejudicar o desenvolvimento emocional e provocar danos irreparáveis. PEREIRA, Clarice. *Os maus-tratos infligidos aos menores e o seus reflexo na autoridade parental*. In: DIAS, Maria Berenice; PINHEIRO, Jorge Duarte (Coord.). *Escritos de Direito das Famílias: uma perspectiva luso-brasileira*. Porto Alegre: Magister, 2008, pp. 263-284, p. 267.

<sup>313</sup> TRINDADE, Jorge. *Síndrome de Alienação Parental (SAP)*. In: DIAS, Maria Berenice (Coord.). *Incesto e Alienação Parental*. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais Ltda. e Instituto Brasileiro de Direito de Família, 2008, pp. 101-111, pp. 101-102.

<sup>314</sup> FEITOR, Sandra Inês Ferreira. *A Síndrome de Alienação Parental e o seu tratamento à luz do direito de menores*. Coimbra: Coimbra Editora, 2012, p. 120.

facultem a sua proteção, e que assim travem a evolução da síndrome e seus prejuízos para a criança<sup>315</sup>.

Em decisão do Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia foi reconhecida a existência da Síndrome da Alienação praticada pelo genitor sendo estabelecido o seguinte: “A alegação de que a Síndrome da Alienação Parental não tem base científica e por isso não poderia servir para fundamentar a decisão de modificação da guarda, à evidência, não pode ser acatada, porquanto demonstrada a sua pertinência em vários estudos técnicos, e com reconhecimento em inúmeros países para identificar os danos psicológicos causados às crianças e aos adolescentes. Cito a respeito, o histórico de evolução realizado por Douglas Phillips Freitas e Graciela Pellizzaro, enfatizando: [...] Ainda no cenário internacional, a explosão de pesquisas sobre a Síndrome da Alienação Parental formou uma consciência social nos Estados Unidos, entre outros Estados norte-americanos, que passaram a reconhecer, em seus Tribunais, os danos psicológicos causados aos filhos por meio da Síndrome da Alienação. Nos Estados da Califórnia e da Pensilvânia, em seu regramento punitivo, há a advertência de que, se o possuidor da guarda legal da criança impede, com a intenção maliciosa, o outro genitor de exercer o direito de visita é castigado com prisão máxima de um ano e multa, além de penas alternativas (entre outras restritivas de direito, com suspensão ou supressão de carteira de motorista). No Estado do Texas, o genitor alienador, por ter provocado intencionalmente o desequilíbrio emocional da criança e por ter procedido de maneira imprudente, pode ser inquirido pelo tribunal, com punição mais severa que nos anteriormente citados. Na Europa, no país da Espanha mais precisamente, diversos julgados mencionam a Síndrome de Alienação Parental como forma direta de agressão psicológica às crianças nos casos de divórcio, entretanto está apenas começando a considerar um problema grave, diferente do México, que incluiu na última reforma do Código Civil dispositivos sobre a Síndrome da Alienação. Em 2002, em Frankfurt na Alemanha, foi realizada a Conferência Internacional sobre a Síndrome da Alienação, reunindo profissionais de diversas áreas, entre eles psicólogos, psicoterapeutas, psiquiatras infantis, juízes, peritos, assistentes sociais, pedagogos, médicos generalistas e psiquiatras, destacando presença de pais e filhos que sofreram a alienação. Já no Brasil, a divulgação da Síndrome da Alienação Parental passou a ter

---

<sup>315</sup> REDONDO, Gonçalo Saraiva. *Alienação Parental – Síndrome*. In: AZEVEDO, Maria Eduarda; GOMES, Ana Sofia (Coord.). *Direito da família e direitos dos menores: que direitos no século XXI?*. Lisboa: Universidade Lusíada Editora, 2014, pp. 111-118, pp. 111-112.

maior atenção do Poder Judiciário por volta de 2003, quando surgiram as primeiras decisões reconhecendo este fenômeno, infelizmente muito mais antigo nas lides familistas. (...) No caso em análise, não há dúvidas de que o pai, embora cuide muito bem do filho, ocupa função alienante na sua vida, adotando condutas, posturas e falas para com o jovem, que de forma indireta e muitas vezes diretamente, estão a aliená-lo colocando-o contra a mãe. A essa conclusão se chega sem muito esforço, quando se analisa as falas das partes, sobretudo a do genitor, e nelas não se vê a narrativa de nenhuma situação concreta eventual ou constante praticada pela genitora, que tenha desencadeado no adolescente esse forte ódio por ela e seus familiares, inclusive os quais sempre foram os preferidos de NERI JÚNIOR. Nem mesmo o suposto abandono da mãe alegado pelo jovem procede, pois o distanciamento dela se deu justamente após seus episódios de rejeição.”<sup>316</sup> (Grifo nosso)

O intuito é garantir que essa situação não se prolongue para não acarretar efeitos ou que possuam o menor impacto possível, na vida do menor e na sua convivência com o genitor alienado. Assim, por vezes, será imprescindível a penalização do alienante, o qual pode sofrer uma advertência, até a aplicação de multa, podendo ainda acarretar a suspensão da autoridade parental, a censura irá gerar medidas eficazes para garantir que seus atos não atinjam o resultado pretendido. Mas é certo que as medidas tem um caráter provisório, com a opção de serem aplicadas e adaptadas mediante a evolução das atitudes dos intervenientes<sup>317</sup>.

O alienador deverá ser responsabilizado conforme os danos causados à criança, conforme já explicitado no capítulo referente à Alienação Parental, esta acarreta efeitos de diferentes intensidades e resultados. Assim, entendemos que quando verificado que a alienação ainda estiver no início, ou seja, no nível leve, no qual ainda não há uma ruptura na relação com o outro genitor, a responsabilidade seria tratada com mecanismos menos severos proporcionando a realização de tratamento psicológico, bem como, seja aplicada uma advertência pelo magistrado a esclarecer e alertar das consequências se os atos continuarem a acontecer; já no nível moderado, que a manipulação do genitor alienador

---

<sup>316</sup> BRASIL. Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia, 2ª Câmara Cível. Acórdão nº 0015460-55.2007.8.22.0014, de 30.04.2013. Disponível em:

<file:///C:/Users/Daniele/Downloads/JurisTJRO\_Acordao\_00154605520078220014%20(3).pdf>.

Acessado em: 22.02.2017.

<sup>317</sup> SÁ, Eduardo; SILVA, Fernando. *Alienação Parental*. Coimbra: Almedina, 2011, p. 76-77.

passa a influenciar no comportamento do menor, a responsabilidade já deve ser vista de forma mais severa para impedir que maiores danos ocorram, aqui, então, com a aplicação de medidas que afastem o menor do contato do alienador, como a alteração da guarda, mas não de forma definitiva, proporcionando visitas vigiadas, e já com uma possível responsabilidade penal; será no nível severo que se justificará ainda mais a responsabilidade penal<sup>318</sup> do alienador, uma vez que os prejuízos causados ao psicológico do menor são de imensa gravidade merecendo uma reprimenda mais eficaz para interromper esse processo e punir o genitor que provoca esse distúrbio à sua prole, a quebra do vínculo entendemos que nesse caso faz-se necessária e estará a atingir o superior interesse do menor.

Compreendemos que mesmo que exista um sentido penalizador para o genitor que age em alienação, este não deve ser preponderante na adoção das medidas prevista, pois os procedimentos do Tribunal devem ser norteados para atuar em benefício da criança<sup>319</sup>.

Já é conhecido que é condição *sine qua non* para a criança atingir um desenvolvimento psicoemocional saudável, que esta precisa ter a chance de amar ambos os genitores livremente e ter com eles um convívio tranquilo<sup>320</sup>.

Nesse sentido manifestou-se o Tribunal da Relação de Guimarães: “Porém, confira-se-lhe ou não alguma virtualidade de enfoque para o apuramento de uma determinada realidade — que cremos de todos conhecida, em situações de divórcio ou não, a “campanha denegritória” adotada por um dos pais em relação ao outro, como forma de conseguir a preferência do filho —, o certo é que ela deve ser vista numa perspectiva diferente das situações de incumprimento. Na verdade, o progenitor dito alienador, ao assim atuar, padece de uma disfunção que “consiste na transformação de um vínculo positivo num negativo (amor em ódio)”, a qual extravasa o âmbito dos tribunais, antes merecendo o cuidado de uma terapia psicológica ou psiquiátrica.

---

<sup>318</sup> Nos Estados da Califórnia e Pensilvânia o genitor que possui a guarda do menor, com intenção maliciosa não permitir que o outro genitor exerça seu direito de visitas sofrerá punição com prisão máxima de um ano e multa, combinadas com penas alternativas. Já no Estado do Texas aquele que provoca de forma intencional o desequilíbrio emocional do menor, pode ser inquirido pelo Tribunal, como punição mais severa do que aquela mencionadas. FREITAS, Douglas Philips. *Alienação Parental: comentários à Lei 12.318/2010*. 3ª ed., rev., atual. e ampl. Rio de Janeiro: Forense, 2014, p. 23.

<sup>319</sup> SÁ, Eduardo; SILVA, Fernando. *Alienação Parental*. Coimbra: Almedina, 2011, p. 27.

<sup>320</sup> MOTTA, Maria Antonieta Pisano. *A Síndrome de Alienação Parental: aspectos interdisciplinares na teoria e na prática*. Revista do Advogado, n. 112, ano 21. São Paulo: AASP, 2011, pp. 104-127, p. 118.

Um progenitor que assim atua compromete o crescimento e desenvolvimento sadio do menor, pelo que não lhe deve ser atribuída a guarda da criança. Ou seja, a importância do dito Síndrome de Alienação Parental relevará ao nível duma possível alteração da regulação do poder paternal (sendo de ponderar a retirada da guarda do menor ao dito progenitor alienador), e não do seu incumprimento. Temos para nós que, na ausência de um motivo sério e ponderoso (como seria por exemplo um caso de abusos), a recusa de contactar com pai compromete um desenvolvimento sadio, situação que deveria preocupar a própria mãe. Numa relação de afetos, a raiva e a frustração também têm lugar, porque os pais não são seres perfeitos; ora, é da convivência que se aprende a gerir e controlar essas emoções, num processo de crescimento e de maturidade para aceitar a *diferença* e que, quem reclama respeito e maior interesse pela sua pessoa, não pode deixar de respeitar o outro e manifestar também interesse por ele. E neste aspeto, naturalmente que é o progenitor que tem a criança a seu cargo que tem as condições necessárias para exercer influência sobre o menor, transmitindo-lhe os valores necessários e as condições para o efeito.”<sup>321</sup> (Grifo nosso)

Para ultrapassar essa realidade é preciso escolher as medidas que melhor se adequam ao caso, tendo em vista o fator gravidade da situação. Em primeiro lugar verifica-se a necessidade de elaboração de relatórios sociais, a chamar a atenção dos técnicos para a realidade e para o fato de depararem com discursos que podem aparecer no relato de momentos que foram impostos à criança por discursos externos e que essa assume como vivência própria. Assim, por vezes, mesmo diante da resistência do menor, tem-se que são necessárias medidas de ruptura, uma vez identificados os sintomas de um estado emocional que demonstre o cenário da Alienação Parental, não deve o Tribunal aceitar esse tipo de comportamento e de como as coisas estão<sup>322</sup>.

Perante esta conjuntura, conclusões e orientações, para perceber o que atenderá ao melhor interesse do menor, precisam ser retiradas das conversas, observações, história social, resultados de testes e informações obtidas a partir de entrevistas. É preciso ter atenção

---

<sup>321</sup> PORTUGAL. Tribunal da Relação de Guimarães, 1ª Secção. Acórdão nº 508/05.1TMBRG-A.G1, de 08.10.2015. Disponível em: <<http://www.dgsi.pt/jtrg.nsf/86c25a698e4e7cb7802579ec004d3832/ee9cf87a483e0bb480257f1100595b57?opendocument&highlight=0,508%2f05>>. Acessado em: 25.03.2017.

<sup>322</sup> SÁ, Eduardo; SILVA, Fernando. Alienação Parental. Coimbra: Almedina, 2011, pp. 18-19.

para o fato de que quanto mais tempo demorar o procedimento, mais danos sofrerão essas famílias e crianças. São casos de alto risco que se não houver uma intervenção imediata reaparecerão em tribunal com queixas cada vez mais graves. Aparecerão ameaças de rapto do menor, alegações de abuso sexual, físico e/ou mental, recusa de um genitor na realização de visitas pelo outro, dentre outros comportamentos que levam a um transtorno mental intenso na criança. Será preciso por parte do magistrado e de outros profissionais envolvidos a devida atenção para identificar os casos e proceder a interferência o mais rápido possível<sup>323</sup>.

Desta forma, ao serem identificados comportamentos que possam resultar em Alienação Parental devem ser alvo de decisão, que possibilite tirar o menor da pressão que está a sofrer e realizar a aproximação com o genitor que foi vítima desse ato<sup>324</sup>.

E será na perícia psicológica ou biopsicossocial que o juiz procurará embasar sua decisão, por isso pode ser considerada como fundamental, um elemento importante nesses casos<sup>325</sup>.

Afirmamos a necessidade de haver a harmonização entre o sistema penal e o sistema de promoção e proteção das crianças e jovens em perigo para que a intervenção possa gerar um resultado eficaz. Com o intuito de assegurar à criança o cuidado devido não só no presente, mas também no futuro, devem andar juntos os sistemas de proteção, penal e terapêutico<sup>326</sup>.

No mais, nesses processos que envolvam menores a sua audição é uma maneira de reafirmar o princípio do superior interesse da criança, e assim sempre que a sua maturidade ou idade torne isso possível deve ser garantido<sup>327</sup>.

---

<sup>323</sup> DARNALL, Douglas. *Parental alienation: not in the best interest of the children*. 1999, pp. 323-364, p. 23-24. [online] Disponível em: <<https://pt.scribd.com/document/16611335/parental-alienation>>. Acessado em: 14.02.2017.

<sup>324</sup> SÁ, Eduardo; SILVA, Fernando. *Alienação Parental*. Coimbra: Almedina, 2011, p. 24.

<sup>325</sup> VILARDO, Maria Aglaé Tedesco; FIALHO, António José. *Alienação parental: quando o amor dá lugar ao ódio*. In: Revista do CEJ, n. 15. Centro de Estudos Judiciários, 2011, pp. 137-189, p. 159.

<sup>326</sup> MENDES, Tiago de Sousa. *Mente, responsabilidade e psicologia*. In: Anatomia do Crime. n.º 3. Janeiro/Junho 2016, p. 108.

<sup>327</sup> PEREIRA, Rui Alves. *Quando as quatro mãos não embalam o berço. Parentalidades interrompidas ou não assumidas*. In: I Congresso de Direito da Família e das Crianças. Coordenação Paulo Guerra. Coimbra: Almedina, 2016, pp. 139-155, p. 142.

Assim, é lícita a audição da quando a causa diga respeito a família e a seus direitos, seja em processo administrativo ou judicial, para que seja garantida a sua participação e seja considerada para a tomada de decisão. Casos em que o ouvinte precisa estar atento aos sentimentos do menor quanto à sua visão de realidade e seus desejos, pois isto faz parte da personalidade da criança que é um ser em desenvolvimento, proporcionado-lhe a direito de viver em um ambiente de respeito e confiança para que possa evoluir e estabelecer sua autodeterminação. Será perante o caso concreto que deverá ser analisado se a criança não está a reproduzir o que lhe foi instruído e não se trata do que ela realmente deseja, sendo necessário por parte do magistrado estabelecer um equilíbrio entre o que realmente é do desejo do menor e o que faz parte de influência externa. Já se sabe que não são raros os casos em que adultos, considerados como “capazes”, transformam as crianças em artifícios para realizar seus desejos maléficos em virtude de frustrações pessoais<sup>328</sup>.

A importância da audição do menor para ser adotada a melhor decisão vem reafirmada por julgado do Tribunal da Relação de Guimarães o qual aduz: “Depois, não tendo sido ouvida a menor, igualmente não dispõe o tribunal a quo de qualquer indício ou suspeita de que, na origem do comportamento da menor, possa estar uma qualquer interferência (...). Perante o “quadro” apontado, desconhecendo-se as razões das “resistências” da menor à aproximação da figura do pai, e, quaisquer que sejam elas, é em todo o caso sempre aconselhável não admitir como sendo uma das opções/soluções admissíveis a imposição de visitas [não contribui tal imposição para a solução, antes pelo contrário] , porque é ela - tal opção - regra geral antes propiciadora de forte perturbação emocional dos menores, susceptível de graves consequências, para além de inevitavelmente e amiúde desencadeadora de reactividade contrária ao objectivo prosseguido com as visitas (9), tudo aponta assim para que a audição da menor configure efectivamente uma diligência essencial e decisiva como o “primeiro passo “ para a solução. Acresce que, no Artigo 12 da Convenção Sobre os Direitos da Criança, dispõe-se de uma forma expressa o dever de os Estados Partes garantirem à criança com capacidade de discernimento o direito de exprimir livremente a sua opinião sobre as questões que lhe respeitem, sendo devidamente tomadas em consideração as opiniões da criança, de acordo com a sua idade

---

<sup>328</sup> TORRES, Felipe Soares. *A autonomia progressiva das crianças e dos adolescentes*. In: *Lex Familiae: Revista Portuguesa de Direito de Família*. ano 7, nº 14. Coimbra: Coimbra Editora, Julho/Dezembro 2010, pp. 27-50, pp. 29-30.

e maturidade, razão porque , para o efeito ( cfr. nº 2 ), “é assegurada à criança a oportunidade de ser ouvida nos processos judiciais e administrativos que lhe respeitem, seja directamente, seja através de representante ou de organismo adequado, segundo as modalidades previstas pelas regras de processo da legislação nacional”. De resto, como bem se nota no texto supra referido do Exmº Desembargador José Bernardo Domingos, “Uma diligência essencial para diagnosticar a existência de uma situação de alienação ou SAP é a audição do menor, que deve ser executada com os maiores cuidados, pelo Tribunal, com a colaboração de técnicos com formação específica, por forma a poder trazer à luz do dia aquilo que, normalmente, está encoberto ou seja perscrutar qual é vontade genuína da criança e identificar que parte, da vontade manifestada, é manipulada ou instrumentalizada.”<sup>329</sup> (Grifo nosso)

Entretanto, cabe referir ainda que, por óbvio, a audição da criança somente será realizada quando disso não puder resultar prejuízos para o seu desenvolvimento, que quando chamada para emitir a sua opinião com relação aos seus próprios interesses não resulte em um trauma, pois se for assim deve-se realizar o depoimento de forma a conduzir de uma maneira discreta com o auxílio de profissionais. A opinião do menor será levada em consideração sempre que possível, pois deverá o juiz fazer uma análise conforme a razoabilidade e bom senso, contemplando o superior interesse da criança que pode não ir de encontro com o que foi verbalizado pela criança<sup>330</sup>.

Compreende-se que os genitores podem e, por vezes irão, alienar, porém sem necessariamente levar à Síndrome de Alienação Parental. Entretanto, sabe-se que o risco é de que quando instaurados na criança os efeitos da Síndrome de Alienação Parental, o processo torna-se mais difícil de reverter. É por isso que a prevenção e compreensão da Alienação Parental é tão importante. A Alienação Parental é reversível, na maioria dos

---

<sup>329</sup> PORTUGAL. Tribunal da Relação de Guimarães, 2ª Secção. Acórdão nº 272/04.1TBVNC-D.G1, de 04.12.2012. Disponível em: <http://www.dgsi.pt/jtrg.nsf/86c25a698e4e7cb7802579ec004d3832/afdfdd17febe53c680257ae80051d471?OpenDocument&Highlight=0,272%2F04>>. Acessado em: 11.04.2017.

<sup>330</sup> TORRES, Felipe Soares. *A autonomia progressiva das crianças e dos adolescentes*. In: *Lex Familiae: Revista Portuguesa de Direito de Família*. Ano 7, nº 14. Coimbra: Coimbra Editora, Julho/Dezembro 2010, pp. 27-50, p. 31.



casos através da instrução, e é neste contexto que a ação do tribunal torna-se tão importante<sup>331</sup>.

No mais, sem haver uma punição para esses comportamentos que interferem e prejudicam o crescimento saudável da criança e afetam o seu equilíbrio psicológico, o número de casos que envolve denúncias falsas tende a aumentar<sup>332</sup>. O sujeito que comete a alienação precisa de tratamento, mas não pode ficar impune, e a punição quando bem aplicada auxilia para que essa situação seja convertida<sup>333</sup>.

Ademais, a resposta ao caso precisa ser célere e de acordo com o superior interesse do menor, pela situação que se perdurar mais algum período resultará em consequências psicológicas graves sobre o menor em desenvolvimento<sup>334</sup>.

Neste diapasão é preciso ressaltar que não há uma resposta ou solução única para a Síndrome da Alienação Parental, e assim, as consequências jurídicas para esta problemática deverão ser adequadas e proporcionais as circunstâncias do caso concreto. Para isto, o magistrado deverá estar atento ao parecer dos peritos forenses, ao nível da rejeição praticada pelo menor com relação a um dos genitores e ainda, qual o influência do outro genitor para essa rejeição. Mas em qualquer caso, as medidas jurídicas adotadas precisam ser acompanhadas de medidas terapêuticas de tratamento e acompanhamento da evolução da relação das partes envolvidas<sup>335</sup>. Com a utilização de todos os meios disponíveis e cabíveis nesses casos é que se conseguirá dar ao alienador a reprimenda necessária e assim garantir que seja atingido o superior interesse da criança e adolescente.

---

<sup>331</sup> DARNALL, Douglas. *Parental alienation: not in the best interest of the children*. 1999, pp. 323-364, p. 3. [online] Disponível em: <<https://pt.scribd.com/document/16611335/parental-alienation>>. Acessado em: 14.02.2017.

<sup>332</sup> DIAS, Maria Berenice. *Alienação parental: uma bala perdida que mata*. In: SILVA, Alan Minas Ribeiro da.; BORBA, Daniela Vitorino (Org.). *A morte inventada: alienação parental em ensaios e vozes*. São Paulo: Saraiva, 2014, pp. 165-174, p. 168.

<sup>333</sup> ARAÚJO, Sandra Maria Baccara; Carmo, Thalita Faria Machado do. *O sujeito alienador*. In: SILVA, Alan Minas Ribeiro da.; BORBA, Daniela Vitorino (Org.). *A morte inventada: alienação parental em ensaios e vozes*. São Paulo: Saraiva, 2014, pp. 185-196, p. 194.

<sup>334</sup> SILVA, Paulo Lins e. *Síndrome da Alienação Parental e a Aplicação da Convenção de Haia*. In: PEREIRA, Rodrigo da Cunha (Org.). *Família e Solidariedade: Teoria e prática do Direito de Família*. Rio de Janeiro: IBDFAM – Lumen Juris, 2008, pp. 387-398, p. 397.

<sup>335</sup> GARCÍA GARNICA, María del Carmen. *El Síndrome de Alienación Parental a la luz del interés superior del menor*. Derecho Privado y Constitución, n. 23º, ano 17. Madrid: Centro de Estudios Políticos y Constitucionales, 2009, pp. 201-248, p. 231.

## CONCLUSÃO

No desenvolvimento da Alienação Parental verificamos um conflito familiar que possui como envolvidos o alienador, que pode ser um dos genitores, mas também alguém que tenha a criança sob sua autoridade ou vigilância e que sob ela exerça alguma influência, que é o agente responsável por provocar esse fenômeno, o genitor alienado, o qual é o alvo das ofensas proferidas por aquele e, a principal vítima, a criança, que será utilizada como objeto para atingir um dos genitores, do qual deverá se afastar pois é levada a acreditar que é alguém que não merece o seu afeto.

Ainda, pelo que foi tratado podemos denotar que embora a Síndrome da Alienação Parental não seja reconhecida como uma efetiva doença é um fenômeno recorrente nos processos de divórcio e com isso seu reconhecimento tem sido verificado, cada vez mais, nas decisões dos Tribunais tanto brasileiros como portugueses.

Os efeitos provocados ao menor envolvido em conflitos dessa natureza podem ser devastadores para o seu desenvolvimento psicológico, efeitos esses que podem o acompanhá-lo até a vida adulta, prejudicando a sua inserção na vida social.

No direito brasileiro, com o reconhecimento recorrente pelos Tribunais de casos em que a Alienação Parental estaria a se instalar, foi identificada a necessidade de uma lei a tratar deste fenômeno, para passar mais segurança aos magistrados no momento de estabelecer a ocorrência, bem como de fixar a responsabilidade do alienador. Assim, criada a Lei nº 12.318/2010 - Lei da Alienação Parental, com um rol exemplificativo dos atos que podem ser praticados pelo alienador e as possíveis providências a ser tomadas pelo juiz para poder travar a ocorrência desse fenômeno.

Embora a existência da referida Lei, na qual o legislador optou por adotar um viés educativo e não penalizador, diante do número de casos que ainda aparecem nos Tribunais, verifica-se a necessidade de uma responsabilidade jurídico-penal do alienador.

Já no direito português, diante também dos inúmeros casos que foram identificados nos Tribunais em que um dos genitores estaria a agir de forma a praticar atos contrários à prática da responsabilidade parental e, consequentemente, a provocar a Alienação Parental, foram introduzidas diversas alterações no regime jurídico do divórcio pela Lei

61/2008, principalmente a alteração no crime de subtração de menores previsto no art. 249 do Código Penal.

Ainda traz o ordenamento jurídico português previsões no Código Penal, que embora não sejam específicas para esse fenômeno, mostram-se aptas para promover a responsabilidade do alienador também no âmbito jurídico-penal.

Diante da gravidade da conduta praticada pelo alienador, que danifica de maneira significativa o desenvolvimento psicológico de uma criança em crescimento e formação, ressaltamos a importância de haver por parte de ambos os ordenamentos jurídicos uma resposta mais eficaz para os casos de Alienação Parental, com o intuito de atender ao princípio do melhor interesse do menor.

Sendo assim, ressaltamos a necessidade de que, quando o magistrado verificar o mínimo sinal da ocorrência da Alienação Parental, proceda de modo a acelerar o processo e proporcionar um tratamento psicológico para que se trave o desenvolvimento, já nos casos em que seja verificada a influência do menor por parte do alienador sejam adotadas medidas mais consistentes para que ocorra o menor dano à criança.

Por fim, expomos a necessidade de ocorrer, pelo direito brasileiro, uma adaptação na legislação penal para que se possa responsabilizar o alienador pelos atos praticados contra o menor, pois trata-se de conduta de imensa reprobabilidade, uma vez que praticada, na maioria das vezes, por um dos genitor em desfavor da sua prole, ferindo os direitos da criança de um desenvolvimento sadio e contrariando as responsabilidades parentais; e, no direito português, a criação de uma lei que venha a reger especificamente o fenômeno aqui tratado para conduzir os magistrados à uma identificação mais célere e segura. As referidas adaptações são de extrema importância para que haja uma resposta satisfatória em ambos os ordenamentos nos casos de Alienação Parental.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- AGULHAS, Rute; ANCIÃES, Alexandra. *Casos Práticos em Psicologia Forense: enquadramento Legal e Avaliação Pericial*. Lisboa: Edições Sílabo, 2014.
- ALBUQUERQUE, Paulo Pinto de. *Comentário do Código Penal: à luz da Constituição da República e da Convenção Europeia dos Direitos do Homem*. 3ª ed., Lisboa: Universidade Católica Editora, 2015.
- ANDRADE, Manuel da Costa. Art. 365 (Denúncia Caluniosa). In: DIAS, Jorge de Figueiredo (Dir.). *Comentário Conimbricense do Código Penal: Parte Especial – Tomo III – Artigos 308º a 386º*. Coimbra: Coimbra Editora, 2001, pp. 519-558.
- ARAÚJO, Sandra Maria Baccara; Carmo, Thalita Faria Machado do. *O sujeito alienador*. In: SILVA, Alan Minas Ribeiro da.; BORBA, Daniela Vitorino (Org.). *A morte inventada: alienação parental em ensaios e vozes*. São Paulo: Saraiva, 2014, pp. 185-196.
- BARUFI, Melissa Telles. *O ato de perdão é personalíssimo*. In: SILVA, Alan Minas Ribeiro da.; BORBA, Daniela Vitorino (Org.). *A morte inventada: alienação parental em ensaios e vozes*. São Paulo: Saraiva, 2014, pp. 79-88.
- BELEZA, Teresa Pizarro. *Violência doméstica*. In: Revista do CEJ, nº 8, 1º sem. Lisboa, 2008, pp. 281-291.
- BITENCOURT, Cezar Roberto. *Tratado de direito penal, 2: parte especial: dos crimes contra as pessoas*. 9ª ed. rev, atual. ampl., Rio de Janeiro: Saraiva, 2009
- BONE, J. Michael; WALSH, Michael R. *Parental Alienation Syndrome: how to detect it and what to do about it*. 1999. [online]. Disponível em: <<http://www.fact.on.ca/Info/pas/walsh99.htm>>. Acessado em: 25.11.2016.
- BOTELHO, João. *Regulação das Responsabilidades Parentais*. Nova Causa, 2015.
- BRANDES, Joel R. *Parental Alienation*. New York Law Journal, Law and the family. 2000. [online]. Disponível em: <<http://www.fact.on.ca/Info/pas/brande00.htm>>. Acessado em: 13.12.2016.
- CALÇADA, Andreia, 2008. *Falsas acusações de abuso sexual e a implantação de falsas memórias*. Editora Equilíbrio, Apasae.org., 2008.
- CALHEIROS, Manuela. *A construção social do mau trato e negligência parental: Do senso comum ao conhecimento científico*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2006. [online]. Disponível em: <<https://pt.scribd.com/document/118516355/Livro-Gulbenkian-Manuela-Calheiros-pdf>>. Acessado em 30.01.2017.

CARDOSO, José Alves. *Direito Penal: crime de desobediência: não acatamento de decisão judicial em processo de regulação de poder patronal*. In: Revista do Ministério Público, ano 1, nº 3, pp. 11-12.

CARVALHO, Américo Taipa de. Art. 152º-A (Maus-tratos). In: DIAS, Jorge de Figueiredo (Dir.). *Comentário Conimbricense do Código Penal: Parte Especial – Tomo I – Artigos 131º a 201º*. Coimbra: Coimbra Editora, 2012, pp. 534-542.

CARVALHO, Filipa Daniela Ramos de. *A (Síndrome de) Alienação Parental e o exercício das responsabilidades parentais: algumas considerações*. Coimbra: Coimbra Editora, 2011.

CLEMENTE, Rosa. *Inovação e modernidade no direito de menores: A perspectiva da lei de proteção de crianças e jovens em perigo*. Coimbra: Coimbra Editora, 2009.

COSTA, José de Faria. Artigo 180º (Difamação). In: DIAS, Jorge de Figueiredo (Dir.). *Comentário Conimbricense do Código Penal: Parte Especial – Tomo I – Artigos 131º a 201º*. Coimbra: Coimbra Editora, 2012, pp. 904-932.

COSTA, José Faria. Art. 183 (Publicidade e Calúnia). In: DIAS, Jorge de Figueiredo (Dir.). *Comentário Conimbricense do Código Penal: Parte Especial – Tomo I – Artigos 131º a 201º*. Coimbra: Coimbra Editora, 2012, pp. 943-, § 9, p. 946

CUNHA, Filipa Lia do Carmo Ramos Castro. *Síndrome de Alienação Parental e Direito das Crianças em caso de Divórcio dos Pais*. Dissertação de mestrado. Universidade Católica Portuguesa. Faculdade de Direito. Porto: 2012.

DARNALL, Douglas. *Three Types of Parental Alienators*. 1998. [online] Disponível em: <<http://parentalalienation.org/articles/types-alienators.html>>. Acessado em: 12.08.2016.

DARNAL, Douglas. *Parental alienation: not in the best interest of the children*. 1999. [online]. Disponível em: <<https://pt.scribd.com/document/16611335/parental-alienation>>. Acessado em: 14.02.2017

DELFIU, J. M. *Syndrome d'aliénation parentale: diagnostic et prise en charge médicojuridique*. 2005. [online]. Disponível em: <<https://oudervreemding.wordpress.com/2005/06/01/00001/>>. Acessado em: 25.08.2016.

DIAS, Augusto Silva. *A saúde humana como bem jurídico-penal e os crimes contra a saúde no direito português*. In: Anatomia do Crime. Lisboa: Almedina, Janeiro/Junho 2015, pp. 116-125.

DIAS, Augusto Silva. *Alguns aspectos do regime jurídico dos crimes de difamação e de injúrias*. Lisboa: A.A.F.D.L., 1989.

DIAS, Augusto Silva. “*Delicta in se*” e “*Delicta mera prohibita*”, uma análise das discontinuidades do ilícito penal moderno à luz da responsabilidade de uma distinção clássica. Coimbra: Coimbra Editora, 2008.

DIAS, Isabel. *Violência na família. Uma abordagem sociológica*. Santa Maria da Feira: Edições Afrontamento, 2004.

DIAS, Jorge de Figueiredo. *O problema da consciência da ilicitude no direito penal*. Coimbra: Coimbra Editora, 1987.

DIAS, Maria Berenice. *Alienação parental: uma bala perdida que mata*. In: SILVA, Alan Minas Ribeiro da.; BORBA, Daniela Vitorino (Org.). *A morte inventada: alienação parental em ensaios e vozes*. São Paulo: Saraiva, 2014, pp. 165-174.

FEITOR, Sandra Inês Ferreira. *A Síndrome de Alienação Parental e o seu tratamento à luz do direito de menores*. Coimbra: Coimbra Editora, 2012.

FERNANDES, Plácido Conde. *Violência doméstica: novo quadro penal e processo penal*. Revista do CEJ, nº 8, 1º sem. Lisboa, 2008, pp. 293-315.

FREITAS, Douglas Philips. *Alienação Parental: comentários à Lei 12.318/2010*. 3ª ed., rev., atual. e ampl. Rio de Janeiro: Forense, 2014.

GARCÍA GARNICA, María del Carmen. *El Síndrome de Alienación Parental a la luz del interés superior del menor*. Derecho Privado y Constitución, n. 23, ano 17. Madrid: Centro de Estudios Políticos y Constitucionales, 2009, pp. 201-248.

GARCIA, M. Miguez; RIO, J. M. Castela. *Código Penal: parte geral e especial: notas e comentários*. Coimbra: Almedina, 2014.

GARCIA, Petra Regina Boavista e Silva. *A Síndrome de Alienação Parental e a Problemática da sua Aplicação nos Tribunais Portugueses*. Dissertação de Mestrado Profissionalizante. Universidade Católica Portuguesa. Faculdade de Direito. Lisboa: 2012.

GARDNER, Richard A. *Recent Trends in Divorce and Custody Litigation*. 1985. [online]. Disponível em: <<http://fact.on.ca/Info/pas/gardnr85.pdf>>. Acessado em: 04.07.2016.

GARDNER, Richard A. *O DSM-IV tem equivalente para o diagnóstico de Síndrome da Alienação Parental?* Tradução por Rita Rafaeli. New York, EUA. 2002.

GONZALEZ LAGIER, Daniel. *Emociones, responsabilidade y derecho*. Madrid: Marcial Pons, 2009.

GRILO, Maria Helena, *Maus-tratos, risco e perigo*. In: LOPES, Rui (Org.). *Crianças e jovens em risco : sistema de promoção e protecção*. Lisboa : ISPA, 2013, pp. 17-21.

GUAZZELLI, Mônica. *A Falsa Denúncia de Abuso Sexual*. In: DIAS, Maria Berenice (Coord.). *Incesto e Alienação Parental*. 2 ed. rev. atual. e ampl. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2010, pp. 61-94.

GUERRA, Paulo. *Lei de Proteção de Crianças e Jovens em Perigo Anotada*. Coimbra: Almedina, 2016.

JESUS, Ivanise Jann de. *Criança Maltratada: retorno à família? Um estudo exploratório em Santa Maria/RS*. In: Revista do Ministério Público do Rio Grande do Sul, nº 54. Porto Alegre: Livraria do Advogado Ed., 2004-2005. pp. 149-179.

JOHNSTON, Janet R. *Rethinking parental alienation and redesigning parent-child access services for children who resist or refuse visitation*. 2001. [online]. Disponível em: <<https://pt.scribd.com/document/23401478/Rethinking-Parental-Alienation-and-Redesigning-Parent-Child>>. Acessado em: 16.01.2017.

KAHAN, Dan M.; NUSSBAUM, Martha C.. *Two conceptions of emotion in criminal law*. 1996. Disponível em: <[http://digitalcommons.law.yale.edu/cgi/viewcontent.cgi?article=1114&context=fs\\_s\\_papers](http://digitalcommons.law.yale.edu/cgi/viewcontent.cgi?article=1114&context=fs_s_papers)>. Acessado em: 30.01.2017.

KOPETSKI, Leona M. *Identifying cases of Parent Alienation Syndrome: Part I*. 1998a. [online]. Disponível em: <<http://www.fact.on.ca/Info/pas/kopet98a.pdf>>. Acessado em: 12.02.2017.

LOPES, Anselmo A. *Crimes contra a vida e a integridade física*. In: DIAS, Augusto Silva/CAIRES, João Gouveia de/SOL, António Araújo (Aut.). *Materiais para o estudo da parte especial do direito penal* 7. Lisboa: AAFDL, 2009.

MACIEL, Kátia Regina Ferreira Lobo Andrade. *A alienação da identidade familiar: os filhos do anonimato*. In: SILVA, Alan Minas Ribeiro da.; BORBA, Daniela Vitorino (Org.). *A morte inventada: alienação parental em ensaios e vozes*. São Paulo: Saraiva, 2014. pp. 37-48.

MANATA, Celso. “...no superior interesse da criança”. In: Seminário direitos das crianças e intervenção. Lisboa, 2008. [online]. Disponível em: <[www.cnpqjr.pt/preview\\_documentos.asp?r=2249&m=DOC](http://www.cnpqjr.pt/preview_documentos.asp?r=2249&m=DOC)>. Acessado em: 04.03.2017.

MENDES, António Jorge Fernandes de Oliveira. *O direito à honra e a sua tutela penal*. Coimbra: Almedina, 1996.

MENDES, Tiago de Sousa. *Mente, responsabilidade e psicologia*. In: Anatomia do Crime. Nº 3. Janeiro-junho 2016.

MIDDLEBROOKS, Jennifer S.; AUDAGE, Natalie C.. *The Effects of Childhood Stress on Health Across the Lifespan*. Atlanta: Centers for Disease Control and Prevention, National Center for Injury Prevention and Control, 2008. [online]. Disponível em: <<https://stacks.cdc.gov/view/cdc/6978/>>. Acessado em: 13.12.2016.

MONTEIRO, Cristina Líbano. Art. 348 (Desobediência). In: DIAS, Jorge de Figueiredo (Dir.). *Comentário Conimbricense do Código Penal: Parte Especial – Tomo III – Artigos 308º a 386º*. Coimbra: Coimbra Editora, 2001, pp. 349-359.

MOTTA, Maria Antonieta Pisano. *A Síndrome de Alienação Parental: aspectos interdisciplinares na teoria e na prática*. In: Revista do Advogado, nº. 112, ano 21. São Paulo: AASP, 2011, pp. 104-127.

PALMA, Fernanda. *O Princípio da Desculpa em Direito Penal*. Lisboa: Almedina, 2005.

PEREIRA, Clarice. *Os maus-tratos infligidos aos menores e o seu reflexo na autoridade parental*. In: DIAS, Maria Berenice; PINHEIRO, Jorge Duarte (Coord.). *Escritos de Direito das Famílias: uma perspectiva luso-brasileira*. Porto Alegre: Magister, 2008. pp. 263-284.

PEREIRA, Rui Alves. *Quando as quatro mãos não embalam o berço. Parentalidades interrompidas ou não assumidas*. In: GUERRA, Paulo (Coord.). I Congresso de Direito da Família e das Crianças. Coimbra: Almedina, 2016. pp. 139-155.

PEREIRA, Tânia da Silva; FRANCO, Natália Soares. *O direito fundamental à convivência familiar e guarda compartilhada*. In: *Lex Familiae: Revista Portuguesa de Direito de Família*. Ano 7, nº 14. Coimbra: Coimbra Editora, Julho/Dezembro 2010. pp. 21-30, pp. 28-29.

PINHO, Marco Antônio Garcia de. *Alienação parental*. In: *Âmbito Jurídico*, Rio Grande, XII, nº. 67, 2009. [online]. Disponível em: <[http://www.ambito-juridico.com.br/site/index.php?n\\_link=revista\\_artigos\\_leitura&artigo\\_id=6540](http://www.ambito-juridico.com.br/site/index.php?n_link=revista_artigos_leitura&artigo_id=6540)>. Acessado em: 18.04.2017.

PODEVYN, François. *Síndrome de Alienação Parental*. 2001. [online]. Disponível em: <<http://www.apase.org.br/94001-sindrome.htm>>. Acessado em: 07.08.2016.

RAMIÃO, Tomé d'Almeida. *Lei de Proteção de Crianças e Adolescentes e Jovens em Perigo*. 7ª ed. Lisboa: Quid Juris, 2014.

REDONDO, Gonçalo Saraiva. *Alienação Parental – Síndrome*. In: AZEVEDO, Maria Eduarda; GOMES, Ana Sofia (Coord.). *Direito da família e direitos dos menores: que direitos no século XXI?*. Lisboa: Universidade Lusíada Editora, 2014, pp. 111-118.

RODRIGUES, Anabela Miranda. *O Superior Interesse da Criança*. In: LEANDRO, Armando/ LÚCIO, Álvaro Laborinho; GUERRA, Paulo (Coord.). *Estudos em homenagem a Rui Epifânio*. Coimbra: Almedina, 2010, pp. 35-41

SÁ, Eduardo; SILVA, Fernando. *Alienação Parental*. Coimbra: Almedina, 2011.

SILVA, Paulo Lins e. *Síndrome da Alienação Parental e a Aplicação da Convenção de Haia*. In: PEREIRA, Rodrigo da Cunha (Org.). *Família e Solidariedade: Teoria e prática do Direito de Família*. Rio de Janeiro: IBDFAM – Lumen Juris, 2008, pp. 387-398.



SOTTOMAYOR, Maria Clara. *A Autonomia do Direito das Crianças*. In: LEANDRO, Armando; LÚCIO, Álvaro Laborinho; GUERRA, Paulo (Coord.). *Estudos em homenagem a Rui Epifânio*. Coimbra: Almedina, 2010, pp. 79-88.

SOTTOMAYOR, Maria Clara. *Regulação do Exercício das Responsabilidades Parentais nos Casos de Divórcio*. 6 ed. rev. aum. e actual. Coimbra: Almedina, 2014.

SOUZA, Raquel Pacheco Ribeiro. *Reflexões para um novo tempo*. In: SILVA, Alan Minas Ribeiro da.; BORBA, Daniela Vitorino (Org.). *A morte inventada: alienação parental em ensaios e vozes*. São Paulo: Saraiva, 2014. pp. 115-144.

TORRES, Felipe Soares. *A autonomia progressiva das crianças e dos adolescentes*. In: *Lex Familiae: Revista Portuguesa de Direito de Família*. Ano 7, nº 14. Coimbra: Coimbra Editora, Julho/Dezembro 2010. pp. 27-50.

TRINDADE, Jorge. *Manual de Psicologia Jurídica para operadores do Direito*. 3 ed. rev. e ampl. Porto Alegre: Livraria do Advogado Editora, 2009.

TRINDADE, Jorge. *Síndrome de Alienação Parental (SAP)*. In: DIAS, Maria Berenice (Coord.). *Incesto e Alienação Parental*. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais Ltda. e Instituto Brasileiro de Direito de Família, 2008, pp. 101-111.

TURKAT, Ira. *Parental Alienation Syndrome: A Review of Critical Issues*. *Journal of the American Academy of Matrimonial Lawyers*, vol. 18, nº. 1, 2002, pp. 131-176.

WALDOW, Vera Regina. *O cuidado na saúde: relações entre o eu, o outro e o cosmos*. Petrópolis: Vozes, 2005.

VILARDO, Maria Aglaé Tedesco; FIALHO, António José. *Alienação parental: quando o amor dá lugar ao ódio*. In: *Revista do CEJ*, nº. 15. Centro de Estudos Judiciários, 2011, pp. 137-189.

ZAMAN, Rada Maria Metzger Képes. *A Síndrome de Alienação Parental: um estudo exploratório*. In: *Revista do Ministério Público do Rio Grande do Sul*, n. 58. Porto Alegre: AMP/RS, FMP, 2006, pp. 173-194.

Sites pesquisados

<http://www.dgsi.pt/jstj.nsf?OpenDatabase>

<http://www.dgsi.pt/jtrp.nsf?OpenDatabase>

<http://www.dgsi.pt/jtrl.nsf?OpenDatabase>

<http://www.dgsi.pt/jtrc.nsf?OpenDatabase>

<http://www.dgsi.pt/jtrg.nsf?OpenDatabase>

<http://www.dgsi.pt/jtre.nsf?OpenDatabase>

<https://esaj.tjsp.jus.br/cjsg/consultaCompleta.do>

[http://www.tjrs.jus.br/busca/?tb=jurisnova&partialfields=tribunal%3ATribunal%2520de%2520Justi%25C3%25A7a%2520do%2520RS.\(TipoDecisao%3Aac%25C3%25B3rd%25C3%25A3o|TipoDecisao%3Amonocr%25C3%25A1tica|TipoDecisao:null\)&t=s&pesq=ementario.#main\\_res\\_juris](http://www.tjrs.jus.br/busca/?tb=jurisnova&partialfields=tribunal%3ATribunal%2520de%2520Justi%25C3%25A7a%2520do%2520RS.(TipoDecisao%3Aac%25C3%25B3rd%25C3%25A3o|TipoDecisao%3Amonocr%25C3%25A1tica|TipoDecisao:null)&t=s&pesq=ementario.#main_res_juris)

<http://busca.tjsc.jus.br/jurisprudencia/buscaForm.do>

<https://portal.tjpr.jus.br/jurisprudencia/publico/pesquisa.do?actionType=pesquisar>

<http://webapp.tjro.jus.br/juris/consulta/consultaJuris.jsf>

<http://www4.tjrj.jus.br/ejuris/ConsultarJurisprudencia.aspx>

<https://www.significados.com.br/psicossocial/>

[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/L8069.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8069.htm)

<http://rmp.smmpt.pt/e-rmp/>

[http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/prop\\_mostrarintegra;jsessionid=3320C7BB5CFEDA24ABC73EA8D41CA01D.proposicoesWebExterno1?codteor=1435286&filename=PL+4488/201](http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra;jsessionid=3320C7BB5CFEDA24ABC73EA8D41CA01D.proposicoesWebExterno1?codteor=1435286&filename=PL+4488/201)